

### 3

## **Sob a Égide do Progresso: o Rio de Janeiro entre 1889 e 1902**

### **1a. Parte**

## **A República. O Redimensionamento das Idéias de Progresso e de Civilização**

### **3.1**

#### **Os Primeiros Anos da República**

Com a instituição da República o edifício político brasileiro sofre fortes modificações que projetam transformações sócio-econômicas encetadas no final do período monárquico.

As duas últimas décadas da monarquia no Brasil apresentaram uma crise política crônica que envolvia, fundamentalmente, duas questões: a da mão-de-obra e a do padrão de relacionamento político intra-elites, ou seja, a forma de ordenamento da relação entre a elite política brasileira e o Estado.

A questão da mão-de-obra tem um desfecho no final do Império, com a abolição da escravatura, o que aumentaria a conturbação política nos últimos dezoito meses da monarquia, colaborando para a substituição do regime político.

De forma distinta, a questão do relacionamento político intra-elites permanece irresoluta no período monárquico. Desde a crise parlamentar de 1868, surgida com a queda do gabinete liberal de Zacarias Góes, e as posteriores fundações do Partido Republicano e do Partido Republicano Paulista as contradições da arquitetura política imperial faziam-se evidentes. A estruturação política do Estado brasileiro, desenvolvida no “tempo saquarema”<sup>1</sup>, não se mostrava mais capaz de absorver as demandas de uma

---

<sup>1</sup> A respeito do conceito de "tempo saquarema", ver: Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: Hucitec, 1986. Passim.

sociedade que se modificava, diversificando os seus agentes políticos. O crescimento das cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, que registrou um forte aumento populacional na segunda metade do Oitocentos; o desenvolvimento de uma camada social intermediária, constituída por funcionários públicos, artesãos, comerciantes e profissionais de formação universitária; o desenvolvimento de uma maior consciência corporativa por parte dos militares do exército após a Guerra do Paraguai e a emergência da burguesia cafeeira paulista como força econômica politicamente organizada, davam nota de uma diversidade de interesses que o Estado monárquico não conseguiu ordenar em pro da manutenção do regime.

A gestão do Visconde do Ouro Preto como Primeiro Ministro, o último do Império, foi expressiva a respeito do esforço que a monarquia envidou para reformar a estrutura política brasileira. Entre as suas propostas, encontravam-se uma redefinição do papel do Conselho de Estado, restringindo-o a questões administrativas; dotação de governo próprio ao Município Neutro, bem como conceder-lhe o direito à representação no parlamento; alargamento do direito de voto; temporariedade do senado e autonomia às Províncias e aos Municípios<sup>2</sup>.

No entanto, embora houvesse a consonância das propostas de reforma com a exigência dos atores políticos que se opunham à monarquia, as contradições políticas no fim do Império já se afiguravam por demais aprofundadas. Ademais, a monarquia não podia mais dispor da sustentação política dos cafeicultores do Vale do Paraíba. Estes, já decadentes pelo mal uso do solo e pelas dificuldades impostas pelo mercado de mão-de-obra na última década da monarquia, recebiam um golpe derradeiro com a abolição da escravidão, instituição pela qual condicionavam o seu apoio ao Imperador.

Sem uma base de apoio político disposta a sustentar o regime, o Imperador foi deposto por um golpe militar em novembro de 1889. Inaugurava-se uma República sem base popular nem ideológica, na qual militares, republicanos históricos, cafeicultores paulistas, ex-monarquistas e até mesmo positivistas tomariam parte no seu primeiro ano de existência.

---

<sup>2</sup> A respeito da tentativa de reforma do Visconde de Ouro Preto em 1889, ver: Renato Lessa. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. p. 31-33.

Com o líder do golpe militar que depôs D. Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, inicia-se a República através um governo provisório, que não tardou em convocar uma assembléia Constituinte<sup>3</sup>. Nesta, seriam consagrados o fim do Senado vitalício, do Conselho de Estado e uma revisão na lei eleitoral. No entanto, a principal modificação encetada pela constituição de 1891 foi a introdução do federalismo na ordem política brasileira, descentralizando o poder das mãos do Governo Federal e, ao mesmo tempo, limitando a autonomia dos municípios pela ascendência política das antigas províncias, doravante designadas por estados. A constituição alterava também a ordem tributária que atribuía aos estados o recebimento dos impostos de exportação, ao mesmo tempo em que deixava a captação dos tributos de importação a cargo do Governo Federal<sup>4</sup>. Tais modificações vinham a atender os anseios das elites agrícolas dos grandes estados brasileiros que buscavam meios políticos mais viáveis para manipulação do poder público em favor de seus interesses de classe.

A emergência de uma ordem política pautada no federalismo afetou a capitalidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. A cidade, que anteriormente era o lugar por excelência da formulação de políticas em nível nacional, passava então a ter, cada vez mais, esta sua função histórica esvaziada diante do aumento do poder político local, um poder que permitia às oligarquias estaduais uma maior liberdade para formularem políticas à revelia do poder político presente no Rio de Janeiro. Ademais, ainda sob o ponto de vista político, o Rio de Janeiro passou a encontrar-se aprisionado politicamente

---

<sup>3</sup> As eleições para a primeira Assembléia Constituinte da República ocorrem em 15 de setembro de 1890. A constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

<sup>4</sup> Sobre essa nova disposição tributária e seus efeitos na economia brasileira, ver: Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987. P. 155-161.

<sup>5</sup> Sobre a crise da capitalidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República Velha, ver: André Nunes de Azevedo. *Entre o Progresso e a Civilização: O Rio de Janeiro nos Traçados de sua Capitalidade*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em História defendida pela UERJ, 1998 (Mimeo). Sobre o desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro, ver: André Nunes de Azevedo. *A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um Exercício de Reflexão Histórica*. In: André Nunes de Azevedo (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002. P. 45-64.

pelos interesses de elementos exôgenos à cidade<sup>6</sup>. Os representantes das principais oligarquias regionais do país - notadamente São Paulo e Minas Gerais - demonstravam maior compromisso com a manutenção da hegemonia política de seus estados no âmbito da federação do que com a formulação de um projeto político nacional<sup>7</sup>. Assim, a República, de forma distinta do Império, não revelou um compromisso com a manutenção e o fomento de um ideal de civilização no Brasil. A nova ordem política que o novo regime inaugurara, com a descentralização do poder, não surgia com o fim de manter ou incentivar um ideal de civilização, mas antes com a finalidade de perpetuar e ampliar o poder político e econômico das oligarquias regionais brasileiras.

Do ponto de vista econômico, a cidade vinha apresentando fortes modificações. Maior centro econômico do país, o Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República, era a principal praça financeira do Brasil e o principal centro comercial e industrial da nação. Entre 1872 e 1890, a população da capital dobrou a sua população<sup>8</sup>. Ela era composta de comerciantes, artesãos, burocratas, militares e profissionais liberais, mas também registrava um grande número de ex-escravos que habitavam a cidade, vindo das regiões agrícolas decadentes do interior fluminense, mineiro e baiano. O Rio de Janeiro ostentava ainda um grande número de cativos que atuavam como negros de ganho ou escravos domésticos. A estes juntavam-se uma série de migrantes que vinham de diversos estados e os imigrantes estrangeiros, dos quais boa parte ocupavam posição mal definida no mercado de trabalho. Estas fortes correntes migratória e imigratória faziam com que a cidade registrasse, em 1890, 28,7 % de sua população vinda do exterior e 26%

---

<sup>6</sup> Estamos nos referindo aos interesses da elite política paulista que se encontrava na Presidência da República e de outros setores das elites regionais à ela alinhada. A gestão de Campos Sales foi um marco no processo limitação da autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, já iniciado pelos paulistas com Prudente de Moraes. Para uma discussão a respeito da situação política da cidade do Rio de Janeiro durante os primeiros dezessete anos da República, ver: Américo Freire. Uma Capital para a República: Poder Federal e Forças Políticas Locais no Rio de Janeiro na Virada para o Século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

<sup>7</sup> Esta postura pode ser exemplificada com o Convênio de Taubaté, ocorrido em 1906, durante o governo de Rodrigues Alves, no qual o interesse de valorização do café do café por parte da elite cafeicultora transferiu o prejuízo deste setor para o conjunto do país através da compra do excedente deste produto por parte da União.

<sup>8</sup> Cf. : José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 16. A população do Rio de Janeiro passou de 266 mil habitantes para 522 mil no período.

provenientes de outras regiões do Brasil, o que totalizava um montante de aproximadamente 45% da população nascida fora da cidade<sup>9</sup>.

Na última década do século XIX, o Rio de Janeiro aumentava consideravelmente a sua população sem que houvesse um acréscimo correspondente no plano do saneamento e da infra-estrutura urbana. A cidade apresentava a mesma estrutura viária do Império, com ruas estreitas e sinuosas que remontavam ao período colonial, uma época em que a população da urbe era aproximadamente vinte vezes menor daquela apresentada no final do século XIX. A estrutura portuária também se mostrava inadequada ao aumento do fluxo de comércio<sup>10</sup> e as condições de moradia na região central, a mais densamente povoada da cidade, eram as piores possíveis, apresentando cortiços e estalagens sem infra-estrutura sanitária que amontoavam aqueles que chegavam todos os dias em grande número à capital<sup>11</sup>. A cidade registrava aumento do número de crimes, alcoolismo e de habitantes sem moradia. A escravidão terminara e os escravos libertavam-se dos castigos do feitor, mas também se encontravam desprovidos da subsistência fornecida pelo senhor. Tal fato, somado ao despreparo para atuar no mercado de trabalho urbano e o completo desinteresse das elites republicanas em integrar os recém-libertos à sociedade, fazia com que o negro buscasse extrair a sua sobrevivência de pequenos biscates ou ações violentas<sup>12</sup>, o que somava para a sensação de desordem urbana em uma cidade já de muito acostumada com as formas de controle de uma ordem escravista.

Rapidamente, a cidade do Rio de Janeiro tornava-se menos solidária. O individualismo burguês que desprezava os miseráveis que tomavam as ruas da capital tinha contrapartida na ação individualista do ex-

---

<sup>9</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 17.

<sup>10</sup> Sobre a inadequação da estrutura portuária do Rio de Janeiro ao fluxo comercial da cidade em fins do século XIX, ver: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. *Dos Trapiches ao Porto. Um Estudo sobre a área Portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 137-143.

<sup>11</sup> Sobre as condições de moradia no centro da cidade a época, ver: Lia Aquino de Carvalho. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

<sup>12</sup> Cf. Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. P. 68.

cativo que recorria à criminalidade e prática de biscates para conseguir extrair o necessário à sobrevivência, incerta, de cada dia. O fenômeno da "malandragem" crescia em uma cidade pouco solidária, na qual somente os "espertos" poderiam sobreviver. A dissolução das formas de proteção social da antiga ordem e o crescimento desordenado da urbe faziam do Rio de Janeiro um espaço de consagração do individualismo, um individualismo que foi estimulado tanto pela necessidade de distinção da elite do Rio de Janeiro, como pela necessidade de sobrevivência de seus deserdados.

### 3.2

#### **A República da Espada e a Instabilidade Política**

Não obstante a vitória política das oligarquias regionais, conseguida com a instituição da República, a mudança de regime traria uma seqüência de turbulências no plano político. Revoltas e ameaças de golpe foram constantes nos primeiros quinze anos da República. Em 1891 houve uma tentativa de golpe militar, frustrada por uma manobra da elite paulista que apoiou a posse do Vice-Presidente da República, Floriano Peixoto; em 1893 a armada rebelou-se contra o governo de Floriano, chegando mesmo a bombardear o centro da cidade do Rio de Janeiro; neste mesmo ano, estourava a Revolta Federalista do Rio Grande do Sul; em 1896, o então Vice-Presidente da República, Manuel Vitorino, um jacobinista convicto, assumiu a presidência por cerca de três meses em virtude de adoecimento do titular, Prudente de Moraes, aproveitando para destituir todo o Ministério e tramar um golpe de Estado; em 1897, houve uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar e seis meses depois Prudente de Moraes sofreria um atentado à bala que resultou na morte de um marechal, isto, no mesmo ano em que o Governo Federal decide enfrentar a comunidade de Canudos em um conflito politicamente desgastante. Em 1904, as ruas do Rio de Janeiro são palco dos

embates entre os revoltosos da chamada "Revolta da Vacina" e o poder governamental<sup>13</sup>.

Com efeito, a República viveu os seus primeiros anos repleta de sobressaltos políticos: rebeliões, revoluções, tentativas de golpe de Estado, greves e crescimento de movimentos radicais. Com o baixo nível de institucionalização política, tais movimentos somaram para manter um clima de tensão e instabilidade política que caracterizaram os primeiros anos do novo regime.

Entre os governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes, as ruas da cidade encontraram-se tomadas pela agitação jacobina que, ao defender um governo autoritário sem base constitucional, somaram para a desestabilização política. Joaquim Nabuco, ao desenvolver a introdução de seu livro *Um estadista no Império*, escreveu estar redigindo o mesmo sob os sons dos bombardeios da marinha sobre a cidade<sup>14</sup>, em uma tentativa de ilustrar a instabilidade política que predominava no Rio de Janeiro. Tal registro não era feito sem um certo desdém pelo descaso que percebia no novo regime para com a manutenção e o fomento de uma civilização no Brasil.

Nos seus dois primeiros governos, a República enfrentou sérias dificuldades. O governo de Deodoro da Fonseca, embora não tenha enfrentado oposição por parte dos governadores de Estado, aos quais tinha constituído como interventores - exceção feita ao governo paulista -, recebeu forte oposição do parlamento. Este, constituído em 25% por oficiais das forças Armadas, trouxe à tona uma série de desentendimentos entre membros da marinha e do exército, que se arrastavam desde o Império, bem como dissensões entre setores antagônicos do exército<sup>15</sup>. Além deste problema,

---

<sup>13</sup> Faz-se necessário aqui observar que não percebo a Revolta da Vacina como um movimento de reação à reforma urbana do Rio de Janeiro, como considerou Jaime Benchimol. A interpretação histórica deste fenômeno que julgo mais apropriada foi realizada por José Murilo de Carvalho, que atribui esta sublevação aos boatos relativos à vacinação, boatos que ameaçavam as referências morais da população da cidade. Ver: Jaime Larry Benchimol. Op. cit. p. 298-311 e José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. Op. cit. p. 91-139. Em virtude da minha interpretação deste fato histórico, quando abordar a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, no capítulo III, não discutirei a Revolta da Vacina, pois não a percebo como uma reação às ações de afirmação das idéias de progresso e de civilização na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Ver: Joaquim Nabuco. *Um Estadista no Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. P. 31.

<sup>15</sup> Cf. Fernando Henrique Cardoso. *Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales*. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano.

Deodoro enfrentou um grupo civil organizado, o Partido Republicano Paulista, que dispunha de uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados.

Uma das provas das dificuldades de Deodoro junto ao parlamento foi a eleição indireta para a presidência da República. Nesta, Deodoro disputou vencendo por pequena margem de votos o opositor paulista Prudente de Moraes, resultado que obteve menos pela sua aceitação política do que pelo forte espírito corporativo das Forças Armadas que se uniram em torno de sua candidatura e pelo temor da oposição de um golpe militar em caso de vitória paulista<sup>16</sup>. A fragilidade de Deodoro seria de todo exposta na eleição para a vice-presidência, na qual o Marechal Floriano Peixoto, Vice de seu opositor paulista, obteria três vezes mais votos que o candidato de sua chapa, Almirante Wandenkolk<sup>17</sup>.

Em fevereiro de 1891, quando da promulgação da constituição, Deodoro não dissolve o parlamento, a fim de proceder novas eleições legislativas, convertendo o Congresso Nacional Constituinte em Congresso ordinário, mantendo assim a situação das bancadas. Como a maioria dos deputados encontrava-se a margem do poder em seus estados pelas manipulações da política regional operadas por Deodoro, o Presidente recebeu forte oposição do parlamento, o que comprometeu a sua governabilidade<sup>18</sup>. Na tentativa de resolver o impasse com o legislativo, o generalíssimo dissolve o Congresso Nacional e decreta Estado de Sítio. Não conseguindo resistir as pressões militares que proviam da articulação de uma seção das Forças Armadas com o grupo paulista, Deodoro renuncia, abrindo espaço para ascensão de seu Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto.

Em novembro de 1891, assume a presidência da República o Marechal Floriano Peixoto. Se a gestão de Deodoro da Fonseca fora marcada

---

Vol. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). n.8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 40.

<sup>16</sup> Cf. Maria do Carmo Campello de Souza. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: Carlos Guilherme Mota (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1982. p. 172.

<sup>17</sup> Cf. Fernando Henrique Cardoso. Op. cit. p. 40.

<sup>18</sup> Cf. Maria do Carmo Campello de Souza. Op. cit. p. 173.



pelo conflito com o parlamento, a administração de Floriano seria marcada pela oposição dos estados. Ao ascender ao poder, Floriano depõe todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Os novos governadores dissolveram as assembleias legislativas e os tribunais locais, bem como todos os cargos públicos que eram controlados pelos antigos gestores. Embora tal medida tenha trazido a toda gestão de Floriano uma forte oposição de elites políticas regionais, ela possibilitou uma melhoria na relação do Governo Federal com o Congresso Nacional, que atormentara a gestão precedente, pois a maioria dos parlamentares encontrava-se à margem dos, então, governos estaduais.

Na nova ordem federativa inaugurada com a República, a estabilidade política não poderia mais dispor de artifícios como a atuação do poder moderador e a dissolução da Câmara. Contudo, novos canais institucionais não foram engendrados, a fim de absorver as crises políticas decorrentes dos conflitos entre as elites nacionais. A relação do poder executivo com os estados tornava-se fundamental, pois as eleições para a Câmara dos deputados e o Senado dependiam do poder local, mais especificamente, da atuação dos governos estaduais. Assim, a atitude de Floriano Peixoto ao dissolver os governos estaduais conduziu a configuração de seus principais antagonistas, em troca de uma melhoria na relação executivo-legislativo, condição de sua governabilidade, como atestava a experiência acumulada no governo de Deodoro.

No entanto, apesar de melhorar a relação do executivo com o parlamento, Floriano teria um governo mais conturbado que o do seu antecessor, muito embora, ao cabo, tenha conseguido maiores resultados em institucionalização que o governo de Deodoro<sup>19</sup>.

O governo de Floriano enfrentou dois grandes problemas, além da oposição cerrada que vinha das elites estaduais: a Revolta Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul, por questões de disputa do poder político local, em 1893 e, no mesmo ano, a Revolta da Armada, que bombardeara o Rio de Janeiro sob a liderança do Almirante Saldanha da Gama. Tais revoltas levaram Floriano Peixoto a assumir um discurso e uma atitude firme em nome da ordem. Esta postura trouxe-lhe a simpatia de um segmento da sociedade

ideologicamente pouco definido, que congregava uma parte significativa das camadas médias urbanas.<sup>20</sup> Este movimento o identificou como sua maior liderança, um ícone contra os que identificavam como os exploradores do Brasil, entre os quais, na visão de seus militantes, se destacava o elemento português.

A situação econômica da cidade também colaborou para o desenvolvimento deste movimento<sup>21</sup>, que questionava a democracia liberal, defendendo uma ditadura de Floriano Peixoto. Passada a euforia do encilhamento, a economia nacional revelava índices pouco alentadores. Segundo José Murilo de Carvalho, nos primeiros cinco anos da República houve um aumento salarial de cerca de 100 % contra 300 % nos preços<sup>22</sup>. O quadro piorava diante do avanço da migração e imigração, que aumentavam o desemprego.

Este movimento chamou-se jacobinismo e cresceu alimentado pela crise econômica que se avolumou ao longo do governo de Floriano Peixoto. Os jacobinos eram um movimento republicano radical que congregava as camadas médias urbanas e que se caracterizou, sobretudo, pela sua lusofobia. Eles consideravam que a crise sócio-econômica pela qual o país atravessava era culpa dos imigrantes portugueses que, além de retirar os empregos dos brasileiros, os exploravam pelo domínio da indústria, do comércio e do setor imobiliário. Aos gritos de “mata marinheiro”, os jacobinos promoveram espancamentos de portugueses no Rio de Janeiro, aos quais identificavam com

---

<sup>19</sup> Cf. Fernando Henrique Cardoso. Op. cit. p. 43

<sup>20</sup> Nos utilizaremos aqui da designação camadas médias urbanas para o período republicano a que nos propomos tratar. Faremos usos deste conceito de Décio A. M. de Saes, embora estejamos conscientes de toda a complexa discussão que perpassa a questão da teoria da estrutura de classe na tradição de pensamento marxista e que não nos cabe agora tratar por não constituir elemento fundamental de nossa questão. Sobre uma discussão a respeito do conceito ver: Paulo Sérgio Pinheiro. *Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida Política*. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). n.9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. A origem deste conceito pode ser encontrada em Décio Azevedo Marques de Saes. *O Civilismo das Camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira*. Campinas: Dissertação de mestrado, 1971 (mimeo).

<sup>21</sup> Celso Furtado atribui a intranqüilidade social e política das zonas urbanas nesta época à crise econômica pela qual passava o país. Ver: Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987. P. 172.

<sup>22</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 21 .

a monarquia, regime que repudiavam, associando-a, no caso brasileiro, com o antigo regime francês<sup>23</sup>.

Eram um grupo politicamente organizado. Existiam vários clubes jacobinos espalhados pela cidade. Participavam de greves, protestos e demais manifestações políticas, denunciando vários homens públicos como restauradores da monarquia, o que consideravam a mais alta traição ao país. A identificação de Floriano Peixoto como sua liderança maior deu-se após o combate que este ofereceu à revolta da armada, movimento identificado como restaurador do regime progresso. Foram particularmente intensos no governo de Prudente de Moraes, um dos supostos restauradores monárquicos, que entendiam não combater seriamente o movimento revoltoso de Canudos.

A agitação jacobina colaborou em muito para o aumento da tensão política no Rio de Janeiro. Agressões, espancamentos, marchas, greves e empastelamento de jornais, entre outras ações foram comuns na cidade durante o governo de Floriano. Este movimento somente perdeu intensidade ao final do governo de Prudente de Moraes, com as derrotas políticas de florianistas no parlamento e com o desgaste junto à sociedade.

O período do governo de Floriano Peixoto também registrou o crescimento do movimento operário, que já começava a organizar-se através de sindicatos e associações operárias, além de desenvolver uma imprensa operária ativa, que denunciava os abusos da burguesia carioca contra os trabalhadores. Nesta época, cresceu, sobretudo, o movimento anarquista, um movimento operário ideologicamente definido e organizado que se desenvolveu fortemente no Rio de Janeiro através das correntes imigratórias portuguesa, espanhola e italiana. Ao longo das duas primeiras décadas do regime republicano, os anarquistas patrocinaram greves, manifestações públicas e até mesmo uma literatura, denunciando o que consideravam o caráter dominador de toda forma de governo<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 26.

<sup>24</sup> Sobre a presença do anarquismo no Rio de Janeiro deste período, ver: André Nunes de Azevedo. *A Utopia da Cidade Anarquista*. Rio de Janeiro: Monografia de bacharelado em História pela UERJ, 1995. (mimeo.)

Paradoxalmente, o governo de Floriano Peixoto conseguiu extrair uma maior estabilidade relativa à República do contexto de revolta e agitação política que assolou o país. Diante da forte conturbação, Floriano, através do movimento jacobino e do apoio dos políticos do PRP - que pensavam na institucionalização da República a fim de assumir o poder pelo voto mais adiante - associou a Revolta Federalista e a Revolta da Armada com a restauração da Monarquia. Assim, afigurou-se como uma espécie de “guardião da República”, seu consolidador, ícone do movimento jacobino, o que conferiu respaldo popular ao seu governo.<sup>25</sup>

Já respaldado pelos jacobinos, entre os quais se destacou o Deputado Francisco Glicério – líder do Partido Republicano Federal, base de sustentação para o governo, Floriano melhorou as condições de estabilidade política ao associar-se às elites de São Paulo. Entre os quadros do Partido Republicano Paulista no seu governo, figuraram nomes de destaque como Rodrigues Alves, Ministro das Finanças, Bernardino de Campos, Presidente da Câmara e Prudente de Moraes, Presidente do Senado, ao qual transmitiria o governo. A aliança com o PRP foi decisiva para o enfrentamento das conturbações políticas pelas quais o seu governo passava. Ao mesmo tempo, os paulistas viam no discurso de manutenção da ordem política de Floriano diante das revoltas de 1893, a oportunidade de respaldar o seu governo em favor da institucionalização da República, pois sabiam ser ela a condição de sua ascensão ao poder. De fato, em 1894, Prudente de Moraes saiu vitorioso do pleito presidencial, assumindo em novembro daquele ano, não obstante o Marechal Floriano ter predileção pelo governador do Pará, Lauro Sodré e a despeito de conspirações golpistas que não se concretizaram pela negação do apoio do Marechal. Os paulistas ascendiam buscando sedimentar as regras do jogo político, uma obra cuja realização caberia somente ao sucessor de Prudente de Moraes.

---

<sup>25</sup> Cf. Maria do Carmo Campello de Souza. Op. cit. p. 177.

### 3.3

#### O Encilhamento como Indutor de uma Nova Experiência na Cidade do Rio de Janeiro

A abolição da escravidão e a formação de um mercado de mão-de-obra livre não impôs apenas desafios sociais. A economia brasileira sofreria o impacto de uma economia baseada na mão-de-obra assalariada e o Estado o compromisso de arcar com as indenizações pela pulverização da propriedade de diversos agentes econômicos, pois a abolição impactava não só nos produtores escravistas como nos seus credores, que utilizavam da propriedade escrava como caução para as dívidas dos proprietários escravistas.

O esforço de responder as exigências de uma economia baseada no mercado de mão-de-obra livre levou o Visconde de Ouro Preto a descentralizar a emissão monetária já em novembro de 1888. A falta de liquidez e a necessidade de indenizar os proprietários forçaram uma revisão na política monetária brasileira, embora esta não se encontrasse de todo descentralizada<sup>26</sup> na gestão do Visconde.

Com a instauração da República, Rui Barbosa assume o Ministério das Finanças e confere uma nova perspectiva à política monetária enceta por Ouro Preto. Buscando construir uma economia moderna, Rui Barbosa amplia a concessão para emissões monetárias a vários bancos, o que aumenta sobremaneira a quantidade de moeda no mercado do Rio de Janeiro sem que esta tenha qualquer lastro. O resultado de tal política foi a indução de uma febre especulativa, decorrente da facilidade de crédito. Vários agentes especularam com a situação, profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e grandes negociantes, fazendeiros, gente que tomava empréstimos, a fim de obter lucros rápidos e fáceis na ciranda especulativa<sup>27</sup>. A falta de lastro nas emissões levou a uma inflação em espiral crescente, à degradação da taxa

---

<sup>26</sup> Cf. Luiz Antônio Tannuri. O encilhamento. São Paulo: Hucitec: FUNCAMP, 1977. P. 6.

<sup>27</sup> José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que Não Foi. Op. cit. p. 20.

cambial e ao aumento dos preços e do custo de vida. Várias indústrias surgiram e poucos anos depois uma parte considerável foi à falência.

O ano de 1890, o primeiro do encilhamento na República, foi de grande euforia. A criação de várias empresas fez parecer aos contemporâneos que a República estabeleceria uma nova era de prosperidade material<sup>28</sup>. Na capital, dominava a crença de que se poderia enriquecer do dia para a noite, de que a ascensão social dependeria cada vez mais da argúcia dos indivíduos para aproveitar o momento, tirar proveito das situações que se configuravam seja no relacionamento com o Estado, seja no empreendimento especulativo<sup>29</sup>. Era o momento de libertar os apetites contidos pela austeridade da estrutura política imperial, postada na figura proba do imperador<sup>30</sup>, na sua vigilância, na referência moral que era para uma sociedade rural e patriarcal. Tal como um pai, o imperador intervinha com o seu poder para “moderar” as ações, comedir os apetites individuais. O Império era referenciado em um ideal de sociedade holista, consoante à tradição ibérica, da qual derivou<sup>31</sup>. Gilberto Freyre, em seu clássico *Ordem e progresso* afirmou que o imperador D. Pedro II temeria mesmo os excessos de progresso material<sup>32</sup>.

Com a República vem a dissolução da ordem política. Cai o Imperador e com ele a centralização política, jurídica, administrativa e o poder moderador. Não havia mais “vigilância moral”, não havia mais fortes censuras às diligências em enriquecer ou, pelo menos, pouco pesavam ou pouca importância atribuíam a elas neste momento<sup>33</sup>. A nação que a República idealizava deveria surgir da prosperidade material, dos ganhos de cada um de

<sup>28</sup> Cf. Nicolau Svcenko. *A Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Social na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 27.

<sup>29</sup> Cf. Nicolau Svcenko. *Op. cit.* p. 24-41.

<sup>30</sup> José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. . *Op. cit.* p. 26.

<sup>31</sup> Cf. Richard Morse. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 71-86.

<sup>32</sup> Gilberto Freyre. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959. Vol. 1. P. 26.

<sup>33</sup> Sobre a relação entre a ausência da figura do Imperador e a alteração nos padrões morais daí decorrentes, ver: José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. *Op. cit.* p. 26

seus indivíduos que deixavam de ser percebidos como uma unidade holista determinada pelo ideal nacional e passavam a ser percebidos como um contrato entre indivíduos. Neste contrato, os mais fortes, mais hábeis, mais adaptados ao novo momento que se abria prevaleceriam econômica e socialmente, o que somaria para a construção da grande nação republicana. O darwinismo social era a tônica do novo regime. O holismo imperial parecia diante do crescente individualismo burguês que ia emergindo com a República e o encilhamento.

A República abdicou da responsabilidade pela construção de uma civilização, algo próprio do Império. As mudanças na ordem política propiciadas pela República e a experiência do encilhamento fizeram do progresso, entendido na República como desenvolvimento material – técnico e econômico – o principal valor e metáfora política<sup>34</sup> a ser reconhecida pela República. Como apareceria escrito em um jornal da época: “*A República é a riqueza*”<sup>35</sup>.

Concebiam-se que não seria necessário preocupar-se com a construção de um ideal de civilização no Brasil, pois a civilização adviria inexoravelmente como decorrência do progresso material, estaria como o “pote de ouro ao final do arco-íris”, esperando que todo o seu percurso fosse realizado, para que se chegasse ao prêmio que aguardava ao cabo. Seria, portanto, um dispêndio desnecessário de energias investir diretamente em algo que só aconteceria através da execução de um pré-requisito.

Distintamente do Império, com a República, a “civilização” deixava de ser o valor fundamental. Este agora passava a ser o “progresso”, que a subordinava ao seu sentido de desenvolvimento material. Se no Império construir uma civilização era a condição para que se pudesse reconhecer que o Brasil progredia – no Império, era o progresso que se subordinava ao ideal de

<sup>34</sup> Segundo Hayden White, metáfora é um tropo de linguagem que significa, literalmente, “transferência”. É quando um fenômeno pode ser caracterizado em função de sua semelhança ou diferença com um outro. White dá o exemplo da frase: “Meu coração, uma rosa”. Ver: Hayden white. Meta-História. A Imaginação Histórica do século XIX São Paulo: Edusp, 1992. p. 46-52. Tomando com referência a definição de White, por metáfora política entendo a tradução simbólica de um ente político, no caso em questão a Monarquia ou a República brasileira, por uma idéia expressa em uma palavra.

<sup>35</sup> Citado em Raimundo Magalhães Jr., Deodoro. A Espada Contra o Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Vol. II. P. 161. Apud José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que Não Foi. Op. cit. p. 26.

civilização, com a República, a subordinação invertia-se, era a civilização quem se encontrava subsumida ao progresso.

O Rio de Janeiro saía da visão romântica de cidade, de base holista, na qual a civilização era entendida como uma unidade orgânica, sendo o valor e o ideal político maior a ser atingido, para uma visão iluminista de cidade, de base individualista, entendida como lugar de uma solidariedade mecânica, na qual o único limite à expansão das individualidades seria a lei – caso, por ventura, fosse respeitada.

O Rio de Janeiro Imperial buscou legitimar-se como principal cidade nacional através da metáfora política da civilização. O Rio de Janeiro republicano tentou tal legitimação pela metáfora política do progresso.

O ideal modelo do cidadão da República, moldado durante a experiência do encilhamento, distinguia-se assim também daquele do Império. Agora, o grande filósofo, jurista, esteta ou homem da pólis perdia espaço para o empreendedor, o industrial, o grande comerciante que souberam aproveitar as oportunidades abertas pelo novo regime. O grande homem da República era aquele que acompanhava o progresso, que percebia as oportunidades e não as deixava escapar. Esta busca intensa de novas oportunidades de enriquecimento presente com o fenômeno do encilhamento propiciou ao período republicano uma valorização do futuro maior que a do passado<sup>36</sup>, uma característica da idéia de progresso vigente na República, para a qual o passado era tido como uma época de "atraso" da monarquia, forma de governo associada por algumas correntes republicanas com o antigo regime europeu<sup>37</sup>. Assim, a dimensão de futuro presente na idéia de progresso vigente na República configurava uma expectativa de advento que mitigava o papel do passado nacional, tido como óbice para um futuro glorioso, que estaria em gestação nos primeiros anos da República. A tradição monárquica no campo da política ou a tradição colonial no campo da arquitetura deveriam ser extirpadas como elementos que impediriam a ruptura que a força do progresso republicano viria estabelecer,

---

<sup>36</sup> Cf. Gilberto Freyre. Op. cit. p. cxxviii e p. cxxxiv.

<sup>37</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil. Op. cit. P. 26.



seriam o "velho" sendo derrotado pelo novo que a nova forma de governo representaria<sup>38</sup>.

De forma distinta, a idéia de progresso presente no Império supunha uma reverência a um passado, um acrescentar à tradição de civilização que era percebida como sendo sustentada pela ordem política estabelecida durante o Segundo Reinado. Ao contrário da idéia de progresso republicana, a vigente no período imperial jamais supôs uma ruptura com o passado, ou considerou o futuro como mais importante que o acúmulo das experiências pretéritas.

Considero oportuno estabelecer a minha divergência para com Gilberto Freyre quanto à avaliação que este faz da idéia de progresso nas duas últimas décadas do período imperial. Para Freyre, a República favoreceu no seu dizer: o "*jogo entre dois aparentes contrários - ordem e progresso - que durante o Império vinha sendo sacrificado ao domínio quase exclusivo da ordem, com algum desprezo pelo progresso.*"<sup>39</sup> Conforme foi demonstrado no capítulo primeiro desta tese, o Império não desprezou a idéia de progresso, ao contrário, a valorizou em meio as suas dificuldades políticas. O que de fato não constituía uma idéia primordial no Império não era a idéia de progresso em si, mas a idéia de progresso pensada fundamentalmente enquanto desenvolvimento material e enquanto advento de um futuro pela negação de um passado, a tônica dominante da idéia de progresso em voga na Velha República. A idéia de progresso vigente no Império, pensada enquanto um melhoramento contínuo e gradual da civilização que se projetava adiante foi valorizada, como se pode observar no primeiro capítulo, nos discursos do Imperador e de membros da elite política imperial. Esta idéia de progresso fazia sobressair a idéia de tradição, de valorização de um passado, pois tal idéia encontrava-se subordinada à primordial do Império, a de civilização, uma que dependia da lembrança de um passado para obter a sua legitimação<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Gilberto Freyre chama a atenção para o fato de que na República cresceu a utilização de produtos para tingir cabelos, barba e bigode e que a figura da criança passou a ser mais valorizada que a do ancião, associada com o Imperador de barba branca, fatos que dariam nota do esforço republicano em associar o regime que se estabelecia com o novo que surgia opondo-se ao antigo, ao velho. Ver.: Gilberto Freyre. Op. cit. p. cxxxviii e p. cxxxii.

<sup>39</sup> Cf. Gilberto Freyre Op. cit. p. 36.

<sup>40</sup> Cf. Fernand Braudel. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins fontes, 1989. P. 51.

A idéia de progresso que prevaleceu na República foi em muito induzida pelo fenômeno do encilhamento. As novas oportunidades que emergiam da febre especulativa e da abundância de crédito para o desenvolvimento de novos empreendimentos propiciaram um sentimento de euforia quanto à possibilidade de ganhos materiais na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros meses do encilhamento republicano foram alvissareiros, produzindo ganhos financeiros na bolsa de valores e surgimento de novas empresas em uma velocidade tão espantosa quanto à vista poucos anos depois na perda de fortunas e na falência de indústrias<sup>41</sup>.

A principal fonte histórica relativa ao clima surgido na capital com o encilhamento é o romance *O encilhamento*, publicado pelo Visconde de Taunay em 1894. A obra mostra a todo o momento a atitude psicológica de boa parte dos cidadãos brasileiros quanto à possibilidade de "ganhos fáceis" com o novo fenômeno econômico, a ânsia pelo lucro e mesmo o desespero de tirar proveito de oportunidades de lucro fabulosos que pareciam únicas aos atores da época. E uma das primeiras páginas de seu romance, Taunay retrata a expectativa que invadiu a cidade nos primeiros anos da República:

"Terrível o aperto, completos o acotovelamento e a igualdade; todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiados conhecidos; homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modo ora insinuantes, ora imperiosos como que de fidalgos deslocados do seu meio *habitual*, *afeitos a todos os negócios*, *prontos para todas as transações havidas e por haver*; (...).<sup>42</sup>"

A atmosfera era de esperança de ascensão social ou de enriquecimento rápido e fácil que poderia vir a qualquer momento. O encilhamento estimulou um certo clima de tensão, no qual se deveria estar

---

<sup>41</sup> Cf. Nícia Vilela Luz. *A Luta pela Industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975. P.107-108.

<sup>42</sup> Heitor Malheiros. *O Encilhamento. Scenas Contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Vol 1. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães - Editor, 1894. P. 2-3.

sempre atento às oportunidades oferecidas pelo progresso posto em marcha pela República. O indivíduo deveria estar alerta, pronto para agir, pois a qualquer momento a grande oportunidade de enriquecimento poderia lhe ser oferecida de maneira única. É como nos diz Taunay: “*Cumpria acompanhar o progresso que segue rápido e não espera por ninguém; deixar-se de estatelado como um frade de pedra, a ver passar a mais brilhante das procissões – ouro a rolar*”<sup>43</sup>.

O encilhamento, a febre especulativa dele decorrente, e a criação de diversas empresas de ocasião fomentaram a crença de que o Rio de Janeiro modernizava a sua economia, rumo consonante com o progresso de que o novo regime teria dotado a cidade. Era uma época de euforia com o desenvolvimento material do país, o qual, acreditavam alguns, estaria, conduzido pelo progresso da República, fadado ao destino grandioso da República dos Estados Unidos da América do Norte<sup>44</sup>. Esta euforia para com aquilo que seria o progresso da economia nacional e a crença na capacidade dos brasileiros operarem tal progresso facultado pelo novo regime também foi retratado por Taunay:

“A todo transe, urgia apelar, reunir, mobilizar capitais, acordá-los, sacudi-los, tangê-los e, sem detença nem vacilação, obriga-los a frutificar antes do mais em proveito de quantos se propunham, ousados e patriotas, a agitar e vencer o torpor das economias amontoadas, apáticas, imprimindo-lhes elasticidade e vibração”<sup>45</sup>.

O encilhamento e a nova estrutura política que emergiu com a República - propiciadora de uma menor austeridade na relação entre público e privado - estimularam uma nova postura da elite e das camadas médias urbanas diante da economia do país. Tais setores da sociedade carioca passaram a adquirir uma postura menos contemplativa e mais ativa quanto às

<sup>43</sup> Malheiros. Op. cit. p. 20.

<sup>44</sup> Esta crença foi forte durante as primeiras décadas da República Velha entre setores da elite republicana que buscavam identificar o Brasil com o modelo de progresso que era os Estados Unidos. Tal crença levou o monarquista Eduardo Prado a escrever um livro criticando esta aproximação ideológica com os norte-americanos como algo incoerente com a tradição cultural e política brasileira, de filiação européia. Ver: Eduardo Prado. A Ilusão Americana. São Paulo: IBRASA, 1980.

<sup>45</sup> Malheiros . Op. cit. p. 13.

oportunidades de investimentos e aos novos negócios que estabeleciam entre o setor público e os agentes privados. Taunay, em um dos trechos de seu romance retrata esta diferença através do contraste estabelecido entre a postura de um pai e a do seu filho diante da economia do país, que se pode interpretar como as diferentes posturas do cidadão do Rio de Janeiro no Império e na República diante desta dimensão da vida. Observe:

"O outro não sabia. Talvez não acabasse. O país parecia ter afinal achado o governo de que tanto precisava. Era o que seu pai, o papai, pregava com muita discursaria. Ah ! O velho entendia de finanças e levava horas e horas a ler tudo o quanto escrevia o Ruy Barbosa, sem saltar uma linha. Quanto a ele [ o filho ], só tratava de fazer dinheiro."<sup>46</sup>

Fazer dinheiro tornou-se um lema latente em boa parte das consciências dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro nesta época, tal como "fazer engenharia" fora o lema explícito de um grupo de engenheiros que avançou o século XX em busca da fortuna propiciada pelas novas relações que o poder privado estabelecia com o Estado na República. A busca do enriquecimento manifestou-se não entre os muros de Associações profissionais emergentes e nos corredores da bolsa de valores, mas também na ampliação de hábitos mais simples como os jogos de azar, que ganhavam maior vulto na cidade. No Rio de Janeiro republicano, todos os métodos eram considerados para aquilo que cada vez mais se tornava o fim social maior: o enriquecimento. Observe o fragmento abaixo:

"Uma das conseqüências lógicas do encilhamento, um dos prolongamentos naturais para o esbanjamento do dinheiro tão facilmente e para a ocupação das noites - os jogos de parada e de azar. Substituíam-se títulos e ações por cartas e tentos, e procurava-se mais direta e expeditamente a fortuna no powker, no baccará, bancado ou não, no écarté e na roleta."<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Malheiros . Op. cit. p. 15.

<sup>47</sup> Heitor Malheiros. O Encilhamento. Scenas Contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892. Vol 2. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães - Editor, 1895. P. 6.

A idéia de progresso material estimulada pelas elites da República atingiu a amplos setores do espectro social do Rio de Janeiro. Pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, quituteiras, magistrados, artesãos etc. No Rio de Janeiro do período republicano, enriquecer foi muito mais do que uma questão de locupletação com o consumo de bens materiais, foi fundamentalmente uma maneira de adquirir maior prestígio social em uma sociedade na qual vários elementos de distinção social, típico das sociedades patriarcais começavam a ver-se abalados. Doravante, cada vez mais, a riqueza passaria a ser um fator de grande relevância para medir o status social de um indivíduo, independentemente de sua formação ou origem. É como se percebe quando Gilberto Freyre discorre sobre a voga do dente de ouro no Rio de Janeiro, um elemento simbólico de distinção social em uma cidade onde cidadãos de diversas proveniências sociais e étnicas circulavam pelo centro urbano. Segundo Freyre:

"Uma das elegâncias, quer de soldados, quer de paisanos, que vindo da parte mais humilde da população, atingissem os primeiros postos de importância nas suas atividades ou profissões, foi, na época, a do dente de ouro. Raro o "cônego" sem o seu dente de ouro. Rara, também, sem o seu dente de ouro, a mulata ou mulher de cor com algum sucesso como mulher ou com algum prestígio como quitandeira ou quituteira. Raro o indivíduo de cor, bacharel em direito, alferes do exército, pequeno negociante - em ascensão social: necessitando de afirmar-se - sem dente de ouro. Dos próprios brancos e indivíduos de origem modesta vários foram os que se deixaram contagiar pela moda do dente de ouro."<sup>48</sup>

Freyre faz menção também ao espírito de arrivismo que predominou no Rio de Janeiro do período republicano. Um arrivismo que afirma ter atingido diversas classes sociais, desde negros deslumbrados com a sua condição de homens livres, como novos-ricos que lucravam com as oportunidades oferecidas pelo encilhamento. Segundo Freyre:

"(...)seu arrivismo [ o dos negros libertos ] tomou aspectos por vezes ridículos e até cômicos; e não de todo dessemelhantes dos característicos do arrivismo ou do rastaquerismo dos novos ricos, que não tardaram a emergir do chamado

---

<sup>48</sup> Gilberto Freyre. Op. cit. p. CXXVII.

encilhamento. Uns embregados com a liberdade; outros, com a riqueza de repente adquirida; mas todos igualmente arrivistas.<sup>49</sup>"

Este espírito arrivista, a busca desenfreada pelo enriquecimento também não escapou a tinta do Visconde de Taunay:

"Por sobre todos pairava uma ansiedade opressora, deliquescente, de esperanças e de receios (...) a fome do ouro, a sede da riqueza, a sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação, do triunfo, tudo isso depressa, muito depressa, de um dia para o outro!<sup>50</sup>"

A busca do enriquecimento pessoal passou a adquirir maior relevância na República:

"Lá no íntimo, o que simplesmente o preocupava, era ganhar dinheiro, jogar na praça, armar-sede boas libras esterlinas, depois influir no câmbio, aproveitar as flutuações do encilhamento, ir para a Europa, de mudança radical, talvez, quem sabe?<sup>51</sup>"

Além do arrivismo, o *smartismo* também se desenvolvia como postura diante da vida na capital. A idéia de que somente os mais espertos estariam aptos a lucrar, independente de qualquer norma jurídica ou moral expandiu-se na cidade. Tal ocorreu seja pelo desenvolvimento do espírito arrivista no Rio de Janeiro, estimulado pelo encilhamento, seja pelas oportunidades surgidas com o agenciamento do Estado por setores da elite republicana ou pela prática da "viração", muitas vezes, condição da sobrevivência dos ex-escravos, que se viam desamparados em meio à uma cidade repleta de oportunidades de ganho. As relações econômicas, desde as mais informais e populares até aquelas envolvendo grandes negociações eram

---

<sup>49</sup> Ibidem. p. CXIX - CXX..

<sup>50</sup> Malheiros. Op. cit. v. 1. P. 3-4.

<sup>51</sup> Ibidem. P. 58-59.

cada vez mais operadas com o resguardo dos agentes, tomados de um ceticismo cada vez maior quanto aos seus parceiros. "*O comprador* [ de uma empresa ] *contava com a palavra de honra do outro; mas, no seu entender, palavras de honra não fecham negócios. Só o dinheiro na mão. Outrora ainda podia ser; mas hoje a ponta era dos mais espertos...*"<sup>52</sup>

O arrivismo e o *smartismo* cresceram no Rio de Janeiro republicano com o afrouxamento da austeridade nas relações entre poder público e poder privado, favorecida por uma estrutura política descentralizada. A esta nova orientação política somou-se a experiência do encilhamento, que estimulou a valorização social da riqueza como fator de legitimação social. Juntos, estes elementos propiciaram uma reorientação na relação de subordinação de valores entre civilização e progresso. A busca do ganho material passava então a predominar na cidade como principal ideal de vida, o que pode ser traduzido por um dito popular publicado na revista *Fon-fon* no início do novo século: "*A vida é um pau de sebo que escorrega tendo na ponta presa uma bolada*"<sup>53</sup>. Com a República, a idéia de progresso não seria mais a mesma daquela vigente nas últimas décadas do Império. Doravante, o elemento preponderante na idéia de progresso seria o seu aspecto de desenvolvimento material; um valor em si, ao qual os demais deveriam encontrar-se subordinados.

### 3.4

#### O Clube de Engenharia na República

Nascido em 1880, foi somente na República que o Clube de Engenharia viu o seu prestígio crescer como instituição representativa do campo técnico. Tal fenômeno deve-se a duas razões: o crescimento da

---

<sup>52</sup> Ibidem. P. 36-37.

<sup>53</sup> D. J. Valverde. A Vida. Fon-Fon. 15/01/1910. Apud. Nicolau Svcenko. Op. cit. p. 39.

economia do Rio de Janeiro e o novo padrão de relacionamento entre poder público e os agentes econômicos da cidade, facultados pela República.

A economia do Rio de Janeiro registrou um significativo crescimento durante as duas primeiras décadas do período republicano. O fenômeno do encilhamento, a despeito de todo caos econômico por ele causado, teve um impacto industrializante na economia da cidade. Segundo Stein, do total do capital empregado na formação e ampliação e de fábricas têxteis no período entre maio de 1889 e janeiro de 1892, aproximadamente 60% foi integralizado<sup>54</sup>. Não obstante a República não ter desenvolvido em momento algum uma política direta para o fomento industrial,<sup>55</sup> ela colaborou para o crescimento da indústria na capital. De acordo com Wilson Cano, boa parte das empresas desenvolvidas com o crédito abundante do encilhamento quitaram rapidamente seus pedidos de importações de bens de capital, não vindo assim a abalar-se com a desvalorização da moeda, já fortemente sentida por várias empresas em 1892. Ao contrário, segundo Cano, estas empresas teriam ganho com a degradação cambial, uma vez que importaram os bens de capital a preços antigos e passaram a vender seus produtos por um preço mais alto.<sup>56</sup> Ainda, conforme Eulália Lobo, o legado da política financeira dos primeiros anos da República foi o de iniciar a ruptura entre manufatura e indústria<sup>57</sup>.

A última década do século XIX registrou um crescimento da atividade econômica no Rio de Janeiro. Na área industrial, a cidade mantinha a sua supremacia. Em 1907, o Distrito Federal era responsável por 33% da produção industrial brasileira, sendo seguida por São Paulo, que respondia a época com não mais que 16% do montante geral do país<sup>58</sup>. Segundo

---

<sup>54</sup> Cf. Stanley Stein. *A Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. P. 173.

<sup>55</sup> Cf. Nícia Vilela Luz. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. P. 165-203.

<sup>56</sup> Cf. Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977. P. 177

<sup>57</sup> Cf. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.459-463. 2 v.

<sup>58</sup> Cf. Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 173.



Benchimol, aproximadamente metade destas empresas foram criadas na época do encilhamento, a ela sobrevivendo<sup>59</sup>.

O setor terciário também registrou forte crescimento no Rio de Janeiro das duas primeiras décadas da República. O contingente populacional empregado na atividade comercial cresceu. Ascendeu de 48.048 habitantes em 1890, para 62.062 em 1906. O contingente de profissionais liberais quase triplicou nestes 16 anos e o de funcionários públicos dobrou, ao passo que a população da cidade cresceu em 46,8%<sup>60</sup>.

Na virada do século, não obstante o crescimento na área industrial<sup>61</sup>, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade eminentemente comercial, cuja a maior parte de sua população encontrava-se empregada nos ramos do funcionalismo público e no comércio. A maior característica econômica da capital era ser um centro financeiro e de comércio importador. A maior parte dos produtos consumidos no Rio de Janeiro era importado, o que tornava o equilíbrio da economia da cidade extremamente dependente do equilíbrio da taxa cambial que, até o governo de Rodrigues Alves, foi comprometido com a política socialização dos prejuízos do setor cafeicultor<sup>62</sup>.

As principais obras executadas na cidade eram concessões do poder público à iniciativa privada, na qual não raro se registravam lucros fabulosos com grande facilidade, como com a venda de concessões públicas<sup>63</sup> entre empresas privadas. A República foi marcada por uma série de negócios escusos envolvendo relações de favorecimento entre o setor público e o privado,<sup>64</sup> em uma clara indicação da mudança no padrão de relação entre o

---

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Ibidem. p. 177.

<sup>61</sup> A população do Rio de Janeiro empregada no setor secundário no ano de 1907 era de 115.779 habitantes. Ibidem. p. 176.

<sup>62</sup> Ver: Celso Furtado. Op. cit. p. 178-179 e Caio Prado Júnior. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 221.

<sup>63</sup> Um exemplo desta prática pode ser encontrado no estudo de Lamarão sobre a modernização do porto do Rio de Janeiro. Ver: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Dos Trapiches ao Porto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. P. 128-136.

<sup>64</sup> Não cabe aqui listar o grande número de exemplos de tal relação escusa entre o poder público e o privado, já fartamente apontados pela historiografia brasileira. Para um quadro

Estado e os interesses empresariais privados da época do Império à República. Deste novo padrão de relacionamento econômico muitas vantagens obteriam os engenheiros que, atentos à forte demanda econômica e social por obras públicas, buscaram organizar-se, a fim de ordenar os interesses dos agentes privados atuantes no campo técnico da cidade.

Conscientes das vantagens advindas do relacionamento econômico entre o Estado e o capital privado, que a República inaugurara, os engenheiros buscaram delimitar o seu campo de atuação, a fim de usufruir das oportunidades oferecidas pelo poder público. O Clube de Engenharia era a principal instituição incumbida de cumprir este intuito. Através dela os engenheiros faziam gestões junto ao parlamento brasileiro, criavam eventos, organizavam estudos, seminários e debates, além de produzirem uma série de discursos que buscavam ampliar o espaço de atuação do engenheiro na cidade. Tais discursos eram, em parte, publicados através da revista do Clube de Engenharia. Eles dão nota do esforço que a corporação dos engenheiros operava em prol da delimitação do campo técnico<sup>65</sup> brasileiro.

A afirmação do campo técnico no Brasil tinha, entre outros obstáculos, a própria formação cultural brasileira. A sociedade brasileira da virada do século era ainda uma sociedade rural, patriarcal e dominada nas grandes cidades por bacharéis em direito. A formação educacional da elite brasileira era de base humanística, distante do ensino científico, base da formação da visão de mundo do engenheiro.<sup>66</sup> Assim, uma das dimensões da luta dos engenheiros brasileiros associados ao Clube de Engenharia era a luta pelo reconhecimento do espaço que a administração técnica deveria ter na

---

deste tipo de relação, ver: Fernando Antônio Faria. Os Vícios da Re(s)pública. Negócios e Poder na Passagem para o Século XX. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

<sup>65</sup> Por campo técnico entendo a constituição de um campo de trabalho privado com agentes definidos relativamente às atividades técnicas.

<sup>66</sup> Considero importante afirmar que, embora a formação técnica do engenheiro informe a sua cosmovisão, este não se encontra imune a cultura presente em sua sociedade. A cultura bacharelesca brasileira também colabora na conformação da cosmogonia do engenheiro brasileiro, assim como este reproduz em vários níveis práticas políticas típicas desta sociedade. Não obstante, o engenheiro brasileiro da virada do século não pode ser reduzido à estes macro-caracteres da nossa cultura. Pela natureza de sua formação, ele carrega consigo uma série de especificidades que dão nota de características próprias deste grupo, distinguindo-o em diversos aspectos do bacharel em direito, por exemplo, o tipo dominante na elite política brasileira.

sociedade brasileira<sup>67</sup>. Pelo reconhecimento de que algumas funções somente poderiam ser exercidas por engenheiros e não por outros profissionais, posto que somente estes teriam a competência técnica para exercê-lo. Em meio a uma discussão a respeito da necessidade de melhorar as condições de operação da Estrada de Ferro Central do Brasil, o engenheiro Chagas Dória afirmaria:

“Muito se tem dito escrito sobre a desorganização do serviço da Central, atribuindo-se o fato à incompetência do pessoal dirigente.

Não me ocuparei deste assunto; estou convencido de que os melhores administradores lutarão debalde contra as causas materiais, que perturbam o tráfico e não conseguirão um serviço regular sem a sua remoção. A questão é de mecânica, mais do que de moral”.<sup>68</sup>

Minimizando as questões morais no desenvolvimento insatisfatório que os engenheiros apontavam na administração da Estrada de Ferro Central do Brasil e maximizando o poder regenerador das soluções técnicas para a instituição, os engenheiros traziam a si a incumbência de alguns setores da administração pública.

Seis anos depois, o engenheiro Paulo de Frontin, que logo viria a tornar-se o mais ilustre dos presidentes do Clube de Engenharia, interviria decisivamente em um debate do Congresso de Engenharia e Indústria ocorrido no Clube a propósito da, então, possível reforma urbana do Rio de Janeiro. Preocupado com o lugar que caberia aos engenheiros na sociedade brasileira, Frontin contesta alguns de seus colegas debatedores, apontando para o caráter da solução que se deveria formular para o problema urbano do Rio de Janeiro, segundo Frontin:

---

<sup>67</sup> Deve-se notar que o esforço do Clube de Engenharia em promover a atividade técnica na cidade do Rio de Janeiro foi em muito facilitado pela própria experiência histórica da cidade nos primeiros anos da República, onde o desenvolvimento tecnológico passou a adquirir maior prestígio e admiração por parte do carioca. Sobre a fascinação pela técnica no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX, ver: Flora Süssekind. Cinematógrafo das Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>68</sup> Discurso do engenheiro Chagas Dória. Revista do Clube de Engenharia. II Série, n. 1. Janeiro de 1895. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895. p.53.

“Sr. Presidente, pedi a palavra para tratar da questão aberta que constitui a segunda questão da segunda seção do Congresso de engenharia e industria, pelo fato de divergir do modo pelo qual os meus ilustrados colegas que me precederam encararam o assunto. Da parte de uns tive a oportunidade de ouvir que a questão não era mais de ordem técnica, que se tratava unicamente de uma questão de administração; da parte de outro ilustre colega, o nosso distintíssimo Presidente, tive ocasião de ouvir que se tratava, não mais também de uma questão técnica, mas de competência constitucional.

Ora, estou, como disse, em absoluta divergência, quer em relação a um, quer em relação a outro, e creio que, se de fato a questão se tivesse tornado exclusivamente ou uma questão de administração ou uma questão de competência constitucional, a esfera a quem caberia a solução deste magno problema não seria o Congresso de Engenharia e Industria; e sim, o ilustre Prefeito do Distrito Federal, agindo dentro dos meios que lhe faculta a lei e dos recursos que pudesse obter por qualquer forma ou então o Congresso Nacional que deveria de uma vez delimitar a competência constitucional, atribuindo-a quer integralmente ao Governo Federal, quer dando plena autonomia à Municipalidade ou ainda aceitando o princípio do consórcio que foi aqui também perfeitamente expandido pelo nosso distinto colega, Dr. Pedro Luiz, pretendendo neste intuito reunir não só a intervenção do Governo Federal como a da Municipalidade e finalmente a dos próprios particulares.

Julgo porém, que ao contrário a questão primordial é exatamente a questão técnica”<sup>69</sup>.

No entender de Frontin, algo importante como uma grande reforma urbana do Rio de Janeiro não poderia ser assunto para administradores ou juristas. Caberia aos homens da racionalidade técnica incumbir-se dela e, assim sendo, deveriam dar a ela um tratamento eminentemente técnico, única solução possível para os problemas da cidade. As contradições urbanas do Rio de Janeiro não poderiam ser resolvidas com medidas legislativas ou administrativas. Para Paulo de Frontin seria fundamental afirmar, inclusive no interior de sua própria corporação, o caráter imprescindível da técnica e sua superioridade enquanto instrumento de resolução dos problemas urbanos.

A afirmação da superioridade da técnica na resolução dos problemas urbanos tinha como sentido maior delimitar, no que tange ao mercado de trabalho, alguns campos de atuação como próprios dos profissionais de engenharia. A luta era travada, sobretudo, contra médicos e bacharéis em direito que, até então, vinham ocupando os principais cargos públicos. Foi nesta perspectiva que o engenheiro Pedro Luiz sugere, durante os

---

<sup>69</sup> Discurso do engenheiro Paulo de Frontin . Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p.137-138.

debates do Congresso de Engenharia e Industria, que se constitua uma junta técnica para dirigir o saneamento do Rio de Janeiro. Veja a sua proposta:

“ A junta técnica, que projetar os trabalhos ou que sobre elas tenha que emitir parecer ou de acompanhar a sua construção, será constituída pelos seguintes membros: diretor das obras municipais, inspetor geral das obras públicas, diretor da saúde dos portos, um lente eleito pela congregação da Escola de Medicina, um lente eleito pela congregação da Escola Politécnica, um membro eleito pelo Clube de Engenharia, um membro eleito pelo Instituto Politécnico, um membro eleito pela academia de Belas Artes”<sup>70</sup>.

Percebe-se que, dos oito membros sugeridos para a comissão de saneamento da cidade, cinco seriam engenheiros – Diretor das Obras Municipais, Inspetor Geral das Obras Públicas, Professor da Escola Politécnica, membro do Instituto Politécnico e membro do Clube de Engenharia - apenas dois médicos – Diretor da Saúde dos Portos e Professor da Escola de Medicina- e um artista – Professor da Escola de Belas Artes. Dos membros sugeridos, mais da metade seria de engenheiros. Tal soma era pensada não somente na perspectiva de garantir um nicho de mercado para a categoria, como, sobretudo, a oportunidade de ter membros da corporação dirigindo as obras públicas, influenciando na relação entre o poder público e o capital privado de uma série de empresários da área técnica, muitos dos quais, sócios do Clube de Engenharia.

Mais do que um instrumento para a resolução pragmática dos problemas urbanos, a engenharia era apresentada pelos membros do Clube como condição da civilização. Não poderia haver civilização sem engenharia, uma idéia que se encontrava de todo afinada com a noção de progresso que emergia com a República. Estrategicamente desenvolvida, a idéia indicava que qualquer projeto civilizador para o Brasil deveria passar, necessariamente, por uma forte atuação dos profissionais de engenharia, prontos para empreender e executar obras, tornando assim a civilização uma decorrência natural do desenvolvimento técnico e econômico de uma sociedade. É o que se nota no discurso do engenheiro Augusto Liberalli:

---

<sup>70</sup> Discurso do engenheiro Pedro Luiz . Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p.149.

“A necessidade de um cargo profissional se verifica pelo proveito tirado dos serviços prestados pela profissão. A engenharia torna-se indispensável nos povos que se civilizam, quando, sob o regime das leis, se organizam em municípios ou em outras regiões administrativas; ela é sinônimo de civilização na mais alta acepção da palavra, e sua necessidade se manifestará juntamente com a das outras profissões como elemento da organização social e que devem existir agregados, operando na esfera de atribuições que lhes competem”<sup>71</sup>.

A idéia de progresso, como já se teve oportunidade de observar, traduz a idéia de um movimento adiante que conduz a um avanço através de melhorias continuadas. No entanto, com o surgimento da República e do fenômeno econômico do encilhamento a ela vinculada, a idéia de progresso passou a associar-se cada vez mais à idéia de desenvolvimento material. Operar o progresso passava a ser utilizado, cada vez com mais freqüência, com o sentido de empreender obras, capitais, construções, indústrias e comércio. É o que se observa em algumas passagens da revista do Clube de Engenharia:

“(…) [Uma cidade ] com maior ou menor população fixada nos seus limites, possuindo uma câmara municipal com seus conselheiros, escolas de instrução com os seus professores, igrejas com os seus pastores, magistrados, médicos, advogados, enfim todas as profissões científicas representadas, menos a engenharia; esta povoação, cidade ou vila, como as temos algumas no Brasil, não logrará o título de civilizada, não se desenvolverá, não passará de uma tapera se a engenharia, nas suas diferentes especialidades, acompanhada das artes e ofícios que lhe são correlativas, não lhe trazer o progresso representado em todos os melhoramentos materiais, que o homem culto e inteligente não pode prescindir de usufruir como um bem à sua existência”<sup>72</sup>.

O progresso, pré-requisito para o desenvolvimento de uma civilização, era cada vez mais percebido como desenvolvimento material e a engenharia seria a profissão a que caberia a operacionalização do progresso, sendo portanto o instrumento privilegiado no fomento à civilização.

<sup>71</sup> Discurso do engenheiro Augusto Liberalli . Revista do Clube de Engenharia. III Série. n.2. Outubro de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Americana – Fábio Reis e Cia., 1897. p. 126.

<sup>72</sup> Discurso do engenheiro Augusto Liberalli . Revista do Clube de Engenharia. III Série. n.2. Outubro de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Americana – Fábio Reis e Cia., 1897. p. 128.

No discurso do Presidente do Clube de Engenharia feito, diante de Campos Sales, por ocasião da abertura do Congresso Nacional de Engenharia e Indústria, pode-se constatar, assim como em Augusto Liberalli, o caráter da concepção de progresso presente na República. Note bem o tom de execução material a que a palavra remete:

“Pode-se portanto dizer que o progresso de um país em por principal fator a sua engenharia e a sua indústria.

Se tratássemos medir, exprimir o progresso para um número, este seria o que desse a intensidade das forças motrizes que impulsionam as máquinas elevatórias que, em seus portos efetuarão o embarque e desembarque dos gêneros que ele oferece à venda e dos que compra para o seu consumo; das que põem em movimento as máquinas que em suas oficinas e fábricas efetuam a transformação da matéria prima para adaptá-la a satisfação das nossas necessidades, e finalmente das que no embolo, quer das locomotivas, quer das máquinas dos barcos, que sulcam os rios e seus mares, permitem o transporte rápido, econômico e seguro. O número de cavalos-vapor, produzidos quer pelo combustível natural, quer pela queda hidráulica ou por qualquer outro meio, e despendidos anualmente, poderia assim dar idéia aproximadamente do grau de adiantamento de um povo (muito bem !)

O problema do progresso se reduz, portanto, à sujeição das forças da natureza à vontade e ao arbítrio do homem e a engenharia é a arte que nos ensina o modo porque se obtém essa sujeição. Ela já foi definida: a arte de [dominar] as grandes fontes de força da natureza para a utilidade e conveniência do homem.

O Estudo da engenharia em suas inúmeras variedades é, pois, o do progresso, da civilização(...)”<sup>73</sup>.

A engenharia era o progresso. Desta feita, ela deveria encontrar-se preocupada com tudo aquilo pertinente a esta idéia. Assim, o Clube de Engenharia manifestou uma preocupação especial com a questão urbana, sobretudo com aquela ligada à maior cidade, o Rio de Janeiro, que, assim sendo, deveria ser o maior centro de exemplaridade do progresso do país. A cidade era tida como o lugar “natural” do progresso, *locus* por excelência de sua manifestação. Observe o discurso de um dos engenheiros, sócio do Clube, a propósito desta questão:

“Devemos ter sempre em vista que, em geral, construímos para os outros: as estruturas pela sua estabilidade e solidez atravessam muitas gerações(...), e os

<sup>73</sup> Discurso do engenheiro Osório de Almeida. Ata da Sessão Solene Inaugural do Congresso Nacional de engenharia e Indústria, realizado em 24 de dezembro de 1900 . Revista do Clube de Engenharia. IV Série. n.3. Janeiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. XXI.

defeitos de construção, que atrofiaram a vida de um homem, perduram depois de sua morte, ceifando novas existências ou embaraçando o natural progresso da cidade”<sup>74</sup>.

A cidade era o lugar estratégico da atuação da engenharia. Ela representava uma ampla gama de possibilidades de negócios para empresários da construção civil e demais engenheiros. Por isso, vários argumentos em favor de uma grande reforma urbana vinham sendo utilizados pelos engenheiros desde os primeiros anos da República. Dentre eles, sobressaem aqueles referenciados na capitalidade<sup>75</sup> do Rio de Janeiro que, em geral, exploram a necessidade de uma grande reforma urbana, que deveria ocorrer pela alta relevância simbólica da cidade. Entre os discursos realizados no Congresso Nacional de Engenharia e Indústria de 1901, um dos que mais bem traduz este status da cidade é o proferido pelo arquiteto Adolfo Morales de los Rios. Veja:

“Aos que esperam pela realização da futura capital da República para que o mundo admire as nossas prodigalidades em matéria de higiene e de salubridade urbana diremos apenas que o Rio de Janeiro será sempre o New York da nossa Washington, qualquer que ela seja e que a nossa capital bem merece que se a dote com o saneamento de que carecem as preciosas vidas dos cidadãos que aqui colaboram para o engrandecimento do país”<sup>76</sup>.

A capitalidade do Rio de Janeiro era, por vezes, superdimensionada. Não raro os membros do Clube de Engenharia eram flagrados atribuindo à cidade uma importância ou destaque acima mesmo de suas condições objetivas. *“Vemos pois que a multiplicação de saídas para o porto de mar, estabelecendo-se mesmo a concorrência, e com despeza não muito grande, trará a certeza de satisfazer as necessidades de um porto como*

---

<sup>74</sup> Discurso do engenheiro Castro Barbosa. Ata da Sessão Solene Inaugural do Congresso Nacional de engenharia e Industria, realizado em 24 de dezembro de 1900 . Revista do Clube de Engenharia. III Série. n.2. Outubro de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Americana – Fábio Reis e Cia, 1901. p. 128.

<sup>75</sup> Sobre o conceito de capitalidade, ver: André Nunes de Azevedo. A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um Exercício de Reflexão Histórica. Op. cit.

<sup>76</sup> Discurso do arquiteto Morales de los Rios. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 184.



*o do Rio de Janeiro, o primeiro e maior do mundo”<sup>77</sup> ou: “A rua reta, arborizada, embelezada e larga é o meu ideal para o Rio de Janeiro, que deve reconquistar os foros de primeira cidade em tudo da América do Sul”<sup>78</sup>.*

O Rio de Janeiro era visto, portanto, como uma grande metrópole, muito maior do que, de fato, era. Assim, atribuindo um grande valor simbólico ao Rio de Janeiro, tido como espaço modelar do progresso no Brasil, é que o Clube de Engenharia promove, na virada do século, o Congresso Nacional de Engenharia e Indústria. Este, comemorativo dos quatrocentos anos do descobrimento do país, teve como tema principal o saneamento e o embelezamento da cidade. Segundo Sônia Gomes Pereira, pode-se depreender dos debates deste congresso duas posturas sobre a reforma urbana do Rio de Janeiro. A primeira, era a que priorizava os aspectos sanitários e higiênicos nos projetos de remodelação da urbe. Para este grupo, dotar a cidade de melhores condições higiênicas já resolveria o problema do embelezamento. Sanear já seria uma ação de embelezamento da capital. A outra postura, conferia prioridade aos aspectos estéticos e seu impacto simbólico na cidade. Para estes, o embelezamento do Rio de Janeiro já seria em grande parte o seu saneamento<sup>79</sup>. Os engenheiros pertencentes a esta última corrente já se apresentavam sensíveis às demandas políticas da sociedade carioca. Tal grupo percebia que não interessaria às elites dirigentes nacionais apenas operar uma grande reforma urbana somente com finalidade sanitária. Percebiam que a cidade e a República encontravam-se em crise de legitimação simbólica<sup>80</sup> e que, para responder a tal crise, seria necessário que o Clube de Engenharia

---

<sup>77</sup> Discurso do engenheiro Lisboa. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Typographya Leuzinger, 1895. p. 99.

<sup>78</sup> Discurso do engenheiro Augusto Liberalli. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 177.

<sup>79</sup> Cf. Sônia Gomes Pereira. A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1992. p. 143.

<sup>80</sup> Sobre a crise da capitalidade do Rio de Janeiro, induzida pelo reordenamento político encetado com a República, ver: André Nunes de Azevedo. Entre o Progresso e a Civilização. O Rio de Janeiro nos Traçados da sua Capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ. Dissertação de Mestrado em História, 1998 (mimeo.). Ver sobretudo o capítulo I.

deixasse claro em sua proposta de saneamento urbano o empenho em operar algo mais que o saneamento da capital.

Com um histórico de discussões sobre o saneamento da capital, o Clube de Engenharia buscava aproximar-se cada vez mais do Governo Federal, a fim de defender a necessidade de uma grande reforma urbana para a cidade e, ao mesmo tempo, oferecer-se como orientador da concepção e operador da execução de tal empreitada. Como já se teve ocasião de perceber, desde os tempos do Império, o Clube de Engenharia vinha construindo a sua imagem pública como entidade filantrópica, neutra e propugnadora da causa da promoção do progresso e da civilização no Brasil. A aproximação entre o Clube de Engenharia e o Governo Federal vinha avançando desde o governo de Prudente de Moraes, estreitando-se ainda mais no governo de Campos Sales, um presidente que primava por caracterizar o seu governo como sendo eminentemente técnico<sup>81</sup>. Neste governo, a aproximação deu-se em tal ordem que a revista do Clube de Engenharia passou a ser editada na gráfica do Governo Federal. O Congresso Nacional de Engenharia e Indústria, aberto oficialmente em dezembro de 1900, contou a presença do Presidente da República, Campos Sales. Tais fatos dão nota do estreitamento da ligação do Clube de Engenharia com o Governo Federal na virada do século, um estreitamento que registraria o seu ápice durante a presidência de Rodrigues Alves.

Entre as estratégias de defesa de uma grande reforma urbana para o Rio de Janeiro, engenheiros filiados ao Clube de Engenharia sustentaram que a reestruturação urbanística e sanitária de uma cidade traria como conseqüência uma melhoria moral para a população desta cidade. Em casos de cidades com sérios problemas de estruturação urbanística como o Rio de Janeiro, a reforma urbana aparecia como condição da urbanidade de seus cidadãos. A qualidade urbanística da cidade poderia servir então como gabarito para aferir o grau de civilidade de seus moradores. É como afirma o engenheiro Augusto Liberalli em uma das reuniões ordinárias do Conselho Diretor do Clube de Engenharia:

---

<sup>81</sup> Tal fato começou a ocorrer com as revistas de 1901, que publicaram os debates sobre o saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, ocorridos no Congresso Nacional de Engenharia e Indústria. Este congresso foi aberto em 24 de dezembro de 1900, data no qual o Clube de Engenharia comemorava vinte anos de fundação.

*“A ornamentação apropriada, a arborização, a designação dada a essas praças públicas como também às ruas da cidade, servem de pedra de toque para se ajuizar do grau de educação pessoal, artística e cívica popular”<sup>82</sup>.*

Mais de três anos depois, no início do século XX, o engenheiro Liberalli radicaliza as suas proposições nesta questão. Seu discurso no Congresso Nacional de Engenharia e Indústria traduz de maneira mais clara e direta a idéia de uma suposta afetação moral do meio urbano sobre o habitante de cidades com problemas viários. Veja:

“Os característicos fisionômicos, o facies e hábito externo, o ar que se respira, o clima que se goza, o meio em que se vive, os costumes e hábitos vividos por hereditariedade, completam o conjunto para que o homem culto possa ajuizar, palpando a rua e o que nela se fixa e circula, o caráter e o espírito do povo que habita a cidade. Se pelo dedo se conhece o gigante, pela rua se conhece a importância da cidade e a grandeza da nação de que ela faz parte.

Eu acrescentarei ainda mais a minha proposição, sem querer amesquinhar o Rio de Janeiro, que foi a cidade de meu berço, eu acrescentarei o aditivo, que a estreiteza da rua, a tortuosidade da rua, o ambiente corrosivo da rua, podem concorrer no homem, desde a infância, para a estreiteza de vistas e até mesmo para a tortuosidade do caráter, cujos maus resultados, só a educação e a instrução podem corrigir

Não se pode negar a influência, a ação das coisas materiais sob o domínio moral; é um fato este comprovado por filósofos”<sup>83</sup>.

O discurso de Liberalli segue em tom ainda mais contundente quanto aos supostos efeitos da estrutura viária da capital sobre o cidadão carioca. Liberalli vai caracterizando o habitante do Rio de Janeiro segundo as características das ruas da cidade, até concluir que este, pela deficiente estrutura da urbe, seria inapto a viver em uma cidade possuidora do que seria uma “estrutura urbana civilizada”. Continuando com Liberalli:

---

<sup>82</sup> Discurso do engenheiro Augusto Liberalli . Revista do Clube de Engenharia. III Série. n.2. Outubro de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Americana – Fábio Reis e Cia., 1897. p. 124.

<sup>83</sup> Discurso do engenheiro Augusto Liberalli. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 176.

“Acostumados desde a infância com as ruas estreitas, escuras e tortuosas do Rio de Janeiro, o carioca é um defeituoso, não enxerga bem e caminha mal; coloque-o em uma rua movimentada de Berlim em que há o hábito das direções certas de subida e descida no passeio das ruas e ele esbarrará a cada passo, acotovelando os transeuntes.

E como todos os efeitos têm a sua causa primordial, eu ainda repito: a influência da linha reta no moral e no físico do homem, não é uma ficção; a reta não é só o caminho por onde a luz se propaga e difunde para chegar aos nossos olhos, é também o caminho por onde a luz chega ao nosso espírito; e a prova é, que a linha reta do dever é um fato moral”<sup>84</sup>.

Além de influencia moral, de incidir em seus hábitos e comportamentos urbanos, Liberalli defende que as ruas chegariam mesmo a ter influência na constituição física do cidadão, o que justificaria a compleição desfavorável do brasileiro em relação aos povos entendidos como civilizados. Assim também seria justificado a inferioridade intelectual dos nacionais em face aos “povos civilizados”, pois a tortuosidade das ruas coloniais conduziria inapelavelmente à tortuosidade do espírito, ao seu embotamento. Com efeito, Liberalli desenha um quadro desesperador, no qual a única saída para o desenvolvimento moral, ético, intelectual e mesmo físico do cidadão carioca seria uma grande reforma urbana. Esta, ao retificar e ampliar as ruas, retificaria e ampliaria a capacidade moral, ética, física e intelectual do habitante do Rio de Janeiro, o que daria nota ao estrangeiro dos “adiantamentos do Brasil”.

Mais adiante, em um outro momento do seu longo discurso, o engenheiro, não satisfeito com as missivas desferidas contra o formato das ruas da capital, parte agora à ofensiva contra o nome das ruas da cidade, os quais considera ofensivos à urbanidade do Rio de Janeiro. Segundo o engenheiro, a má denominação dos logradouros públicos conduziria ao vandalismo, ameaçando a civilidade urbana e, conseqüentemente, comprometendo as obras materiais, expressões do progresso na cidade. A narrativa que se segue chega mesmo a despertar o espírito cômico do leitor:

“A municipalidade afixa em placas nas ruas, registra nos seus livros em que escreve a propriedade predial, nomes irrisórios e sui generes(...)

---

<sup>84</sup> Ibidem. p. 176-177.

Registra o Beco do quebra-Bunda, a Rua do quebra Cangalhas, a do Escorrega, a do Capão do Bispo e outras irreverências. Para caracterizar talvez o especimem das diversas categorias de ruas, conserva o nome do beco, da rua, da ladeira e Travessa das Escadinhas do Livramento e idênticas Escadinhas da Conceição, de que nos livre Nossa Senhora.

(...)

O garoto da Rua do Quebra-Bundas e das outras ruas quebradas, cria-se identificado com a rua e há de por educação ou por índole quebrar os lampiões, as árvores, e os isoladores dos postes onde está amarrado o nosso progresso que deve caminhar”<sup>85</sup>.

Assim, os engenheiros do Clube de Engenharia construíam uma série de argumentos, a fim de pressionar a sociedade carioca em favor de uma reforma urbana para o Rio de Janeiro. Cada vez mais próximos do poder político institucional, o Clube de Engenharia jogaria um papel decisivo na grande reforma urbana da capital, a qual anteciparam no Congresso Nacional de Engenharia e Indústria, por eles promovido com este fim. A ligação do Clube de Engenharia com o Governo Federal chegaria, portanto, ao seu ápice na gestão de Rodrigues Alves, um governo *sui generis* na promoção da idéia de progresso.

### 3.5

#### **Alberto Sales. O Principal Ideólogo do Progresso dos Liberais Paulistas**

De forma distinta dos jacobinos, os liberais brasileiros não foram dados à agitação das ruas. Embora alguns liberais mais eufóricos se regozijassem-se em imaginar uma derrubada da monarquia brasileira “a lá Revolução Francesa”, com o povo nas ruas banindo o "antigo regime", que

---

<sup>85</sup> Ibidem. p. 180.

seria aqui representado pela monarquia de D. Pedro II<sup>86</sup>, eles não vieram a desenvolver nenhum tipo de organização popular, como fizeram os jacobinos.

No entanto, os liberais que ocuparam um papel destacado durante as primeiras décadas do período republicano - na qual se tornaram hegemônicos<sup>87</sup> - não foram os admiradores da 1a. República francesa na sua fase jacobina, mas aqueles ligados à cafeicultura paulista. Defensores devotados da institucionalização republicana pelo temor das intervenções desestabilizadoras vindas dos militares<sup>88</sup>, os liberais paulistas buscariam consolidar e aprimorar a ordem política desenvolvida nos primeiros anos da República.

Não obstante o esforço empreendido pelos paulistas em prol da institucionalização da República - que se dava pela percepção de que esta era a melhor forma de sedimentar a sua ascendência na política nacional - existia por parte deste segmento político um sentimento de superioridade no âmbito da federação brasileira<sup>89</sup>. Desde as últimas décadas do período imperial, a elite política paulista julgava a sua província superior ao restante do país e injustiçada por ter que sustentar as demais Províncias, especialmente ao norte de São Paulo, consideradas decadentes. Com o reordenamento da estrutura política nacional, através da constituição republicana, os paulistas atenuaram esta demanda, pois a questão da transferência de suas riquezas as demais regiões seria resolvida pela revisão da ordem tributária brasileira. Esta passava a prever a recepção dos impostos de exportação por parte dos estados, enquanto os impostos de importação ficavam a cargo do Governo Federal.

---

<sup>86</sup> Sobre o imaginário deste segmento político presente no início da República, ver: José Murilo de Carvalho. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. Op. cit. p. 19-20.

<sup>87</sup> Sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, ver: Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci. Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P. 35-44.

<sup>88</sup> Sobre a capacidade de produção de desestabilização política por parte das Forças Armadas, ver: José Murilo de Carvalho. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. *O Brasil Republicano*. Vol. 2. *Sociedade e Instituições (1889-1930)*. n.9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Passim.

<sup>89</sup> Sobre a dominação política dos liberais paulistas em fins do século XIX e início do século XX, ver: Maria Emília Prado. *Os Impasses da Cidadania na Transição da Monarquia para a República no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Tese de Doutorado em História apresentada à USP, 1992. (mimeo.).

No entanto, a luta pela afirmação da autonomia de São Paulo levou os liberais paulistas a construírem uma ideologia que tomou por base um dos principais intelectuais europeus que discutiram a idéia de progresso, o inglês Herbert Spencer. A teoria do progresso de Spencer, apresentada em 1857 em *O progresso, sua lei e causa*, é aqui convenientemente adaptada à situação brasileira em 1887 por um dos intelectuais orgânicos<sup>90</sup> mais destacados da classe social dos grandes cafeicultores paulistas, João Alberto Sales, irmão daquele que viria a ser Presidente da República, Campos Sales.

Na sua principal obra sobre a questão, chamada sintomaticamente *A pátria paulista*<sup>91</sup>, Alberto Sales buscou, através da fundamentação científica em Spencer, comprovar a sua tese de que a separação de São Paulo do Brasil seria um processo natural e inexorável.

A fim de cumprir este intuito, Sales, que cita Littré, perfaz na primeira parte de seu livro, um caminho que passa, no seu dizer, das ciências mais específicas para as mais gerais, iniciando pelo que seria uma teoria do progresso na biologia, passando sucessivamente à sociologia, ciência política e história. Assim, o autor apresenta uma coerência dentro do método positivo que certamente não teria a reprovação de um Comtiano convicto, não obstante não ser Sales um positivista. Na segunda parte do trabalho, o intelectual paulista discorre sobre o que denominou “as vantagens práticas do separatismo”, analisando os benefícios que São Paulo obteria em diversas áreas, como a política, a administrativa, a econômica, entre outras. Na terceira parte, o autor desenvolve uma teoria da nacionalidade brasileira em confronto com o que seria ou representaria uma nacionalidade paulista. Fazendo amplo uso de categorias como raça e etnia, Alberto Sales defende a idéia de que São Paulo e a região Sul do Brasil perfazem uma etnia distinta das demais regiões do país, sendo por isto pouco profícuo para a sua Província a manutenção de sua junção com o restante do Brasil.

---

<sup>90</sup> Sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, ver: Antônio Gramsci. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Passim.

<sup>91</sup> João Alberto Sales. *A Pátria Paulista*. Brasília: UNB, 1983.

No conjunto das argumentações de Sales a favor da separação de São Paulo do Brasil, sobressai como principal idéia e elemento orientador de seu raciocínio, a idéia de progresso. Neste texto, a idéia de progresso aparece sobretudo como avanço político, elemento *sine qua non* do aprimoramento da civilização – progresso moral e intelectual – e do progresso como desenvolvimento material, valor fundamental que se busca conquistar.

Como já frisamos, Salles trabalha com base em Spencer, a quem considera como “*a encarnação mais poderosa do pensamento moderno*”<sup>92</sup>. Segundo o intelectual inglês, o progresso consistiria na passagem do mais homogêneo para o mais heterogêneo, pela separação de células que devem diversificar-se umas em relação as outras<sup>93</sup>. Partindo dessa premissa, o ideólogo da pátria paulista diz acrescentar ao pensamento de Spencer, que considera “incompleto”<sup>94</sup>. Pois se o estudioso inglês afirmara que as partes tendem a diferenciar-se, o ideólogo bandeirante reputa que estas partes que se distinguem voltariam posteriormente a agregar-se, no que consideraria um processo natural de evolução de todos os organismos, sejam naturais ou sociais, pois: “*Além da desagregação [ prevista por Spencer], há uma agregação*”<sup>95</sup>.

Não é somente no que tange a relação entre as células que Salles acrescenta a Spencer. Assim também procede o intelectual paulista na questão da mestiçagem. Segundo Spencer, a união entre diferentes etnias seria profícua, pois acrescentaria a umas os pontos fortes da outra, somando assim para o melhoramento biológico e social do homem. Acrescentando a esta consideração de Spencer, Sales afirma que a mistura é positiva quando operada entre indivíduos da mesma raça, não se aplicando a premissa a indivíduos de raças diferentes. Neste último caso, no qual sobressai a situação brasileira, a mestiçagem não só não seria produtiva, como, ao contrário, teria um efeito prejudicial à constituição de uma nacionalidade. De acordo com Sales, a

<sup>92</sup> João Alberto Sales. Op. cit. p. 17.

<sup>93</sup> Cf. John Bury. *La Idea del Progreso*. Madrid: Alianza Editorial, 1971. P. 305.

<sup>94</sup> João Alberto Sales. Op. cit. p. 17.

<sup>95</sup> *Ibidem*.



mestiçagem seria um dos principais fatores responsáveis pelo progresso nos Estados Unidos, país pelo qual não esconde a sua admiração, como se observa a seguir:

“É admirável o cruzamento que, nos Estados unidos da América do Norte, entre ingleses, irlandeses, alemães, franceses, etc., etc. descendentes todos do mesmo tronco e possuindo, por assim dizer, com pequena diferença, o mesmo grau de cultura, aqueles povos se aproximam uns dos outros por muitos pontos de fortes analogias étnicas e mentais. Daí o maravilhoso progresso daquele povo; daí ainda a espantosa consistência daquela nacionalidade<sup>96</sup>” .

No entanto, quando aborda a questão dos cruzamentos no Brasil, o tom modifica-se:

“Há, contudo, casos em que o cruzamento se faz fora destas condições de aproximação e de analogia e em que a mistura se opera entre tipos inteiramente diferentes quer sob o ponto de vista antropológico, quer sob o ponto de vista psicológico. Tais são, por exemplo, os cruzamentos entre brancos, negros e indígenas, como se deram em larga escala, tanto na América espanhola, como na América portuguesa. Então, a mistura é mais prejudicial do que útil”<sup>97</sup> .

O Brasil estaria, portanto, no caminho oposto ao progresso, na medida em que operava tal mistura, considerada daninha. É por isto que a imigração cumpriria um papel estratégico para o ideólogo paulista, muito mais do que provimento de mão-de-obra, ela jogaria um papel essencial na pretensão paulista ao progresso. Segundo Alberto Sales:

“Precisamos não nos esquecer de que a imigração para nós não é atualmente um simples recurso contra as incertezas geradas pela crise que já começa a atravessar a lavoura, na necessidade de que se vê de substituir pouco a pouco o sistema do trabalho empregado, como aliás se vai efetuando de um modo verdadeiramente admirável; devemos também olhar para a imigração como o único meio de que

---

<sup>96</sup> Ibidem. p. 37.

<sup>97</sup> Ibidem. p. 37-38.

podemos dispor para o rápido povoamento da província e, portanto, como um fator econômico e político de alta valia<sup>98</sup> .

Assim, a imigração - de elementos de etnia branca, a fim de manter os cruzamentos entre a mesma raça, condição do crescimento de São Paulo - conduziria ao progresso material e político da Província, na medida em que trariam indivíduos considerados de “boa condição cultural”, para a formação da nacionalidade da pátria paulista. Esta, independente do Brasil e repleta de braços brancos prontos ao trabalho, estaria fatalmente destinada ao progresso e a civilização.

Alberto Sales faz a defesa da condição branca da população de São Paulo. Minimiza a presença negra na região e nega com veemência - contra todas as evidências em contrário - a condição de mamelucos dos paulistas, os quais teriam pouquíssimo sangue indígena. Este fato, segundo o autor, seria atestado pelo “*notável desenvolvimento moral e intelectual*”<sup>99</sup> da província, vista como sendo impossível se São Paulo fosse de constituição mestiça.

Com efeito, segundo a lei “bio-sociológica” constituída por Alberto Sales - que julgava aprimorar a teoria do progresso de Spencer - dada a similitude de características biológicas e sociais entre São Paulo e a região Sul do Brasil e a lei que previa a desagregação para a posterior agregação; São Paulo estaria destinada, pela força do progresso, a desmembrar-se do Brasil e a constituir uma federação com as Províncias do Sul do país. Segundo o intelectual paulista:

“Para nós, a federação que se formar, depois da separação de São Paulo, não poderá ser senão sulista. O Vale do Paraná será o seu corpo geográfico. É esta a nossa convicção e este o nosso vaticínio. Os relevos orográficos do solo, por um lado, e a constituição étnica da população, por outro, nos impõem aquela convicção. Eis o que representa para nós a pátria paulista”<sup>100</sup> .

---

<sup>98</sup> Ibidem. p. 61.

<sup>99</sup> Ibidem. p. 104. Nesta página Alberto Sales faz a defesa de uma constituição étnica com baixa mestiçagem em São Paulo, contra um comentador que entendia a Província como terra de mamelucos.

<sup>100</sup> Ibidem. p. 110.

Portanto, o progresso em Alberto Sales aparece sobretudo como progresso político. Como desenvolvimento de um processo natural e inexorável que, por força das características naturais da junção de um povo e de um meio geográfico privilegiados, conduziriam a sua distinção das outras células aos quais se encontrava ligado, para ligar-se a outras mais que também se distinguiram da célula matricial. *“É preciso que se convençam de uma vez para sempre que o separatismo é um simples processo natural e legítimo de progresso político, reconhecido e aconselhado pela ciência, dentro dos limites que ela prescreve(...)<sup>101</sup>”*.

É importante perceber ainda como em Alberto Sales a idéia de progresso relaciona-se com aquela correlata de civilização. Para o intelectual da Pátria Paulista, que tem o progresso como conceito central de sua obra, a idéia de progresso teria primazia sobre a de civilização. Na sua hierarquia de valores, a idéia de progresso conteria maior relevância, sendo ela, em seus desenvolvimentos, a responsável mesma pela consecução da civilização. Veja:

*“Todavia é evidente que a única reforma que neste assunto nos poderá conduzir ao caminho do progresso, reabilitando-nos aos olhos dos verdadeiros amigos da civilização e reerguendo-nos do baixo nível moral e intelectual em que nos achamos, será aquela que vier afastar o ensino da esfera da administração, tornando-o independente, livre e francamente autônomo”<sup>102</sup>.*

Com efeito, em Alberto Sales, é o progresso quem conduz à civilização, imputando uma relação hierárquica entre as duas idéias que invertia a hierarquia proposta pela elite imperial brasileira, na qual a idéia de civilização aparecia com ascendência. Em Alberto Sales, é o progresso, seja ele político, com a separação de São Paulo do Brasil, ou econômico, com o crescimento material da Província, que conduz em andante à civilização. Segundo o ideólogo paulista:

---

<sup>101</sup> Ibidem. p. 40.

<sup>102</sup> Ibidem. p. 53.

“A obra da Província de São Paulo espanta principalmente pela singularidade que neste ponto ela oferece com as outras províncias do Império. Enquanto que por toda a parte são construídas as estradas as custas do tesouro imperial, em nossa província são os capitais particulares que se congregam sob a forma do anonimato e realizam essas grandes empresas de viação, que vão cortando a província por todos os lados, como outros tantos canais abertos ao desenvolvimento da indústria e do comércio, ao mesmo tempo em que facilitam e promovem a expansão de nossas forças civilizadoras”<sup>103</sup>.

Embora a idéia de progresso de Alberto Sales esteja fixada na questão política do separatismo, a questão econômica tem para o intelectual paulista um papel fundamental. Mostrando-se permeado pela tradição do pensamento liberal inglês, sobretudo aquela ligada a Mandeville, o autor considera que o interesse individual quanto às questões materiais pode ser utilizado em prol da civilização. Comentando a propósito das estratégias que deveriam ser utilizadas na propaganda separatista para a população de São Paulo, Alberto Sales afirma:

“É justamente por isso que a propaganda separatista tem feito largo caminho na província: ela tem sido conduzida de preferência para o lado puramente econômico, que é precisamente aquele que mais impressiona o contribuinte. O egoísmo é um forte elemento de resistência; e assim como pode ser um obstáculo à realização de uma reforma, também pode ser a causa de uma revolução. É nele que residem, em última análise, os verdadeiros propulsores da civilização. A questão está unicamente na orientação que podem tomar as forças que daí se originam; e é aqui exatamente que está o segredo do propagandista”<sup>104</sup>.

Assim, percebe-se que, não obstante a questão biológica, sociológica e política serem as questões fundamentais no que tange ao progresso, a questão do desenvolvimento econômico também sobressaia com um papel destacado, sendo decisivo no estímulo à civilização. O progresso material seria, nas palavras do próprio Alberto Sales, “*propulsor da civilização*”.

---

<sup>103</sup> Ibidem. p. 63.

<sup>104</sup> Ibidem. p. 55-56.

### 3.6

## **Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves: a Hegemonia Política dos Liberais Paulistas**

### 3.6. a

#### **Prudente de Moraes**

Inaugurando um largo período de hegemonia política dos liberais paulistas, Prudente de Moraes foi eleito Presidente da República em 1894. O primeiro Presidente paulista tomou posse do governo sob a proteção de Floriano Peixoto, a quem apoiara durante a tentativa de golpe que este sofrera em 1891. Logo nos primeiros meses de governo, Prudente enfrentaria uma forte oposição no parlamento de uma de suas figuras mais proeminentes, o líder do PRF, Francisco Glicério. O PRF era o único partido nacional e abrigava uma ampla gama de políticos das mais diversas matizes.<sup>105</sup> Fora fundado em 1893 para dar sustentação ao governo de Floriano. Os desentendimentos entre o PRF e o Governo Federal surgiram em torno das eleições para os governos estaduais, pois enquanto o núcleo florianista do partido desejava a manutenção das situações regionais, estabelecidas durante a gestão de Floriano, o Presidente buscava estabelecer uma série de mudanças nas mesmas.

Esta situação fez com que os florianistas identificassem a figura de Prudente de Moraes com a restauração da monarquia, o que se acirrou com os reveses acumulados pelas tropas federais no combate à rebelião monarquista que Canudos representava aos olhos jacobinos.<sup>106</sup>

O governo sofreria ainda com o adoecimento de Prudente, que se afastaria do cargo entre novembro de 1896 e março de 1897, período em que governaria o seu Vice-Presidente, Manoel Vitorino, um florianista. Este não se

---

<sup>105</sup> Sobre o caráter do PRF, ver: Fernando Henrique Cardoso. Op. cit. p. 46.

<sup>106</sup> Cf. Maria do Carmo Campello de Souza. Op. cit. p. 178-179.

limita a dar continuidade à gestão do Presidente licenciado, mudando o ministério e aproximando-se do núcleo florianista do PRF. Aproveitando o clima tenso das ruas do Rio de Janeiro, que vivia um momento difícil com o aumento da carestia, dos movimentos grevistas e a intensificação da agitação jacobina, Manoel Vitorino não descartava a possibilidade de um golpe, o que o levou às modificações na política de Prudente<sup>107</sup>. Mas o golpe não veio, e Prudente reassumiria a presidência da República no dia 7 de março, data em que chegava ao Rio de Janeiro a notícia do massacre do exército em Canudos e da morte de um dos principais quadros do florianismo nas forças armadas, o general Moreira César. A tensão política era grande, o governo era acusado de complacência com os revoltosos por, supostamente, ser monarquista. Culminando as agitações jacobinas que vinham das ruas da cidade, em maio de 1897 é deflagrado uma tentativa de golpe na Escola Militar, que é abafada a tempo. Foi em torno deste fato que o governo conseguiu enfraquecer Francisco Glicério, líder jacobino do PRF, que passa a ser identificado como inimigo da ordem e é tolhido em sua liderança parlamentar através de uma série de manobras políticas na Câmara dos Deputados<sup>108</sup>.

Ainda seria registrada uma última ação para suplantar Prudente, com a tentativa de assassinato do Presidente em novembro de 1897, quando este recebia dois batalhões do arsenal de guerra retornados de Canudos. Prudente saiu ileso, sendo atingido fatalmente o seu Ministro da Guerra, Machado Bittencourt. Este episódio daria mais respaldo ao governo de Prudente, que passaria a contar com a indignação da população para com o radicalismo jacobino. Até o final do seu governo, jornais jacobinos foram empastelados por populares e o movimento radical vai perdendo cada vez mais força tanto nas ruas como no parlamento.

O governo de Prudente de Moraes foi marcado por forte instabilidade política, assim como os seus antecessores, Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca. Todos os três governos viveram os problemas do baixo nível de institucionalização política da República, o cerne da instabilidade

---

<sup>107</sup> Cf. Renato Lessa. Op. cit. p. 82.

<sup>108</sup> Sobre essas manobras ver: Renato Lessa. Op. cit. p. 83-84.

política, para além da agitação jacobina, do autoritarismo militar ou das rebeliões que estouravam na capital e em outras regiões do país.

Com a República, a cidade do Rio de Janeiro encontrou-se menos prestigiada politicamente, afigurando-se refém das políticas oligárquicas e da instabilidade política republicana. Para resolver o problema da instabilidade institucional, a cidade veria recrudescer o seu esvaziamento político com uma nova definição da relação entre o poder executivo federal e os poderes locais, ponto de maior tensão na ordem política republicana.

### **3.6. b**

#### **Campos Sales**

Em novembro de 1898, toma posse o novo Presidente da República. Tratava-se de Campos Sales, Governador do Estado de São Paulo no período de governo de Prudente de Moraes. O Governador paulista havia jogado um papel decisivo nos últimos anos do governo de Prudente, socorrendo-lhe com o apoio da bancada paulista contra a oposição dos florianistas do PRF, liderados por Francisco Glicério. Assim, habilitou-se politicamente para ascender à Presidência da República.<sup>109</sup>

A situação política do país em fins de 1898 era favorável. Campos Sales viajara à Europa, onde acabara de fechar um acordo de renegociação da dívida externa com os principais credores do Brasil; os militares encontravam-se apaziguados, após uma vasta história de distúrbio nos primeiros anos da República; os florianistas estavam politicamente liquidados no congresso e a agitação das ruas havia diminuído sensivelmente com o enfraquecimento do movimento jacobino.

Foi em meio a este clima político favorável que Campos Sales desenvolveu um discurso de neutralidade, condenando a disputa política e

---

<sup>109</sup> Cf. Maria do Carmo Campello de Souza. Op. cit. p. 181-182.

exaltando a técnica como instrumento privilegiado de um governo. Este, buscou transmitir uma postura de elevação dos conflitos por interesses de grupos e a imagem de neutralidade e de imparcialidade administrativa.<sup>110</sup> Para Campos Sales, um político historicamente ligado aos interesses da oligarquia cafeeicultora paulista, a conduta pragmática e de caráter técnico seria a primeira condição ao sucesso para qualquer presidente do Brasil. Campos Sales havia apoiado as teorias separatistas de seu irmão, o arauto da “pátria paulista”, Alberto Sales, em uma prova de seu espírito prático, pouco afeito à morosidade dos processos de ajustamento político, típicos das democracias.

Com efeito, levando adiante sua conduta pragmática, respaldada na ideologia da eficiência técnica na condução da economia e da administração pública nacional, Campos Sales buscou resolver problemas prementes da organização política brasileira. Estes, haviam ficado sem resolução no processo de reordenamento político da transição do Império à República, operado através da constituição de 1891. Tais problemas seriam decisivos no processo de institucionalização da República, um regime que encontrava dificuldades de afirmar no Brasil um instrumento político de equilíbrio entre os diversos interesses oligárquicos, como o fora o Poder Moderador durante o período imperial. As dificuldades de institucionalização da República e a conseqüente instabilidade do regime estariam relativas às relações entre o Poder Executivo e o Legislativo, o Poder Central e os Estados.<sup>111</sup> No ordenamento das relações entre estes dois eixos políticos, situava-se o “nó górdio”, que pôs em cheque a governabilidade dos três primeiros presidentes republicanos.

Em nome de um governo técnico e eficiente administrativamente, que discursava condenando o confronto de idéias e interesses, próprios da atividade política,<sup>112</sup> é que Campos Sales desenvolveu, em 1900, a chamada “política dos governadores”. Esta foi a constituição de um mecanismo de estabilização das relações políticas entre o Poder Executivo e o Legislativo, o Poder Central e os Estados. A estabilização destes dois eixos ficava garantida através da manutenção dos grupos de poder nos estados por parte do Governo

---

<sup>110</sup> Sobre esta ideologia da imparcialidade e eficiência administrativa desenvolvidas por Campos Sales, ver: Renato Lessa. Op. cit. p. 119-135.

<sup>111</sup> *Ibidem*. p. 115.



Federal pela sustentação parlamentar deste governo através da atuação das diversas bancadas estaduais. Tal ocorria através de um mecanismo chamado Comissão de Verificação de Poderes. Tal comissão, constituída de deputados governistas homologava ou não a eleição dos candidatos ao Congresso Nacional, de acordo com as conveniências políticas do Presidente da República. Na prática, o mecanismo constituía a legalização da fraude eleitoral, selecionando os deputados que não representariam potencial perigo ao Poder Executivo.

De fato, o Campos Sales conseguia com isto resolver o problema da estabilização política do regime republicano, uma problemática que vinha desafiando os seus sucessores, abalando-lhes a governabilidade. Sintomaticamente, na primeira eleição na qual vigiu a “política dos governadores”, chamada pelo seu criador “a política dos estados”, Campos Sales não reconheceu a eleição de Francisco Glicério, o maior líder da ala jacobina do PRF, deixando-o de fora dos dois últimos anos de sua legislatura.

Com a nova instituição de Campos Sales, a tarefa de ordenar a relação entre as elites nacionais estava completa. A República operava a sua *pax* entre os atores políticos da elite nacional, conquistando doravante o reconhecimento definitivo entre este setor da sociedade. Faltava, no entanto, a obtenção do reconhecimento do regime em outra esfera. Ao término do governo Campos Sales, a República ainda necessitava de uma outra forma de legitimidade, restava a tarefa de fazer com que o regime conquistasse a legitimidade popular.

---

<sup>112</sup> Ibidem. p. 99.

### 3.6. c

#### Rodrigues Alves

Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu em 7 de julho de 1848, na fazenda Pinheiro Velho, Distrito de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba paulista<sup>113</sup>. Ele fora o terceiro filho entre treze irmãos.

Seu pai, Domingos Rodrigues Alves, foi um imigrante português originário de uma pequena aldeia do Minho. Imigrou para o Brasil em 1832, sozinho, com apenas treze anos de idade. Fixou-se no Rio de Janeiro nos primeiros cinco anos, onde trabalhou para um comerciante português na Rua da Quitanda. Após este período, teve problemas de saúde e migrou para o interior paulista sob recomendação médica. O jovem prosperou em Guaratinguetá. Em 1843, Domingos Rodrigues Alves casa-se com Isabel Perpétua, filha de uma família tradicional da região, que ocupava postos na administração local desde o século XVIII. Segundo Afonso Arinos, a família materna de Isabel Perpétua teria chegado a São Vicente em 1570<sup>114</sup>.

A família de sua esposa também tinha ligações com o Visconde de Guaratinguetá, sogro da cunhada de Domingos, irmã de Isabel Perpétua. O Visconde era um homem extremamente rico e a figura política mais forte da região. Este cafeicultor seria decisivo no início da carreira política de Francisco de Paula Rodrigues Alves<sup>115</sup>, pois viria a patrocinar o seu ingresso na vida pública.

Possivelmente, o jovem Rodrigues Alves destacou-se nas primeiras letras, pois foi o único dos irmãos enviados a estudar na corte. Em 1859, ingressa no internato do Colégio Pedro II, onde estudou por 7 anos. O

---

<sup>113</sup> Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Vol.I. Rio de Janeiro: José Olímpio. São Paulo: Edusp, 1973. p. 3.

<sup>114</sup> Cf. Afonso Arinos de Mello Franco. Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Vol.I. Op. cit. p. 7.

<sup>115</sup> Doravante nos referiremos a Francisco de Paula Rodrigues Alves apenas como Rodrigues Alves.

estabelecimento, responsável pela educação de uma parte da elite imperial, contava a época com homens como o Barão de Totepheus, o Barão Homem de Melo e Joaquim Manoel de Macedo, entre os membros do seu corpo docente. O curso do Colégio Pedro II dividia-se em duas séries, a primeira com quatro e a segunda com três anos de duração. Na primeira, estudava-se Português, Francês, Alemão, Latim, Religião, Moral, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Geografia, História Geral e do Brasil, Ciências Naturais, Desenho, Música, Dança e Ginástica. Na segunda, cursava-se os cursos de Latim adiantado, Grego, Alemão, Geografia e História, Italiano, Geografia, Ética e Retórica<sup>116</sup>. Percebe-se que o curso oferecido pelo Colégio Pedro II era predominantemente humanístico, com ênfase na Geografia, História e nas línguas estrangeiras, entre as quais sobressaía o ensino do Latim e do Francês. A filiação intelectual do colégio era predominantemente francesa. Autores como Lammenais, Lamartine, Victor Hugo, Thiers, Louis Blanc encontravam-se entre os mais lidos na instituição. Entre os seus colegas de turma, encontrava-se Joaquim Nabuco, de quem privou da amizade<sup>117</sup>. Rodrigues Alves fora um aluno destacado, amealhando o primeiro prêmio do colégio em quase todos os anos de sua formação<sup>118</sup>. Segundo o relato de Nabuco: “*Filho de Presidente do Conselho foi para mim uma vibração de amor próprio mais forte do que teria sido, imagino, o do primeiro prêmio que o nosso camarada Rodrigues Alves tirava todos os anos*”<sup>119</sup>. Segundo Afonso Arinos, o desempenho acadêmico de Rodrigues Alves despertava a atenção do Imperador, que o interrogava sempre sobre seus estudos, quando de suas visitas ao internato do colégio<sup>120</sup>.

<sup>116</sup> Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. Op. cit. p. 11.

<sup>117</sup> No século XIX, contemporâneos de Rodrigues Alves que viriam a se tornar ilustres, como o Barão do Rio, muito seu amigo, Visconde de Taunay e Conselheiro Antônio Prado também estudaram no colégio. Sobre o Colégio Pedro II no século XIX, ver: Jeffrey Needell. Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da Virada do Século. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 76-80.

<sup>118</sup> Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. Op. cit. p. 12.

<sup>119</sup> Joaquim Aurélio Nabuco de Araujo. Minha Formação. Apud. Afonso Arinos de Melo Franco. Op. cit. p. 12.

<sup>120</sup> Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. Op. cit. p. 12.

Em fins de 1865, Rodrigues Alves forma-se bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II. No início do ano seguinte, ingressaria na Faculdade de Direito de São Paulo, instituição que, juntamente com a congênere de Recife, era a principal responsável pela formação superior da elite política brasileira<sup>121</sup>. Na turma de Rodrigues Alves, estavam Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Pena e Castro Alves. O ambiente da Faculdade do Largo de São Francisco era dominado pela paixão literária, pela poesia e pela atividade política. Na Faculdade, os estudantes dividiam-se entre conservadores e liberais, optando Rodrigues Alves, desde logo, pelas hostes conservadoras. Durante os cinco anos em que lá estudou, o jovem paulista atuou como redator-chefe do jornal conservador *A Imprensa Acadêmica* e participou de eventos abolicionistas em praça pública, não obstante vir a declarar-se apenas emancipacionista quando Deputado Geral na legislatura de 1885, pois dizia não abrir mão da corrente jurídica que reconhecia a legitimidade da situação do escravo como propriedade privada<sup>122</sup>. Ainda na Faculdade do Largo de São Francisco, participou da *Burschenschaft*<sup>123</sup>, uma confraria estudantil, secreta, inspirada em uma homônima alemã, que agregou vários dos futuros membros da elite imperial e republicana, como Joaquim Nabuco, o Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos e João Pinheiro, entre outros. Mesmo depois de anos de formados, os antigos membros da confraria faziam questão de lembrar dos tempos da Bucha, como se referiam à entidade de difícil pronúncia. Sem dúvida, esta sociedade secreta serviu para estreitar os laços de amizade entre os membros da elite estudantil paulista desta geração, criando um elo de identidade mais forte entre eles.

---

<sup>121</sup> Uma análise mais detida sobre a formação das elites políticaa brasileiras nas Faculdades de Direito e Recife, pode ser encontrado no livro de Sérgio Adorno. Ver: Sérgio França Adorno Abreu. Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>122</sup> Afonso Arinos de Melo Franco. Op. cit. p. 58.

<sup>123</sup> Ibidem. p. 24-35.

Em fins de 1870, Rodrigues Alves forma-se em Direito. Por influência do seu tio, o Visconde de Guaratinguetá, ascende no mesmo ano à condição de promotor interino de sua cidade natal, vindo a tornar-se efetivo poucos meses depois. Em 1872, patrocinado pelo tio Visconde, é eleito Deputado Provincial por São Paulo. Em fins de 1873, já no término da legislatura provincial, o bacharel paulista é nomeado Juiz de Direito de Guaratinguetá, cargo o qual exerceria até 1874.

Em 1875, o jovem juiz casa-se com a sua prima, Guilhermina Cândida de Oliveira Borges e, até 1877 dedica-se à advocacia, à ampliação de suas bases eleitorais na Província e ao desenvolvimento de negócios privados com o seu irmão, de quem se torna sócio em duas empresas agrícolas. Em 1878, retorna à Assembléia Provincial, na qual faz oposição aos liberais e republicanos, afirmando a sua posição política desde os tempos da Faculdade de Direito. Rodrigues Alves era católico, monarquista e conservador convicto, não vacilando na defesa pública de qualquer dessas posições quando solicitado.

Desde fins de 1879 até, 1885 Rodrigues Alves ficara afastado da vida pública, cuidando do desenvolvimento dos seus negócios. Em 1885, retorna à vida parlamentar, agora como Deputado Geral, condição que exerce com pouco destaque, restringindo-se mais aos trabalhos das comissões de finanças.

Em fins de 1887, é nomeado, pelo gabinete Cotegipe, Presidente da Província de São Paulo, cargo que exerce em meio às turbulências das revoltas de escravos na Província. No final de abril de 1888, retorna à Câmara Federal, a fim de votar favoravelmente pela abolição da escravatura. Em 1889 Rodrigues Alves volta à Câmara como Deputado na qual, pela segunda vez, ocuparia cargo na comissão de orçamento.

Em novembro de 1889, a República era instaurada. Rodrigues Alves, embora fosse monarquista conservador convicto, é solicitado por alguns dos antigos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e membros da Bucha. A convite de Prudente de Moraes, Campos Sales e Bernardino de Campos, o advogado de Guaratinguetá torna-se adesista, uma condição para o desenvolvimento de sua carreira na vida pública. A República não tinha quadros suficientes entre os chamados históricos para governar. A não-conclamação de quadros políticos do Império acirraria o domínio militar nos

primeiros anos da República. As elites civis necessitavam dos adesistas, estes, necessitavam aderir.

Deputado Federal da Assembléia Constituinte republicana, Rodrigues Alves, com o apoio da influente bancada paulista, é eleito presidente da Comissão de Finanças. Durante a constituinte, pronunciou-se pouco, e sempre sobre assuntos de finanças<sup>124</sup>. Era uma espécie de Deputado técnico na Câmara.

Com a renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto, os deputados paulistas buscaram apoiar o governo de Floriano, temerosos de um golpe de Estado, óbice à institucionalização da República que buscavam afirmar em prol de sua futura hegemonia política. Foi nessa perspectiva de atuação política da bancada paulista que Rodrigues Alves aceitou a convocação de Floriano para o Ministério das Finanças. Durante o tempo em que se manteve na pasta, enfrentou forte crise econômica decorrente dos efeitos do encilhamento, cujos piores efeitos fizeram-se sentir justamente no ano de sua gestão, 1892. Um ano antes, Rodrigues Alves vivenciaria duas experiências de choque na sua vida privada. No início de 1891, perdia a sua filha mais velha, Guilhermina, vítima de tifo em Guaratinguetá. No final do ano corrente, faleceria a sua esposa em razão do parto de seu oitavo filho, isto um mês após a sua investidura como Ministro de Floriano.

Em 1893, após ter colaborado como governo do generalíssimo, Rodrigues Alves é eleito Senador por São Paulo. Pela 5a. vez em sua carreira como parlamentar, Rodrigues Alves ocupa um cargo de liderança na área financeira. É eleito Presidente da Comissão de Finanças do Senado. Durante os anos no Senado, o parlamentar paulista teve participação mais incisiva que na Câmara, embora continuasse a vincar a sua atuação pelo engajamento nas discussões de caráter técnico e financeiro. Segundo o seu maior biógrafo, Afonso Arinos:

“Nesses discursos, voltam-lhe manifestações de entusiasmo pelo progresso paulista, que fazem lembrar os seus tempos de Deputado Provincial. Alude, com efeito, ao progresso “vertiginoso, extraordinário, estupendo” de São Paulo; refere-se às novas plantações de café, às grandes fábricas que estavam sendo instaladas. Elogia

---

<sup>124</sup> Ibidem. p. 78.

os esforços do Governo estadual para, sem auxílio da União, conseguir a torrente prodigiosa da imigração”<sup>125</sup>.

Rodrigues Alves destacou-se como representante parlamentar da burguesia agrícola paulista e entusiasta da idéia da promoção do progresso, enquanto desenvolvimento material. O tribuno paulista, que se poderia mesmo afirmar ter sido o maior quadro técnico desta burguesia na área de finanças a época, foi chamado novamente à pasta econômica. Desta vez, mais à vontade, no governo de seu colega paulista, Prudente de Moraes.

Em fins de 1897, Prudente de Moraes afasta-se da presidência por motivo de doença. Assume o seu Vice, Manoel Vitorino, florianista radical, que realiza ampla reforma ministerial, na qual Rodrigues Alves foi destituído do cargo.

Em março de 1897, retorna ao Senado em um contexto de forte turbulência política, pois fora o mês do retorno ao poder de Prudente, após a enfermidade e o mês da notícia do massacre das tropas federais em Canudos. No entanto, não obstante os acontecimentos, sua ação política e seus pronunciamentos no Senado restringiram-se ao campo das finanças<sup>126</sup>.

Entre 1898 e 1902, durante a gestão de Campos Sales, a quem ofereceria total apoio, Rodrigues Alves assume o governo do estado de São Paulo durante o mandato, sua principal atenção é com o desenvolvimento material do estado. Ao tomar posse do cargo, Rodrigues Alves discursa afirmando que desejava a manutenção da ordem, perene plataforma burguesa durante a República Velha, e o estímulo à lavoura, através de uma enérgica política de transportes e de fomento à imigração<sup>127</sup>.

A eleição de Rodrigues Alves é articulada por Campos Sales que, operando uma costura política com parte significativa das elites mineiras, viabiliza a candidatura do correligionário paulista, não obstante as restrições criadas pelo fato de Rodrigues Alves não ter sido um republicano histórico. A

---

<sup>125</sup> Ibidem. p. 106.

<sup>126</sup> Ibidem. p. 148.

<sup>127</sup> Ibidem. p. 168.

despeito das dificuldades, o governador de São Paulo foi eleito com o dobro dos votos de seu oponente e amigo, Afonso Pena. Campos Sales assim satisfazia o seu desejo de ter um sucessor com o seu perfil, um político com perfil técnico e comprometido com os interesses da burguesia agrícola do Estado de São Paulo.

Campos Sales retirava-se da Presidência da República tendo criado o instrumento que dotou o regime de institucionalização política até 1930. Com isto, Sales criara as “regras do jogo” que haveriam de reger a vida político-institucional da República Velha. Assim, o Presidente campineiro sedimentou a difícil obra de legitimar a República entre os segmentos de elite da sociedade brasileira. No entanto, a despeito desta sedimentação em importante nível, Campos Sales deixava a Presidência com baixos índices de aceitação popular. O custo de vida mantinha-se alto e a socialização das perdas dos cafeicultores mantinha-se como tônica da política econômica de seu governo. Segundo crônicas da época, ao despedir-se da presidência, Campos Sales escutaria estrepitosa vaia na estação Central do Brasil<sup>128</sup>.

A monarquia ainda se fazia presente na memória de boa parte dos membros das camadas populares, sobretudo negros e mestiços ex-escravos. D. Pedro II era associado a um grande pai, a Princesa Isabel era a compadecida libertadora dos escravos. Uma ligação afetiva unia a raia miúda com a idéia de monarquia. A República, de forma distinta, era associada com a exclusão social, com o pedantismo dos brancos, com as formas menos solidárias de relação social.

A República, não resta dúvida, ainda não alcançara a legitimação e a aprovação popular. Se Campos Sales, através da política dos governadores, legitimou a República entre as elites, restava a Rodrigues Alves a tentativa de legitimá-la perante o conjunto da população. A República precisava aprofundar as suas tênues raízes em um país com décadas de tradição monárquica. Uma nova referência simbólica<sup>129</sup> precisava ser associada ao regime, pouco creditado entre os estratos sociais mais baixos. Com efeito, a

---

<sup>128</sup> A rejeição popular à República foi trabalhada por Carvalho, que menciona outros exemplos. ver: José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. Op. cit. p. 15-41.



referência simbólica escolhida para tanto, foi a do progresso; o progresso entendido como desenvolvimento material, como realização material. Vejamos a declaração do Presidente eleito no seu discurso de posse:

“Bem assegurada a verdade do alistamento eleitoral, que é a base de uma legítima representação e garantida a liberdade do voto a todas as opiniões, disse a 23 de outubro, o regime republicano há de demonstrar a sua superioridade, impondo silêncio a murmurações e impaciências. Esse há de ser, sem cessar, em toda a parte, bom regime de civilismo e de liberdade.

Clama-se, há bastante tempo, pelo modo por que se operam no país os repetidos pleitos eleitorais, criando-se contra o nosso regime político uma corrente injusta de antipatias que é preciso combater com vigor.

Os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elemento da maior ponderação para esse empreendimento grandioso”<sup>130</sup>.

Nota-se que, no seu discurso de posse, o Presidente da República, outrora monarquista e estigmatizado pela pecha de adesista, discursava preocupado em fazer com que o regime republicano demonstre a sua “superioridade” e reclama do que reputa como das “antipatias” contra a República que, no seu dizer, “é preciso combater com vigor”. Mais adiante arremata afirmando que os melhoramentos do porto seriam o “elemento de maior ponderação” para este fim.

Além da deterioração da imagem do regime junto às camadas populares, a cidade do Rio de Janeiro, sede da República, traduzia o desprestígio do governo. Como já foi dito, o reordenamento político proposto pela República abalara a capitalidade do Rio de Janeiro. Havia um certo sentimento de decadência espiritual na cidade, sobretudo após a experiência do encilhamento e a maior permissividade moral com que o governo tratava os escândalos na República, como no episódio em que o Barão de Lucena foi flagrado ordenando a transferência de um montante de dinheiro do tesouro a um banco à beira da falência durante o governo de Floriano<sup>131</sup>. Ou, antes mesmo, quando Deodoro cedeu uma garantia de juros a um amigo quando da

<sup>130</sup> Gazeta de Notícias. 16 de novembro de 1902, n.320. Discurso de posse do Presidente Rodrigues Alves.

<sup>131</sup> Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. p. 94.

concessão de um porto no Sul, um episódio que levava Rui Barbosa à demissão do cargo de Ministro, uma demissão que não obstou este favorecimento privado pelo Governo Federal<sup>132</sup>. Este sentimento de decadência crescia no final da República com os instrumentos institucionais de manipulação eleitoral forjados por Campos Sales. No campo artístico da virada do século, a área literária e teatral eram percebidas, por alguns, como decadentes. Segundo J. Veríssimo, em um artigo escrito em tom saudosista e um tanto melancólico:

"Com Magalhães e Matins Pena, comediógrafo seu contemporâneo, tinha o teatro nascido no Brasil, podemos fixar as datas em 1838. Com esses dois autores, dos quais foi Pena o criador pela força, da comédia nacional, devemos contar mais como escritores dramáticos digno de nota aqui Joaquim Manoel de Macedo, Agrário de Meneses (morto em 1863) e José de Alencar.

É muito maior o número dos que só se podem chamar autor de teatro. O teatro teve em geral no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro muito melhor situação do que a que tem hoje"<sup>133</sup>.

E, quando alude ao meio literário, o tom melancólico não se modifica, falando de adversidade para a vida espiritual:

"Não quis falar dos vivos, receiosos de esquecer, mal grado meu, nomes e obras; não significa este silêncio que não se faça nesse acabar de século no país nenhum trabalho literário. A verdade é que, não obstante as condições sociais serem antipáticas a toda a fórmula de vida espiritual, há quem ainda continue a viver dessa vida"<sup>134</sup>.

Em meio a sensação de decadência, física e espiritual, da cidade, a sociedade carioca pressionava através de jornais e de entidades privadas - como se pôde observar no caso do Clube de Engenharia - por uma ampla reforma urbana na capital. Antes mesmo da posse de Rodrigues Alves, a sociedade carioca já manifestava o desejo de por tudo a baixo na cidade, a fim de "regenerá-la". É como nos diz uma crônica da revista *O Malho*, escrita antes mesmo do anúncio da grande reforma urbana por Rodrigues Alves:

<sup>132</sup> Cf. Fernando Henrique Cardoso. Op. cit. 39.

<sup>133</sup> J. Veríssimo. Jornal do Comércio. 2 de janeiro. n.2 de 1900.

<sup>134</sup> Ibidem.

“Não houve incêndios a maior. Note-se: até o momento de ser escrita essa crônica não houve incêndios e maior. Não quer isto dizer que até o Malho sair a rua não se tenham dado pelo menos uns quatro ou cinco, todos absolutamente casuais.

Em todo o caso, uma grande coisa, digna de especial registro, o fato de não haverem ardido alguns quarteirões, esta semana. Pelo que se viu na última quinzena, parecia que ia tudo razo por aí fora.

Seria um mal ? é o que resta saber, ou melhor – parece não restar dúvida de que seria um bem. O fogo viria resolver dois importantes problemas – o embelezamento desta capital, por meio de construções novas e do seu saneamento. Não haveria que hesitar: assim, o Correio da Manhã poderia dizer, com carradas de razão, que o Sr. Leite Ribeiro conseguiria sanear a cidade.

Não teria o Prefeito o trabalho considerável que tem tido, se o incêndio se generalizasse por essas ruas de casarões ignóbeis, de fachadas berraduras contra a civilização e de interior sem luz e sem aceio. O fogo invadiria tudo e sua excelência ficaria dispensado da massada de andar arrancando tiririca das praças.

Tem suado as estopinhas o novo administrador do Município ! Também, graças a sua atividade parece que duas obras relevantes, apanhará desta vez o desprezado Distrito Federal<sup>135</sup>.

A cidade, com suas fachadas de prédios coloniais era considerada suja e não civilizada, necessitando saneamento urgente e radical. Assim, as vésperas de sua posse, Rodrigues Alves via avolumarem-se as pressões da sociedade carioca em prol de uma grande reforma urbana para o Rio de Janeiro. Estas pressões aumentaram consideravelmente nos primeiros anos do século, após a execução de uma reforma urbana na cidade “rival” sul-americana, capital da República Argentina, Buenos Aires. Uma grande avenida cortando o centro portenho fora construída a pouco, provocando uma sensação de estagnação no âmbito do progresso que acreditava estar tomando a região sul do continente sul-americano. Se o Brasil era um país destinado ao progresso, como era comum afirmar-se a época, como justificar uma capital insalubre e envelhecida diante do que seria o “avanço” dos países vizinhos.

Com efeito, sensível às pressões provenientes da sociedade carioca e atento à ânsia presente por uma grande reforma urbana na capital, Rodrigues Alves percebeu a oportunidade de conferir à República maior legitimidade política. Tal intuito viria através da resposta a um problema histórico - embora agravado com a República - da cidade capital do Brasil. Assim, no dia 15 de novembro

---

<sup>135</sup> Chronica. O Malho. 18 de outubro de 1902. set. – dez. de 1902.

de 1902, na ocasião de sua posse da presidência, Rodrigues Alves anunciou a execução de uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, que prometia “regenerar” a capital do país. Confira o discurso de anúncio da reforma, no qual as expectativas do Presidente da República quanto a este empreendimento são explicitadas:

“Aos interesses da imigração aos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade de saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providencias, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e importante preocupação, aproveitando todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie o caminho. A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo”.<sup>136</sup>

Rodrigues Alves inicia o seu discurso associando à grande reforma urbana aos interesses da imigração que, por sua vez, segundo anuncia o Presidente, estaria vinculada ao desenvolvimento econômico. A forma como o termo “desenvolvimento econômico” aparece no texto, deixa claro que a reforma urbana proposta tem como fim último anunciado tal objetivo. Ou seja, o que o Governo Federal pretende transmitir à sociedade, é que a reforma urbana da capital é um empreendimento que busca afirmar o progresso, pensado enquanto desenvolvimento material no Brasil. Como já se teve ocasião de observar, “desenvolvimento” e “progresso” são palavras sinônimas, sobretudo quando associadas ao campo econômico. A designação material do desenvolvimento também é bem frisada quando Rodrigues Alves aplica a palavra “econômico” em seqüência ao termo “desenvolvimento”. Portanto, é para isto que se anuncia o saneamento da cidade, para atrair a imigração, a fim de promover o progresso, pensado enquanto desenvolvimento material, no Brasil.

Desenvolvimento material e imigração eram objetivos antigos das elites políticas paulista para o crescimento de seu Estado. Desde 1887, através da "Pátria Paulista" de Alberto Salles, a elite política de São Paulo já havia

<sup>136</sup> “O manifesto inaugural à nação”. Correio da Manhã. 16 de novembro de 1902.

legitimado intelectualmente estas proposições para a sua região. Com Rodrigues Alves, a fórmula paulista para o progresso de seu Estado, uma fórmula que combinava estímulo à imigração e investimento nas obras de desenvolvimento de infra-estrutura de transporte, era aplicada em âmbito nacional<sup>137</sup>.

A imigração, além de propiciar farta mão-de-obra que viria a substituir, com maior qualidade, o trabalho escravo, traria para o Brasil, segundo a avaliação da elite paulista, um componente de desenvolvimento intelectual, moral e cultural, uma vez que o elemento europeu era entendido como superior nestes campos aos demais povos.

O investimento de Rodrigues Alves na modernização do porto do Rio de Janeiro viria a atender a uma demanda econômica pelo equilíbrio das contas da União, prejudicadas desde o surgimento da nova ordem tributária que emergiu com a República, uma disposição fiscal que tornava o Tesouro Nacional demasiado dependente dos impostos sobre as importações. Desta forma, a modernização do porto do Rio de Janeiro jogava um papel

---

<sup>137</sup> Faz-se importante notar que os princípios que nortearam a reforma urbana de Rodrigues Alves, que estimulava o progresso material pelo estímulo à imigração e o investimento na infra-estrutura de transportes, obteve uma boa recepção na cidade do Rio de Janeiro pelo fato desta apresentar uma ambiência intelectual favorável às idéias de Herbert Spencer, autor de referência do principal ideólogo da elite paulista. As idéias de Spencer eram muito mais disseminadas entre as elites do Rio de Janeiro e de São Paulo do que, por exemplo, o positivismo, uma corrente de pensamento que no Rio de Janeiro assumiu de maneira mais pronunciada o aspecto religioso. Segundo Cruz Costa, o positivismo do Rio de Janeiro mostrou-se extremamente ortodoxo e pouco maleável, sendo, inclusive, percebido desta maneira pelas principais figuras do positivismo francês de sua época, com quem entraram em conflito, pois os franceses eram considerados pelos positivistas cariocas como demasiado heterodoxos em matéria de doutrina. Ademais, pesquisas quantitativas de Edmundo Coelho indicam que apenas cerca de 3% das teses de fim de curso da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica como sendo filiadas ao pensamento positivista. Antônio Paim também minimiza a atuação política dos positivistas, afirmando que após o falecimento de Benjamin Constant, no início da República, a influência política do positivismo ficaria mais restrita ao sul do Brasil.

Sobre a influência do pensamento de Spencer no Rio de Janeiro, ver: Richard Graham. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. P. 241-260. Sobre o caráter ortodoxo do positivismo carioca e o limite de expansão desta escola de pensamento no Rio de Janeiro que daí decorreu, ver: João Cruz Costa. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. P. 123-276. Cruz Costa aponta ainda a maior facilidade de adaptação das idéias de Herbert Spencer aos propósitos da elite brasileira de fins do século XIX. João Cruz Costa. *Op. cit.* p. 281. Sobre o levantamento quantitativo das teses de fim de curso da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica desta mesma cidade, ver: Edmundo Campos Coelho. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999. *Op. cit.* p. 208. Quanto as afirmações de Paim, ver: Antônio Paim. *História da Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967. P. 180.

fundamental no equilíbrio das contas federais, pois este era o principal receptor das importações brasileiras<sup>138</sup>.

Nas últimas palavras de seu discurso, Rodrigues Alves adverte que o Rio de Janeiro não pode mais continuar sendo estigmatizado como cidade insalubre, que oferece condições adversas de vida. Segue afirmando que a cidade teria grande potencial para a atração de mão-de-obra e de capitais, dando assim nota da expectativa que o Governo Federal tinha para com o resultado da reforma.

A reforma urbana do Rio de Janeiro teria, portanto, como principal referência simbólica, a idéia de progresso material. Uma idéia que a intervenção urbana empreendida pelo Governo Federal buscou afirmar como sendo a metáfora política da República. Todavia, no conjunto da grande reforma urbana operada entre 1903 e 1906, o progresso não seria o único valor a ser afirmado na semântica urbana.

---

<sup>138</sup> Para além do plano econômico, a cidade do Rio de Janeiro também ostentava uma característica social ligada a importação de mercadorias. Edmilson Rodrigues apontou este traço social da cidade quando afirmou que o Rio de Janeiro do início do século XX vivenciou o sonho do consumo de

## 2a. Parte

### A Biografia de Francisco Pereira Passos. O Progresso sob a Égide da Civilização

#### 3.7

#### A Imagem de Pereira Passos na Historiografia Brasileira

No que tange a produção historiográfica brasileira sobre a figura de Pereira Passos, pode-se afirmar que esta apresentou duas correntes de abordagem a respeito do ex- Prefeito do Rio de Janeiro.

De uma lado, reside uma corrente laudatória dos feitos do engenheiro, surgida em textos logo posteriores à grande reforma urbana de 1903, que ganharam novo alento com as comemorações do centenário de nascimento de Pereira Passos, em 1936 e nos anos subseqüentes. Fazem parte dela, principalmente, intelectuais, políticos e engenheiros<sup>139</sup>. Esta historiografia encampou de maneira acrítica as idéias de progresso e civilização presentes nas reformas. Longe de percebê-las como conceitos de época<sup>140</sup>, seus estudiosos a encampavam como valores meta-históricos.

Em contraponto, surge na primeira metade dos anos 80 uma nova corrente historiográfica que assume um posicionamento criticista, condenatório das atitudes do Prefeito<sup>141</sup>. Este, seria percebido como representante dos

---

massa sem ser uma sociedade de consumo de massa. Ver: Antônio Edmilson Martins Rodrigues. João do Rio. A cidade e o Poeta. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 200. P. 35-38.

<sup>139</sup> Fazem parte desta historiografia autores que serão citados neste capítulo, como: Raymundo Athayde, Paulopolitano, Gastão Pereira da Silva, Adolfo Morales de los Rios Filho, Sampaio Corrêa, entre outros, que serão oportunamente citados durante este trabalho.

<sup>140</sup> Faço aqui referência sobretudo à historiografia laudatória do Prefeito produzida nos anos 30 e 40, nas quais havia um distanciamento histórico para com o período da grande reforma urbana de 1903.

<sup>141</sup> Entre eles, podemos citar: Elizabeth Dezouart Cardoso e Lilian Fessler Vaz. Obras de Melhoramento no Rio de Janeiro: Um Debate Antigo e um Privilégio Concorrido. In:

interesses de uma grande burguesia urbana emergente contra as classes populares, às quais se teria oposto com o intuito de expulsá-las do centro da cidade, a fim de favorecer os interesses das grandes empresas de especulação imobiliária e garantir a consolidação de uma ordem urbana burguesa, iniciada com a República. Na avaliação desta historiografia, Pereira Passos surge como uma espécie de ditador em âmbito municipal, convocado pelo Presidente da República Rodrigues Alves. Este, como Pereira Passos, também é percebido como mero instrumento dos interesses burgueses.

O objetivo da biografia que se apresenta aqui rejeitando o mito positivista da neutralidade, é estabelecer uma compreensão biográfica de Pereira Passos sem compromisso, seja com a corrente historiográfica laudatória ou seja com aquela condenatória da figura de Pereira Passos<sup>142</sup>.

A perspectiva, ao desenvolver a sua biografia, é de buscar perceber aspectos próprios da figura de Pereira Passos. Assim, evitar reduzi-lo de todo a um modelo padrão de indivíduo, ilustrativo da sua época, de sua sociedade sem, contudo, ter a pretensão de compreendê-lo desvinculado desta e sem interagir com a sua tradição. Pereira Passos não pode ser de todo explicado pela sua tradição, embora também não possa ser explicado sem ser compreendido nesta. É orientado por esta tensão entre indivíduo e tradição que referencio a minha compreensão biográfica da figura de Francisco Pereira Passos.

É para além da perspectiva do elogio ou da crítica ao ex-Prefeito do Rio de Janeiro que se abordará a sua trajetória até a chegada à Prefeitura. Acredita-se que ambas as perspectivas, a do elogio ou a da crítica favoreçam a mitificação da figura de Pereira Passos, caracterização prejudicial a uma

---

Giovanna Rosso del Brenna(org.). Uma Cidade em Questão II. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 613-618; Giovanna Rosso del Brenna. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. In: Brenna. Op. cit. p. 7-16; Jaime Benchimol. Op. cit.; Lia de Aquino Carvalho. Habitações Populares. Op. cit. ; Maurício de Abreu. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar/Iplan-Rio, 1988 e Osvaldo Porto Rocha. Op. cit.; entre outros.

<sup>142</sup> Existem também trabalhos sobre a história do Rio de Janeiro que abordam a figura do Prefeito Pereira Passos sem assumir uma das perspectivas polares apresentadas. Podemos citar a título de ilustração a Tese de Livre Docência de Antônio Edmilson Martins Rodrigues. A Modernidade Carioca: O Rio de Janeiro do Início do Século XX - Mentalidade e Vida Literária. Rio de Janeiro, 1987. (Mimeo) e Sônia Gomes Pereira. Op. cit.



melhor compreensão de sua condição humana, de alguém para além das referências do bem e do mal.

### 3.8

#### A Origem

Francisco Pereira Passos nasceu em 29 de agosto de 1836, na Fazenda do Bálsamo<sup>143</sup>, localizada na Vila de São João do Príncipe, outrora São João Marcos. Fundada no século XVIII, mais especificamente no ano de 1739, a localidade surge na caudal do deslocamento de tropeiros pela região em virtude das oportunidades de comércio surgidas com os negócios da mineração<sup>144</sup>.

Ainda uma pequena freguesia, o povoado vai desenvolvendo-se pela agricultura da cana, mandioca, milho e feijão. Com a vinda da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a freguesia de São João Marcos desmembra-se da Vila de Resende em 1811, sendo elevada à Vila e renomeada como São João do Príncipe, em homenagem a D. João VI.

Já no final da segunda década do Oitocentos, a região do Vale do Paraíba Fluminense começa a desenvolver o cultivo do café. A cafeicultura cresceu rapidamente na região, principal produtora do gênero no Brasil. O crescimento foi de tal ordem que, nos anos 30 do século XIX, o café já despontava como principal item na lista de exportações brasileiras, superando mesmo a cana de açúcar<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Cf. Paulopolitano. Biografia Histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos. Niterói, 1941. (mimeo.). p. 5.

<sup>144</sup> Sobre o movimento de tropeiros e sua influência no povoamento da região do Vale do Paraíba, ver: Alcir Lenharo. As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil. 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. P. 47-59.

<sup>145</sup> Cf. Celso Furtado. Op. cit. p. 114.

Do ponto de vista sócio-econômico, o Município de São João do Príncipe era uma vila bem característica da região do Vale do Paraíba Fluminense, uma região de agricultura mercantil escravista. As relações sociais presentes eram típicas em tais regiões, opondo o mandonismo, o patriarcalismo e o paternalismo do senhor à condição cativa do negro escravizado.

Do ponto de vista político, a região era dominada por grandes famílias de cafeicultores escravistas, como os Werneck, os Breves, os Gonçalves de Moraes e os Portugal. Foi justamente esta elite o sustentáculo político da escravidão e do Império, não obstante abrigar também focos de rebeldia, como os poderosos Breves, agentes destacados na revolta liberal de parte da elite fluminense em 1842<sup>146</sup>.

Francisco Pereira Passos nasceu no contexto de conturbação política das regências. Foi o oitavo de nove filhos de Antônio Pereira Passos, um fazendeiro escravista e comerciante nascido em Parati<sup>147</sup>. Filho de imigrantes portugueses que se estabeleceram no Sul do estado no século XVIII, ainda jovem fixou residência na antiga São João Marcos. Lá, casou-se com D. Clara Rosa de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, filha de uma abastada família fluminense. O Sr. Antônio Pereira Passos desenvolveu atividade pública na região. Foi 1º tabelião e escrivão da Câmara de São João do Príncipe de 1825 a 1835. Desta data até 1841 foi Vereador da Vila. Foi ainda procurador e provedor até 1850. Em âmbito privado, dedicou-se à agricultura na sua Fazenda do Bálsamo. Ali cultivava café, cana, mandioca, arroz, milho e feijão. Chegou a produzir 4.000 arrobas de café por ano, além de hortaliças e cereais diversos.

Originário do sul fluminense, Antônio Pereira Passos mantinha negócios também na região. Em Mangaratiba, era proprietário de 1.077 alqueires de terras, onde possuía um grande armazém para compra e venda de café. O armazém, localizado na Praia do Saco, servia à estocagem do café que produzia em São João do Príncipe. Embora fosse um fazendeiro escravista, atividade na qual auferia bons lucros, seus principais ganhos provinham do

---

<sup>146</sup> Sobre o poderio desta elite em meados do século XIX, sobretudo o Comendador Joaquim José de Souza Breves, ver: André Nunes de Azevedo e Valdeci Lopes de Araújo. *A História de Pirai*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Pirai/UERJ, 1997.

<sup>147</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 5.

comércio, que mantinha com as cidades vizinhas e, principalmente, com o Rio de Janeiro. Em 1860, é nomeado Barão de Mangaratiba pelo Imperador, sob o argumento de ter prestado bons serviços na Câmara Municipal de São João do Príncipe.

Antônio Pereira Passos era um proprietário escravista típico de sua região. Segundo Raymundo A. de Athayde – um biógrafo que pôde recolher boa parte de suas informações dos relatos de uma das netas do Prefeito<sup>148</sup> - na ocasião do nascimento de Francisco Pereira Passos, o patriarca mandaria distribuir pinga entre os escravos e aumentar-lhes a ração<sup>149</sup>, uma atitude típica do paternalismo das elites escravistas fluminense.

Desde cedo, Francisco Pereira Passos se destaca-se nos estudos, sobretudo no que tange as aptidões exatas. Aos quinze anos de idade, já dava nota de suas habilidades específicas deslocando o curso de um rio para a irrigação da plantação de arroz de sua fazenda<sup>150</sup>.

### 3.9

#### A Experiência na Cidade do Rio de Janeiro

Pereira Passos fez os seus primeiros estudos na casa dos pais, sob a orientação de professor contratado<sup>151</sup>. Em 1850, é enviado ao Rio de Janeiro, a fim de completar os seus estudos no Rio de Janeiro. A cidade exercia forte

---

<sup>148</sup> A neta em questão é Ernestina Passos Bulhões de Carvalho, filha de Maria Paula Oliveira Passos, a única dos quatro filhos do Prefeito a dar continuidade a prole da família. Ernestina pode conviver com o avô em sua casa na rua das Laranjeiras. O exemplar do livro de Athayde no qual nos baseamos, fora da família. Com os revezes econômicos desta, vários objetos, entre os quais tal exemplar, foram a leilão em 1958. O livro, contém algumas – poucas – correções de Ernestina, o que aumenta a credibilidade da fonte. Ver: Raymundo A. de Athayde. Pereira Passos. O reformador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944.

<sup>149</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 24.

<sup>150</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 18.

<sup>151</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 30.

atração sobre as elites de todo o país. Era a sede da Corte, espaço de legitimação política e cultural. Nela havia, os grandes debates atinentes à vida nacional e os principais espetáculos culturais realizados no país. Companhias de canto européias apresentavam-se na cidade, que registrava o maior número de teatros e de clubes noturnos do Brasil<sup>152</sup>. Todavia, não obstante a relevância política e cultural do Rio de Janeiro em nível nacional, a cidade apresentava uma população em torno de 150 mil habitantes<sup>153</sup>. Até 1854, sua iluminação era feita por “torcidas”, tochas que eram acesas por escravos no cair da tarde<sup>154</sup>. A Corte não apresentava sistema de esgoto e de abastecimento d’água<sup>155</sup> e, desde 1852, passou a ser assolada por uma sucessão de epidemias de doenças diversas<sup>156</sup>. Em contrapartida, era o que havia de melhor na formação educacional, sendo o maior centro de formação básica do Brasil, e a cidade que contava com o maior número de colégios do país<sup>157</sup>.

O colégio que Pereira Passos ingressara era o São Pedro de Alcântara, então localizado na Rua do Livramento. O São Pedro de Alcântara era um colégio privado, destinado à formação da elite da cidade e do interior da Província do Rio de Janeiro. Nele, além de Pereira Passos, estudaram figuras destacadas como Floriano Peixoto e Osvaldo Cruz<sup>158</sup>. O liceu era dirigido pelos padres Paiva, famosos a época pela rigidez na formação de seus alunos. Segundo um de seus biógrafos, Gastão Pereira da Silva, Pereira Passos destacou-se na ocasião por resolver de memória problemas e cálculos

<sup>152</sup> Sobre os teatros no Rio de Janeiro do século XIX, ver: Fernando Azevedo. *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. Distrito Federal: Editora da UNB, 1963. P. 433-500.

<sup>153</sup> Cf. Lia Aquino Carvalho. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1995. P. 121.

<sup>154</sup> Cf. Morales de los Rios Filho. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade, 2000. P. 119.

<sup>155</sup> *Ibidem*. p. 106.

<sup>156</sup> A respeito destas epidemias, ver: Sidney Chalhoub. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1996. *Passim*.

<sup>157</sup> Para um apanhado dos principais colégios do Rio de Janeiro no Império, ver: Fernando Azevedo. *Op. cit.* p. 553-606.

<sup>158</sup> Cf. Athayde. *Op. cit.* p. 37.

considerados difíceis<sup>159</sup>. Todavia, o jovem Passos não era muito estudioso, não gostava de ler os livros didáticos, revelando uma certa atitude *blasé*<sup>160</sup>. Não obstante, apresentou boas notas quando de sua passagem pelo colégio.

Em 1852, terminou o seu curso no colégio. Na época, para um jovem filho de cafeicultor do Vale do Paraíba, não restavam outras opções de continuidade dos estudos que não as do curso de Medicina - existentes na Bahia e no Rio de Janeiro, ou o curso de Direito – encontrado somente em São Paulo ou Recife, o mais recomendado à elite que pretendia obter maior status social e uma transição mais adequada à carreira pública.

O pai, Antônio Pereira Passos, desejava que o filho seguisse o caminho do bacharelado em Direito, pois tinha influência política na Corte e planejava uma carreira pública sem grandes percalços. Para a surpresa e aborrecimento de Antônio Pereira Passos, Francisco optara pelo estudo da Engenharia, um curso gerido pelos militares e destinado, principalmente, aqueles que, pela sua condição social pouco favorecida, buscavam a carreira, pouco rendosa, porém segura, de oficial do exército.

O curso de Engenharia funcionava na Escola Militar, situada no Largo de São Francisco. Descendia da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada no Rio de Janeiro por D. João VI. A Escola tinha critérios rigorosos, formavam-se poucos alunos ao final de cada ano e exigia-se conhecimentos de latim para o ingresso ao estudo das matemáticas. A Escola de Engenharia, situada no Largo de São Francisco, chamava-se, desde 1839, Escola Militar da Corte<sup>161</sup>. Ali, eram oferecidos os cursos de bacharel e de doutor em ciências físicas e matemáticas e ciências físicas e naturais, além dos cursos de engenharia civil e militar<sup>162</sup>.

---

<sup>159</sup> Cf. Gastão Pereira da Silva. Pereira Passos, o Reformador. Rio de Janeiro, 1943. (mimeo). p. 6.

<sup>160</sup> Esta atitude blasé que aponte aparece bem delineada na introdução de sua coletânea de poemas escritos pelo jovem Passos quando estudante na Escola Politécnica. O conjunto desses poemas podem ser encontrados em Paulopolitano. Op. cit. Raymundo Athayde e Gastão Silva também transcrevem

<sup>161</sup> Cf. Pedro Carlos Da Silva Telles. História da Engenharia no Brasil. Séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 2v. p. 102.

<sup>162</sup> Cf. Pedro Carlos Da Silva Telles. Op. Cit. P. 100-102.

Em março de 1852, Pereira Passos ingressou no curso de Engenharia Civil desta instituição, na qual estudou, no primeiro ano, as disciplinas de: Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria Plana e Desenho. No segundo ano: Álgebra Superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral e Desenho. No terceiro ano: Mecânica Racional e Aplicada às Máquinas e Desenho. No quarto ano: Trigonometria Esférica, Astronomia e Geodésia, Química, Mineralogia e Desenho. E, por fim, no quinto ano: Arquitetura, Hidráulica, Construção, Montanística, Metalurgia e Desenho<sup>163</sup>.

Os livros teóricos adotados eram em sua quase totalidade de físicos e matemáticos franceses, como La Croix, Le Gendre e Delambre<sup>164</sup>. A tradição de construção civil vinha de Portugal onde, desde o século XVI, já havia a *Aula da Esfera* na Escola de Santo Antão, em Lisboa, na qual eram ensinadas matemáticas aplicadas às fortificações e à navegação<sup>165</sup>.

Havia na Escola Militar da Corte a opção pela carreira militar, na condição de oficial, a de engenheiro militar e a de engenheiro civil. Pereira Passos, optou por não se vincular à carreira militar como oficial do exército, uma profissão pouco prestigiada no período, pois congregava vários jovens de estratos sociais menos privilegiados, não ostentando membros originários da elite nacional em seus quadros.

Durante os cinco anos em que esteve na Escola Militar, o jovem de São João do Príncipe houve-se bem, conseguindo destacar-se pelo desempenho acadêmico. Um dos poucos membros da elite social presente na Escola, Pereira Passos teve a oportunidade de conviver com estudantes mais pobres, alguns de muito talento para as matemáticas. Foi o caso de Benjamim Constant Botelho de Magalhães, que viria a ser o maior intelectual orgânico do exército na passagem do Império para a República. Um fato curioso ligou Constant a Pereira Passos. O futuro patrono do exército tinha dificuldades de sustentação. Por isso, dispndia boa parte do seu tempo ensinando as matérias do 1º ano aos estudantes da Escola Militar e de outros colégios do Rio de Janeiro. Dada a sua

---

<sup>163</sup> Ibidem. P. 103.

<sup>164</sup> Ibidem. P. 95.

<sup>165</sup> Ibidem. P. 83.

difícil situação econômica, e a fim de completar logo o curso para oficial do exército, de menor duração que o de engenharia, Benjamim Constant solicitou a Pereira Passos que lhe ensinasse as matérias do 3º ano durante uma hora por dia<sup>166</sup>. Este subterfúgio pouparia-lhe um tempo que não poderia dispor para os estudos formais. Assim sucedeu, e Constant, um estudante com forte aptidão para as ciências exatas, foi aprovado nos exames, sem maiores problemas.

Quando ainda estudante da Escola Militar, Pereira Passos mostrou um lado pouco conhecido de sua personalidade, o de poeta. Entre 1854 e 1856, o jovem estudante de engenharia escreveu um conjunto de poemas que denominou “Horas Vagas”. Para além de conotar a sensibilidade do jovem estudante, sua coletânea de poesias revela muito da personalidade do jovem Passos e de suas impressões da vida no Rio de Janeiro.

Como prólogo às suas poesias, Passos escreve a “Primeira Hora Vaga”, um texto em que reflete sobre os momentos de ócio que o estudante vivenciava na cidade, sobre as possibilidades que se abriam diante de si no Rio de Janeiro dos anos 50. Neste prólogo, o jovem estudante da Escola Militar tece impressões sobre a sociedade carioca, e a política, sempre com um tom *blasé* de dândi entediado. Em suas divagações, Passos registra:

“Há certas horas do dia em que espírito precisa de repouso, e não podemos deixar de lho conceder. À um prolongado trabalho deve necessariamente suceder o descanso.

(...)

Lembro-me às vezes de sair e dar um giro, como dizem os estudantes, ao se retirarem das aulas. Mas além da natural preguiça que tenho de ataviar-me constantemente para um passeio, para onde ir ?

Eis aí uma questão que não é das mais fáceis de resolver-se.

À rua do Ouvidor comprar um Havana, e fumá-lo a porta de alguma elegante casa de perfumarias, falando francês com a bela mulher do cabeleireiro, rendendo-lhe mil finessas, e ouvindo em recompensa um sem-número de coisas que existem na velha França e que aqui não há, que deixam boquiaberto um pobre homem que talvez ainda não tenha passado do pão de açúcar ?

(...)

Mas sobre o que escreverei eu ? Eis uma questão tão difícil de resolver-se como a primeira. Sobre política ? Não.

Não quero meter-me com os políticos, tenho receio de ficar impolítico. Pode estar o governo descansado que não lhe estorvarei o seu caminho; bom ou mau, siga-o muito embora. Gosto muito pouco de incomodar à quem nem sequer se lembra

---

<sup>166</sup> Gastão Pereira da Silva. Op. cit. P. 7.

que existo; de mais pretendo muito breve ir bater-lhe a porta para pedir-lhe uma coisinha que eu cá sei, um sistema diferente do que se tem seguido até hoje nas pretensões, bem sei; mas não importa, é um novo método adotado por mim. Espero que não me dará maus resultados<sup>167</sup> .

O jovem Pereira Passos parecia entediado com a cidade, uma vila com algo mais que 100 mil habitantes nos anos 50 do século XIX. A Rua do Ouvidor era sempre um ponto necessário aos que gostavam da *finesse* parisiense e do cosmopolitismo carioca, profundamente identificado com referências francesas, sejam elas nos hábitos, moda ou literatura. Fumar um charuto havana, inebriar-se nos perfumes franceses e ouvir estórias sobre o velho continente faziam parte do universo de práticas da elite carioca, uma elite na qual o jovem estudante iria se inserir como membro destacado.

Sobre política, Pereira Passos deixa claro na juventude uma posição que manteria até o final de sua vida: distanciamento e desconfiança para com os meios políticos. Embora o engenheiro Passos tenha ocupado por várias vezes ao longo de sua carreira cargos de confiança, este nunca filiou-se a algum partido ou manifestou apoio a grupo político ou a uma ideologia. Nunca pronunciou-se monarquista ou republicano, liberal ou conservador. Dizia sempre não querer envolver-se com política e encarava o exercício de suas funções de direção em empresas públicas como um serviço eminentemente técnico.

Destaca-se ainda no prólogo das *Horas Vagas*, algumas reflexões do jovem estudante a respeito das mulheres. Tímido em sua juventude, Pereira Passos ficaria famoso na idade madura como *causeur*, galanteador elegante das damas da sociedade carioca. Aqui encontramos algumas de suas impressões quanto à alma feminina:

“Como pois explicar tão estranha diversidade de fatos que por aí vemos a cada passo produzidos pelos caprichos do coração da mulher, sem cair-se em graves erros ?

Que poderei eu pois dizer sobre as mulheres ? ...eu que cada fase da minha vida tenho pensado diversamente ?

Nos primeiros anos de minha adolescência, amei todas as mulheres indistintamente; todas mereciam as simpatias do meu coração e todas pareciam pagar-

---

<sup>167</sup> Transcrito de Paulopolitano. Op. Cit. P. 13-14.



me na mesma moeda. Nunca durou-me uma paixão mais do que dois dias, e era eu bem feliz então ! Contanto que não tivesse mais que vinte e cinco anos, e não lhe faltasse inteiramente graça e formosura, granjeava-me logo uma moça todo o amor que era então capaz meu coração e podia bem chamar-me seu escravo. Não deixava de lhe fazer meus sonetos com versos de doze ou treze sílabas, que mais tarde poderiam servir para uma outra, e de passar-lhe três ou quatro vezes por dia defronte das janelas. Meu coração andava no rigor da moda: o que hoje lhe encantava, amanhã lhe era indiferente, e depois lhe aborrecia.

Ora esta ! ... que faço eu em estar recordando essas loucuras da mocidade ! que se evaporam mais depressa que a fumaça de um charuto ?...entristecem-me hoje essas lembranças. Já disse: não posso escrever sobre as mulheres<sup>168</sup>.

Manifestando a sua atração pelas mulheres e a sua dificuldade em compreendê-las, Pereira Passos expõe uma dimensão de sua condição humana, que serve como contraponto ao mito de sua figura austera, um mito que se perpetuou pela mitigação da intimidade do homem privado em favor da imagem da figura pública.

A mitificação de Pereira Passos como demolidor, homem austero, implacável como gestor público, foi produzida pela imprensa por ocasião da reforma urbana municipal e reproduzida pela historiografia criticista da Reforma Passos, em prejuízo de uma compreensão biográfica mais detida, que aponta para um indivíduo menos insensível, seja do ponto de vista estético ou humano.

Em um de seus escritos da coletânea *Horas Vagas*, Pereira Passos compõe um poema de amor, no qual compara o seu sofrimento de homem apaixonado com o do africano cativo, mostrando sensibilidade para com o sofrimento do escravo, o que seria confirmado ao longo de sua vida em posição firme que assumiria contra a escravidão. Segue o texto:

*“Em horrenda masmorra pavorosa  
Geme o triste caboclo aferrolhado,  
Sobre a gélida pedra soluçando,  
Já de chorar cansado.  
O mísero africano transportado  
Da vasta solidão onde nasceu,  
Onde a vida deixou, deixando o filho,  
Onde livre viveu.*

*Para em plaga estrangeira ser vendido*

<sup>168</sup> Paulopolitano. Op. cit. P. 15-16.

*Como qualquer objeto de valor,  
E a terra rotar o duro mando  
De um terrível feitor.*

*Pranteia a liberdade que perdeu.  
Como o mais caro Dom que possuía;  
E morrer entepõe a escravidão  
Que sofre na agonia.*

*O meigo passarinho encarcerado  
Tornar a possuir somente anhela  
A doce liberdade que gozara.  
Na mata verde bela.*

*Eu também sou cativo sem ter crime,  
Sem o golpe da lei ter merecido.  
Era escura, porém, prisão horrenda  
Jamais tenho vivido<sup>169</sup>”.*

Pereira Passos tinha uma personalidade bem definida. Era um homem de espírito prático, cujo o conhecimento era mais instigado pelas ciências aplicadas do que pela filosofia ou qualquer outro campo que operasse com idéias mais abstratas. Embora não fosse afeito às alterações da política, a filosofia ou qualquer tipo de elucubração metafísica, Passos buscou durante toda a sua vida unir a sua aptidão pelo estudo e aplicação da técnica, próprios do engenheiro, com o apreço pela atividade estética, como será visto com mais vagar em momento oportuno.

Tipo enérgico, decidido e autoritário, Pereira Passos refletia em seu temperamento a sua criação como filho de fazendeiro escravista do Vale do Paraíba, para os quais uma ordem nunca deveria ser contestada. Tal traço de sua personalidade pôde ser percebido em suas gestões a frente da Estrada de Ferro D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil e, sobretudo, quando Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, oportunidade em que a imprensa produziu farto material em textos e imagens dando nota do temperamento imperativo do Prefeito<sup>170</sup>. O engenheiro era também um grande curioso, quanto às novidades

<sup>169</sup> “A Ela”. Segunda Hora Vaga. 11 de outubro de 1855. Apud. Paulopolitano. Op. cit. P. 16.

<sup>170</sup> Este material a que faço referência pode ser encontrado em Giovanna Rosso Del Brenna. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

técnicas que surgiam no mundo, era disciplinado para estudar quando algo instigava-lhe o interesse, embora não fosse um tipo estudioso. Era mais um entusiasta das novidades no campo técnico, as quais tinha prazer em aplicar. Gostava de operar realizações, mais do que desenvolver teorias no campo da engenharia, não obstante várias de suas realizações terem demandado extremo talento e grande conhecimento de causa no campo tecnológico<sup>171</sup>.

A despeito de seus rompantes e atitudes enérgicas, Pereira Passos era tido como um *causeur* fino, galante com as damas, gentil com os amigos e polido no trato social, como era comum aos membros da elite imperial que, no melhor estilo da cordialidade brasileira, cumpriam os códigos necessários à legitimação entre os seus pares<sup>172</sup>.

Segundo um de seus primeiros biógrafos, o engenheiro Sampaio Corrêa, que escreveu artigo sobre Pereira Passos a propósito das comemorações de seu centenário de nascimento, realizadas em 1936, no Clube de Engenharia, Pereira Passos foi essencialmente um pragmático, um homem próximo das idéias do filósofo norte-americano Will Durant<sup>173</sup>. Segundo Sampaio Corrêa:

“A vida de Pereira Passos foi, com efeito, um contínuo esforço para controlar e dominar o ambiente. Para ele, como para o neo-pragmatismo de Dewey, o pensamento só tem valor pela prática que se lhe segue. “Aqui e amanhã”: foram, não há dúvidas, as duas pedras de toque da existência de Pereira Passos, que sempre visava a um “ideal tangível”, em todos os seus empreendimentos. Para ele, a realização de uma idéia era o começo do sucesso. Nunca se preocupou em saber o “que era a coisa” nem “qual a sua origem”. Como pragmatista, espontâneo e natural, praticando a filosofia sem o sentir, indagava, apenas: “Quais são as conseqüências?”

E voltava o pensamento para a ação e para o futuro.<sup>174</sup>”

---

<sup>171</sup> Entre estas realizações de Pereira Passos que demandaram-lhe grande habilidade e conhecimento técnico, estão a solução técnica para a curva da linha férrea no pátio de manobras da Estrada de Ferro D. Pedro II e o emprego do sistema cremalheira na estrada do Corcovado, com a execução de uma rampa internacionalmente inédita de 30%, entre outras.

<sup>172</sup> Tais códigos foram bem demonstrados no livro de Jeffrey Needdell. *Belle époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da Virada do Século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>173</sup> Ver: Sampaio Corrêa. Francisco Pereira Passos. *Revista do Clube de Engenharia*. N. 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936. P. 1218.

<sup>174</sup> *Ibidem*.

### 3.10

#### Experiências como Profissional de Engenharia

Além de homem voltado à ação, Pereira Passos sempre demonstrou forte espírito cosmopolita e, desde cedo, um ardente desejo de entrar em contato com outras culturas. Tal desejo, somado ao auxílio prestimoso das amizades que seu pai mantinha na Corte, lhe valeram, logo após a sua formatura, em 24 de dezembro de 1856, uma viagem a Paris. O jovem bacharel foi nomeado adido de 2<sup>a</sup> classe na legação brasileira na França, iniciando assim a sua carreira no funcionalismo público, a exemplo da quase totalidade dos estudantes formados pela Escola Militar da Corte<sup>175</sup>. Pereira Passos somente aceitara o cargo pela certeza de que este não o destinaria ao cumprimento de serviços burocráticos, próprios de um jovem diplomata, mas seria uma oportunidade de ampliar na França os seus conhecimentos técnicos adquiridos no Brasil.

Ao chegar em Paris, Passos logo buscou contato com os engenheiros da *École de Ponts et Chaussées*, passando a freqüentar os seus cursos como ouvinte. Esta escola de engenharia era freqüentada por estudantes franceses recém-formados na *École Polytechnique*, sendo poucos os estrangeiros que dela participavam, sempre como ouvintes. Após ter freqüentado alguns cursos na instituição, o jovem engenheiro foi selecionado para o trabalho de campo, um privilégio que não era comum suceder aos estudantes de fora do país<sup>176</sup>. Atuou em obras importantes no desenvolvimento da infra-estrutura francesa, como as obras de modernização

---

<sup>175</sup> Cf. Edmundo Campos Coelho. Op. cit. P. 197-198.

<sup>176</sup> Cf. Jeffrey Needell. Op. cit. p. 49.

do porto de Marselha e a Estrada de Ferro Paris-Lyon-Mediterranée. Nesta última, o jovem engenheiro fez o seu primeiro trabalho profissional, construiu uma ponte de pedra sobre o Rio Loing, no trecho da estrada entre Paris e Lyon, mais precisamente na cidade de Dordives.

Nesta sua estada na França, que duraria cerca de quatro anos, Pereira Passos pôde presenciar a reforma urbana do Prefeito de Paris, Haussmann, e travar contato com o seu principal mentor, o Engenheiro-chefe da capital francesa, Alphand. Viver na Paris do Segundo Império e estar em contato direto com a reforma Haussmann seria uma experiência marcante na vida do futuro Prefeito do Rio de Janeiro.

A cidade de Paris adentrava a segunda metade do Oitocentos com um crescimento urbano desordenado decorrente do desenvolvimento industrial francês. O forte aumento populacional, e o crescimento brusco do tráfico urbano somavam-se a epidemias freqüentes e a uma cidade politicamente instável, conturbada por revoluções, como a de 1848. A reforma urbana de Paris foi um processo longo, iniciando-se em 1853, ganhando termo somente em 1870<sup>177</sup>. Pereira Passos presenciou as finalizações da primeira etapa da reforma na qual várias ruas foram alargadas e duas grandes avenidas foram construídas. A reforma Haussmann primava também pela referência constante à tradição, destacando monumentos que ressaltavam o passado e o presente da cidade.

Sem dúvida, a experiência do acompanhamento da reforma urbana de Paris marcaria a carreira de Pereira Passos, criando-lhe uma referência, mais do que um modelo<sup>178</sup>, para a reforma urbana que operaria no Rio de Janeiro.

Após cerca de quatro anos de intenso aprendizado na França, Pereira Passos retorna ao Brasil, em 1860 e ingressa na Diretoria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Poucos meses após, em janeiro de 1861, é nomeado ajudante do engenheiro-chefe na Estrada de Ferro de Nova Friburgo com o Visconde de Barbacena. A época, o país iniciava o seu

---

<sup>177</sup> Para um maior dimensionamento do processo de reformulação urbana de Paris desenvolvido pelo Barão Georges Eugène Haussmann, ver: Leonardo Benevolo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 91-114.

<sup>178</sup> A diferença entre ter uma cidade como referência e tê-la como modelo pode ser encontrada em Aldo Rossi. A Arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

processo de expansão ferroviária, um campo da engenharia no qual Pereira Passos tinha conquistado grande conhecimento em sua estada na Europa e no qual iria desenvolver boa parte de sua carreira profissional.

Passos segue a linha do desenvolvimento técnico brasileiro e nos anos 60, dá curso à sua carreira como engenheiro devotado ao setor ferroviário. Após concluir o seu trabalho junto ao Visconde de Barbacena, o engenheiro é chamado por Benedito Ottoni, Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, para atuar na fixação dos trilhos da estrada da Serra do Mar. Trabalhando em conjunto com engenheiros americanos, Pereira Passos se destaca nesta obra por desenvolver a solução do problema da fixidez dos barrancos que até então vinham sendo um desafio aos construtores, o que lhe faz granjear fama no meio técnico nacional.

Em 1865, a Estrada de Ferro D. Pedro II é encampada pelo Governo Imperial, uma atitude defendida por Pereira Passos, que julgava mais profícuo ao país que os empreendimentos de construção de vias férreas fossem incumbência do Estado, não devendo esta ter a frente o setor privado e, nem mesmo estar sob a responsabilidade dos governos provinciais. Segundo Pereira Passos:

“A encampação da Estrada D. Pedro II foi uma necessidade, pela absoluta impossibilidade em que se achava a companhia de levantar novos fundos no país ou fora. Entretanto, mesmo considerando a questão por outra face, isto é, pelo lado da conveniência ou da inconveniência de pertencer a empresas particulares as grandes vias de comunicação do país, somos da opinião que ao Estado compete a posse e o gozo, em suma, a administração das grandes artérias, podendo ser dada a companhias particulares as linhas de pequeno desenvolvimento ou de importância secundária. Nem mesmo às províncias deve-se permitir a concessão de privilégios para estradas de certa magnitude e que possam transformar-se em grandes linhas. As razões que nos fundamos para assim pensar, são várias e ponderosíssimas. Em primeiro lugar, as linhas tronco devem traçadas independentemente de qualquer influxo de localidades ou províncias; ora, todos sabem quanto e como se pode prejudicar um traçado inteiro executando-o com o fim de servir pequenos interesses alheios e, às vezes, contrário ao interesse geral a que se deve exclusivamente atender.(...) é sempre difícil contrariar a influência de particulares, que aliás, se apresenta legítima nas votações da Assembléia de acionistas; deve-se atender aos interesses econômicos, e estes, por mais complexo e variado que sejam, são outros tantos argumentos em favor da administração pelo Estado. Com efeito, de todas as indústrias permitidas por lei, a dos transportes é aquela que mais pode prejudicar o contribuinte, e uma Estrada de Ferro é sempre um monopólio de fato, pelo menos nos lugares onde atravessa. Se as grandes artérias são estratégicas e administrativas mais do que lucrativas, unicamente o estado as fará; se não lucrativas, devem igualmente

pertencer ao Estado, que nos lucros das boas empresas poderá ter compensação dos sacrifícios feitos com as más.<sup>179</sup>”

Embora Passos tenha sido favorável à encampação governamental, já famoso, opta por ir atuar na Estrada de Ferro Baía Alagoinhas<sup>180</sup>. Neste mesmo ano, Passos casou-se com Maria Rita César de Andrade, filha do major Paulo César Duque Estrada, membro de uma família tradicional de Niterói. Com ela, com quem esteve casado durante toda a sua vida, teve quatro filhos: Maria Paula, Olímpia, Paulo e Francisco, a quem coube a construção do Teatro Municipal.

Em 1867, vai trabalhar na construção da ferrovia Santos-Jundiaí, posteriormente chamada São Paulo Railway, uma estrada de ferro estratégica no escoamento da cafeicultura paulista, porém, de difícil resolução para a tecnologia da época, pois apresentava difícil traçado pela necessidade de transposição da Serra de Cubatão. Pereira Passos consegue uma solução técnica pelo uso de um novo sistema de planos inclinados que viria a ser aplicado posteriormente por outros engenheiros no Brasil. A sua administração a frente da estrada é elogiada pela Companhia inglesa que era sua acionista majoritária, em um relatório de seu chefe, James Brunless, aos seus acionistas no qual reputa Pereira Passos como um dos melhores profissionais que já conheceu<sup>181</sup>.

Retorna ao Rio de Janeiro em fins dos anos 60, onde assume o cargo de chefe da comissão encarregada dos estudos e exploração do traçado para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, até o São Francisco.

Em dezembro de 1870, é nomeado pelo Conselheiro João Alfredo para o cargo de Consultor Técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas. Após um ano nesta comissão, Pereira Passos, já destacado como um engenheiro qualificado na cena nacional, é enviado a Londres por Rio Branco, a fim de resolver questões pendentes com o capital inglês quanto à Estrada de

---

<sup>179</sup> Apud Athayde. Op. cit. p. 155-156.

<sup>180</sup> Segundo Gastão Silva, Pereira Passos já fora trabalhar na Estrada de Ferro de Alagoinhas com grande fama. Ver: Gastão Pereira da Silva. Op. cit. p. 12.

<sup>181</sup> Cf. Athayde Op. cit. 159-160.

Ferro São Paulo Railway. A missão não era fácil, pois Pereira Passos havia sido precedido nesta função, respectivamente, pelos engenheiros Viriato de Medeiros, Bento Sobragi e Manoel da Cunha Galvão, que não haviam obtido sucesso nas negociações com os ingleses. Após um longo período de negociações, Pereira Passos consegue produzir um acerto com a empresa inglesa, fato que, pela primeira vez, chamaria a atenção do Imperador quanto à sua figura.

No entanto, para além do prestígio granjeado com o êxito desta operação, o engenheiro teria nesta viagem um contato privilegiado com a sociedade inglesa. A Inglaterra do último terço do século XIX era tida como a pátria do progresso por excelência. Ali, iniciava-se a Segunda Revolução Industrial, uma série de invenções pululavam e novas tecnologias eram incorporadas<sup>182</sup>. Além das novas tecnologias e invenções, Pereira Passos pôde observar em Londres o Hyde Park, que fora reformado em meados do século, os projetos de ajardinamento ingleses e as vilas operárias. Passos aproveitaria ainda a sua estada na Europa para deslocar-se a outros países, a fim de conhecer novas tecnologias, como o fez na Suíça<sup>183</sup>. Durante o período que esteve em Londres, fez contatos e tornou-se sócio do Instituto dos Engenheiros da Inglaterra. Neste período, no qual aproveitou para ampliar os seus conhecimentos técnicos na Inglaterra, publicou a *Caderneta de Campo*, um livro para engenheiros que trabalhavam com a construção de Estradas de Ferro. O livro ganhou grande destaque como manual e foi amplamente utilizado no Brasil, sendo registrado, inclusive, uma tradução para o italiano<sup>184</sup>.

Regressando ao Brasil, em 1873, Pereira Passos conhece no navio o empresário Mauá, que o convida para restaurar o sistema de construção naval da Ponta da Areia, em Niterói, que se encontrava paralisado. Passos trabalharia no estaleiro do empresário, fazendo-o voltar ao funcionamento regular. Para Mauá trabalharia também na implantação do sistema cremalheira, na subida da serra de Petrópolis.

---

<sup>182</sup> Sobre a Segunda Revolução Industrial inglesa, ver: Geoffrey Barraclough. Introdução à História Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. P. 39-58.

<sup>183</sup> Abordaremos mais adiante essa viagem.

<sup>184</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 37.



Muito embora Pereira Passos tenha atuado em diversas oportunidades no setor privado, a sua carreira como engenheiro esteve também, em diversas oportunidades ligadas ao serviço público, setor no qual angariou maior fama como realizador.

O mercado privado da engenharia no Brasil somente iria iniciar o seu delineamento no final do Império, com a fundação do Clube de Engenharia, instituição que passou a organizar os interesses dos agentes privados do campo técnico brasileiro<sup>185</sup>. Quando da conclusão do curso de engenharia na Escola Militar da Corte, Pereira Passos e seus colegas sabiam que o seu aproveitamento no mercado de trabalho daria-se pela integração ao serviço público.

Desta forma, a carreira de Passos como engenheiro iniciou-se pelo serviço público, como adido de 2<sup>a</sup> classe na legação brasileira em Paris, passando por atuações na Estrada de Ferro D. Pedro II e pelo cargo de Consultor Técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas. Viu-se ainda em importantes cargos de direção, como a chefia da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro; a Direção da Estrada de Ferro D. Pedro II e da mesma estrada, então renomeada como Estrada de Ferro Central do Brasil, na República; até o que foi a culminância de sua atuação como gestor público, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Foi como funcionário público que Pereira Passos teve a sua primeira experiência como mentor de uma reforma urbana para o Rio de Janeiro quando, em 1874, foi nomeado Engenheiro do Ministério do Império pelo Conselheiro João Alfredo. A função de Engenheiro do Ministério do Império era das mais importantes na engenharia nacional, pois cabia ao seu titular orientar todas as obras de engenharia que fossem desenvolvidas no país<sup>186</sup>.

A cidade do Rio de Janeiro vinha sofrendo desde meados do século XIX com uma série de epidemias, e a população de sua região central crescia em grande proporção, juntamente com o crescimento do sistema de transportes

---

<sup>185</sup> Ver: Edmundo Campos Coelho. Op. cit.. p. 206.

<sup>186</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 172.

urbanos<sup>187</sup>. Nos anos de 1870, a cidade crescia em direção à sua atual Zona Norte, com o arruamento do bairro de Vila Isabel pela Companhia de carris do mesmo nome<sup>188</sup>. O Rio de Janeiro, de forma distinta das grandes cidades européias, registrava um considerável crescimento das demandas urbanas não pelo seu desenvolvimento industrial, mas pelo fato de ser o centro comercial, financeiro, cultural e político do país, o que lhe tornava grande receptora de população originária de outras províncias e do exterior<sup>189</sup>.

Diante de tal situação, o Conselheiro João Alfredo designa Pereira Passos para projetar uma reforma urbana que saneasse a capital, constituindo uma comissão que foi denominada como Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro. Esta comissão contou, além de Pereira Passos, com as participações dos engenheiros Marcelino Ramos e Jerônimo Moraes Jardim.

Nesta época, o saneamento urbano da cidade afigurava-se mais um problema de saúde pública, do que de reorganização do espaço por uma perspectiva econômica. Naquela época, as doenças que mais vitimavam a população eram, em primeiro lugar, a tuberculose, a febre amarela e a varíola, sucessivamente, sendo apenas a terceira combatida por vacina, ao passo que as duas principais só podiam ser combatidas por uma reforma urbana<sup>190</sup>.

Antes da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro ser constituída, em maio de 1874, existiu uma comissão organizada pelo Imperador para acabar com as causas das epidemias, era a Junta Central de Higiene Pública, constituída por médicos, que malogrou, dando ensejo à formação da comissão de engenheiros da qual Passos participou.

A Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro ficou encarregada de, durante alguns meses, desenvolver os estudos necessários para

---

<sup>187</sup> Sobre o crescimento da população na região central a época, ver: Osvaldo Porto Rocha. Op. cit. p. 73. Quanto ao desenvolvimento do sistema de transportes urbanos no Rio de Janeiro do século XIX, ver: Francisco Noronha Santos. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. V. 1. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1934. Outra análise a respeito desse tema pode também ser encontrada em Maurício de Abreu. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar/IPLAN-Rio, 1988.

<sup>188</sup> Cf. Francisco Noronha Santos. Op. cit. p. 277.

<sup>189</sup> Cf. Lilian de Amorim Fritsch. Palavras ao Vento: a Urbanização do Rio de Janeiro Imperial. Revista do Rio de Janeiro. Niterói: vol 1, n. 3. Maio/agosto, 1986. P. 75-86.

<sup>190</sup> Lilian de Amorim Fritsch. Op. cit. p. 78.

indicar um plano de reforma urbana à capital. Este plano foi publicado detalhadamente em janeiro de 1875, naquele que ficou conhecido como o “Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro”<sup>191</sup>.

O Primeiro Relatório da comissão divulgou um plano de reforma urbana que, para a surpresa de muitos, não atingiria a cidade velha, com a alegação de que uma intervenção urbana nesta região demandaria um maior tempo de estudo e grande número de casas a serem desapropriadas, o que tornaria a intervenção por demais onerosa. A área da cidade delimitada como objeto da intervenção urbana seria aquela que se estenderia desde o Campo da Aclamação, até a raiz da Serra do Andaraí<sup>192</sup>.

Esta, foi escolhida por ter sido considerada a área que ofereceria melhores condições para o desenvolvimento da cidade, por ser a que mais melhoramento reclamaria, uma vez que os transbordamentos na região do mangue eram constantes e tidos como causa das epidemias, e também por ser uma região onde as obras seriam menos dispendiosas e de menor dificuldade de execução, pois, na região, as propriedades teriam menor valor e não se encontrariam tão aglomeradas como no centro da urbe<sup>193</sup>.

A prioridade da reforma urbana apontada no relatório da comissão – que teve o saneamento como prioridade determinada pelo Imperador – era reestruturar o canal do mangue, que se encontrava em estado de abandono e que era visto como uma das principais fontes de miasmas da cidade.

Tendo em vista tal prioridade, a comissão projetou uma grande avenida, com 40 metros de largura e mais de 5 km de extensão, que teria em seu centro um canal que escoasse as águas do mangue, sobretudo nos dias de chuva, quando a região ficava alagada. A avenida teria partida no Campo da

---

<sup>191</sup> Ver: Francisco Pereira Passos, Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Primeiro e Segundo Relatório da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

<sup>192</sup> Cf. Francisco Pereira Passos, Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Op. cit. P. 5.

<sup>193</sup> Cf. Francisco Pereira Passos, Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Op. cit. P. 5-6.

Aclamação, sendo o seu termo a raiz da Serra do Andaraí, estando, portando, compreendida em toda a área preconizada para a intervenção urbana.

Na avaliação de Pereira Passos e dos demais relatores, indicou-se que o empreendimento financeiro das obras de canalização das águas do mangue e da construção da avenida que o margearia, deveria caber ao Estado, pois a iniciativa privada estaria orientada somente pelo lucro e pelo benefício individual, não havendo uma dimensão pública de sua atuação. Além disso, as propostas até então existentes da iniciativa privada para a intervenção urbana na região propunham-se abarcar somente uma parte restrita desta.

Segundo os relatores da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro:

“O melhoramento ali mais momentoso e cuja execução é de imprescindível necessidade para se elevarem as condições higiênicas daquele bairro é sem dúvida o que requer o canal do mangue, o qual, no estado incompleto de abandono em que se acha, é um foco permanente de infecções miasmáticas. No intuito de prover remédio a esse mal, diversas propostas têm sido apresentadas ao governo imperial por empresas particulares; mas organizadas todas mais sob o ponto de vista do interesse aos capitais que têm que ser empregados, do que com o fim de beneficiarem a localidade e, além disso, referindo-se a uma parte muito limitada de que carece aquele bairro, não estão semelhantes propostas no caso de serem aceitas pelo governo imperial.<sup>194</sup>”

Pereira Passos e os demais membros da comissão revelam aqui o estágio em que se encontrava a engenharia nacional, por demais ligada ao Estado, entendida prioritariamente como objeto do serviço público, que deveria sobrepor os seus interesses àqueles de foco individual. Tal postura, refletia a sociedade brasileira do terceiro quartel do século XIX, uma sociedade agrária e escravista, na qual o mercado privado da engenharia ainda era constituído de forma incipiente e no qual o volume de investimentos privados não se encontrava presente em grande monta. Da mesma forma, os interesses privados neste campo ainda não se haviam constituído de maneira organizada. A forte idéia de probidade na relação empresarial entre o setor público e o setor privado existentes no Império constituía também um fator limitador da

---

<sup>194</sup> Ibidem. p. 6.

capacidade dos gestores públicos aceitarem parcerias com o setor privado, o qual tendiam a ver com desconfiança, crendo que a busca de seus ganhos privados pudessem mitigar os benefícios públicos que se almejava alcançar.

Imbuídos do ideal de reformar a cidade, a Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro aponta várias iniciativas que revelam um projeto que visava tornar o Rio de Janeiro um exemplo de civilização para o Brasil.

Entre as iniciativas apontadas no primeiro relatório que indicam uma utopia civilizadora dos relatores, pode-se mencionar a intenção de construir-se casas rodeadas de jardins<sup>195</sup>, a fim de melhorar a aparência da cidade e de desenvolver o sentimento estético nos seus moradores que, como sabia a comissão, seriam em boa parte operários residentes no Andaraí e em Vila Isabel. Também merece destaque o projeto de construção de uma universidade em uma região operária, a Universidade do Rio de Janeiro, projetada no final da grande avenida que margearia o canal do mangue, situada entre os bairros do Andaraí e de Vila Isabel. Junto a Universidade, seriam construídos ainda um horto botânico e um jardim zoológico<sup>196</sup>, que tanto serviriam à ilustração dos habitantes da região como ao ensino da Universidade.

O projeto de desenvolvimento de uma civilização na cidade que fora concebido pela comissão também continha em si o fomento ao progresso técnico e econômico, como fatores da civilização. Foi tendo em vista esta postura que a Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro projetou um prédio para exposição permanente de máquinas e instrumentos agrícolas na região da atual Praça da Bandeira, a fim de fornecer ao agricultor brasileiro melhores meios de, nos dizeres dos relatores, “*aumentar a produção e a riqueza individual*”<sup>197</sup>. Observe o relato dos membros da comissão em relação a esse projeto e o que tencionaram com ele:

---

<sup>195</sup> Ibidem. p. 5-6.

<sup>196</sup> Ibidem. p. 8.

<sup>197</sup> Ibidem. p. 13.

“É indispensável, se queremos ver a indústria agrícola atingir no Brasil o nível necessário para competir com outros países, que os nossos lavradores possam verificar a importância e vantagens da aplicação das máquinas e reconheçam quanto o seu emprego, judicioso e proporcionado aos meios de cada um, pode reduzir o trabalho muscular e aumentar a produção e a riqueza individual. É necessário que eles possam estudar o modo de ver as que mais convém ao seu gênero de lavoura e as condições locais. Por outro lado, os fabricantes, postos em contato com as classes agrícolas, aprenderão destas quais as modificações que convém introduzir nos seus aparelhos para adaptá-los melhor ao nosso solo e aos seus variados produtos”<sup>198</sup>.

Neste trecho, percebe-se a relevância que os relatores atribuem à técnica na sua utopia de criar uma cidade orientada pelo ideal de civilização. Neste ideal, presente no plano de reforma urbana, elementos como a cultura, a valorização do sentimento estético e a técnica jogavam um papel fundamental e traduziam-se em propostas de inovação urbana.

É interessante notar, que a palavra "civilização" e suas correlatas como "civilizado", aparecem várias vezes no relatório, ao passo que a palavra "progresso" não figura, ou ao menos quase não figura, no texto da comissão, o que é indicativo da preponderância da idéia de civilização sobre aquela de progresso para Pereira Passos e os demais participantes da comissão. No relatório, a palavra "civilização" e suas similares aparecem como idéia de legitimação da reforma urbana a que se propunha executar a comissão. Veja como aparecem algumas inserções deste termo no relatório:

"Paris, que tem pretensões a ser a capital do mundo civilizado, foi a primeira a dar o exemplo de abertura de novas ruas e reconstruções em grande escala, que a princípio foram consideradas como obras meramente de luxo e de aformoseamento para atrair à grande capital maior número de estrangeiros"<sup>199</sup>.

Aqui, a cidade de Paris aparece como pioneira na reforma urbana e como referência para os países que desejam ingressar no "*mundo civilizado*". A comissão utiliza-se do exemplo das críticas feitas à reforma urbana de Paris, para legitimar o seu plano de reforma, também criticado no primeiro relatório e, segundo a comissão, pelos mesmos motivos das críticas às reformas tidas

---

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> Ibidem. Segundo Relatório. P. 5.

como civilizadoras de Paris. Assim, os relatores criam o artifício de tornar as críticas ao seu primeiro relatório, críticas ao próprio ideal civilizador, um ideal que não poderia se limitar a ações saneadoras, à idéia exclusiva de saneamento urbano, um item que seria englobado e superado pela idéia de civilização. Mais que resolução para os problemas de saúde pública, civilização aparece também ligada à questão estética da cidade. É como aponta um outro parágrafo do segundo relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro:

"As casas são construídas no mesmo estilo das antigas, sem arte, sem segurança e sem a mínima atenção às condições especiais do nosso clima tropical; e se pelo aspecto exterior dão triste idéia de nossa civilização e de nossos sentimentos do belo e do harmonioso, não pecam menos pela falta, já não diremos de conforto, mas de acomodação sã aos que as habitam.<sup>200</sup>"

Neste trecho, a comissão relata o que deprecia contra o aparefeiçoamento da civilização no Brasil, para apontar o que o plano de reforma urbana deveria atacar com o fim de afirmar o ideal civilizador no Rio de Janeiro. É ressaltado como aspecto negativo o estilo das construções, tidos como "*sem arte*" e que "*dão triste idéia de nossa **civilização** e de nossos sentimentos do belo*". Civilização aqui aparece associado ao sentimento do belo, com a arte, que seriam indispensáveis a sua plenitude. Sem beleza, sem fomento ao sentimento estético, o ideal de civilização jamais poderia se efetivar no Rio de Janeiro. Assim, a comissão justifica a orientação de seu primeiro relatório para reforma urbana da cidade, duramente criticado por descuidar-se do saneamento urbano em benefício do melhoramento estético do Rio de Janeiro.

A palavra civilização também figura em uma distinção, discernindo entre o que seria a civilização antiga, referenciada em determinados padrões, e a civilização moderna, cujas demandas devem ser atendidas pelos países que desejam nela ingressar. Segundo o texto do relatório:

"Entre os povos bárbaros, e entre outros adiantados em civilização, as ruas são igualmente acanhadas e mal dispostas. O mesmo defeito ainda se nota em quase todas as cidades da Europa, que não têm sofrido alterações no século presente. É que

---

<sup>200</sup> Ibidem. p. 7-8.

os nossos antepassados não sentiam as necessidades que têm criado a civilização moderna, para satisfazer as quais é necessário aumentar a largura das ruas. Assim, os novos Boulevares de Paris, Ringstrasse em Viena, as ruas dos novos quarteirões em Londres, a avenida da Pensilvânia em Washington têm larguras que em alguns casos vão além de quarenta metros.<sup>201</sup>

Distinguindo "*civilização*" de "*civilização moderna*", os relatores dão a entender que ao Rio de Janeiro e, por extensão, ao Brasil, não bastaria apenas se lembrar colonizado pelos portugueses para legitimar a sua condição contemporânea de civilizado. A civilização, palavra que indica ação, desenvolver-se-ia e como tal exigiria uma adequação contemporânea aos seus novos padrões. E, estes novos padrões da civilização moderna pressupõem a reformulação da estrutura urbana, com o alargamento de ruas e abertura de novas avenidas. Ou seja, o desenvolvimento da civilização conduz ao progresso material que, não obstante por si só não legitimar a civilização, por outro lado torna-se indispensável naquilo que seria entendido pela comissão como a atualização histórica desta, a "*civilização moderna*". Assim, para Pereira Passos, a civilização conduz ao progresso e não este, uma vez efetivado, trará de pronto a civilização, uma concepção consagrada com a República.

Não obstante os esforços de justificativa, o relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro esteve longe de ser unanimidade e teve as suas mais duras críticas desferidas por um engenheiro que então se destacava na Corte: Luís Rafael Vieira Souto<sup>202</sup>. Este, um profissional com menos de 30 anos de idade que havia destacado-se quando aluno na Escola Politécnica, escreveu uma série de missivas no Jornal do Comércio, entre 23 de fevereiro e 15 de abril de 1875, criticando o relatório da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>202</sup> Sobre a biografia de Luís Rafael Vieira Souto, ver: Adolfo Morales de los Rios Filho. Dois Notáveis Engenheiros, Pereira Passos e Vieira Souto. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1951.

<sup>203</sup> Ver: Luís Rafael Vieira Souto. O Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro. Crítica dos Trabalhos da Respectiva Comissão. Coleção de Artigos Publicados no Jornal do Comércio de 23 de Fevereiro a 15 de Abril de 1875. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira e C., 1875.



O cerne da crítica de Vieira Souto era o fato de que a reforma urbana deveria concentrar-se na área comercial da urbe, ou seja, entre a cidade nova e o litoral compreendido entre o passeio público e o Hospital dos Lázaros. Tal posição seria justificada pelo fato desta região abrigar moradias mais aglomeradas e ruas mais estreitas e sinuosas, que davam margem ao desenvolvimento das epidemias<sup>204</sup>.

Como contraponto às críticas desferidas por Vieira Souto, a Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro apresenta, em 29 de fevereiro de 1876, o seu segundo Relatório. Neste, a comissão procura refutar as críticas de Vieira Souto e, ao mesmo tempo, afirmar os princípios que orientam o seu plano de reforma. Os relatores também encetam algumas modificações em face ao primeiro relatório. Propõem que se o Estado não for capaz de arcar com o ônus da reforma, a iniciativa privado poderia assumi-la, conquistando o direito de explorar terrenos com isenções de impostos durante determinado tempo e, ainda, não com um certo desconforto, aventam a possibilidade de arrasar morros no centro da cidade, afirmando que os médicos – e não eles engenheiros da comissão – consideram que esta atitude seria de vital interesse para o saneamento da cidade<sup>205</sup>. Todavia, ponderam logo após, afirmando que o arrasamento de tais morros – Castelo e Sto. Antônio – não seria necessário se fosse adotado apenas o plano de reforma preconizado no primeiro relatório. De acordo com o segundo relatório da comissão:

“Sendo os arrasamentos do morro de Sto. Antônio e Castelo considerado pelo higienistas como de vital interesse para o fim de permitir a chegada das brisas do oceano até o coração da cidade, baseou a comissão o seu projeto de abertura de novas ruas e alargamento e retificação das existentes na hipótese de serem arrasados aqueles dois morros, segundo os termos da concessão feita pelo governo imperial ao Comendador Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, menos quanto ao alargamento da rua da guarda velha, sem que contudo a parte do projeto situada fora dos dois referidos morros fique dependente do arrasamento destes para ser levado a efeito.”<sup>206</sup>

<sup>204</sup> Luís Rafael Vieira Souto. Op. cit. p. 12.

<sup>205</sup> Ver: Francisco Pereira Passos, Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Op. cit. P. 21-22.

<sup>206</sup> *Ibidem*. p. 21.

Em caso contrário, insistindo-se na intervenção no centro da cidade, a comissão apresentava um projeto de abertura de duas ruas principais que captariam as brisas oceânicas de diversos locais do centro e, ao mesmo tempo, beneficiaria o tráfego na região. A comissão deixa entendido que esta seria uma solução plausível para o saneamento do centro e que dispensaria a demolição de morros históricos como o morro do Castelo e o de Sto. Antônio. Segundo os relatores:

“Traçou igualmente entre as ruas de Uruguaina e do Ourives outra rua de 17,60 metros de largura, que começa na Prainha, em frente ao Aljube(...) terminando no ponto em que desemboca no Largo da Mãe do Bispo.

Esta nova rua, cuja a abertura não depende dos arrasamentos do morro de Sto. Antônio e do Castelo, terá a considerável vantagem não só de facilitar a circulação que hoje se faz com dificuldade pelas ruas da Guarda Velha e Ajuda, mas ainda a de permitir que, independentemente do arrasamento daqueles morros, venham diretamente ao centro da cidade as brisas do oceano(...) A comissão projetou igualmente outra rua que poderá concorrer para ao mesmos fins da precedente e como esta não dependente da supressão dos dois morros. Esta segunda rua partirá da base da Ladeira de Sto. Antônio(...) irá encontrar o prolongamento da rua Luiz de Vasconcelos, a 65 metros atrás da Escola Municipal São José<sup>207</sup>.”

Pressionados pela opinião pública e pelo próprio Imperador a intervir de maneira decisiva no centro da cidade, considerado um foco de miasmas pela precária circulação do ar na região, os membros da comissão apontam no seu segundo relatório que o arrasamento do morro do Castelo e de Sto. Antônio é *considerado pelos higienistas questão de vital interesse para o fim de permitir a chegada das brisas do oceano até o coração da cidade*<sup>208</sup>, atribuindo assim aos médicos esta concepção. Em contrapartida, afirmam que se a reforma urbana fosse operada somente na região indicada no primeiro relatório, tal desmonte seria desnecessário e que, considerando fundamental uma intervenção urbana no centro da cidade, poder-se-ia ainda evitar os arrasamentos dos dois morros. Isto dar-se-ia através da abertura de duas avenidas que, propiciando o fluxo contínuo das brisas oceânicas pela cidade

---

<sup>207</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>208</sup> Ibidem .

velha, resolveria o problema da concentração de miasmas no centro do Rio de Janeiro, apontado como um dos principais problemas de saneamento da urbe.

Este projeto de reforma urbana de Pereira Passos evidenciou aquilo que foi uma das marcas do Prefeito como urbanista e que iria fazer-se presente em sua reforma de 1903-1906, a conciliação do moderno com a tradição urbana da cidade: suas referências históricas, seus elementos marcantes, seus espaços culturalmente consagrados.

É interessante notar, que algumas obras executadas na Grande Reforma Urbana de 1903, tiveram a sua origem no segundo relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro, como são os casos daquela que seria a Avenida Central, que surgiria como alternativa de saneamento ao desmonte dos morros do Castelo e de Sto. Antônio. Embora projetada com menor largura, em função da necessidade de contenção de despesas, 17,60 metros, o seu sentido era o mesmo: da Prainha até o Largo da Mãe do Bispo. Da mesma forma, Pereira Passos e os membros da comissão foram os que projetaram uma avenida a beira mar para o Rio de Janeiro. Observe o anúncio no segundo relatório da comissão:

"Compreende-se que uma imensa vantagem traria uma rua larga que margeasse toda a extensão desse litoral, prolongando-se de um lado até Botafogo e de outro até São Cristovão e ramificando-se até a Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, de modo a formar uma extensa avenida que cingiria toda a cidade, lançando um canal através da sua parte mais compacta.<sup>209</sup>"

A diferença desta avenida a beira mar para aquela executada na Grande Reforma Urbana de 1903 é que a avenida efetivamente realizada partia somente do Centro, com destino a Botafogo, ao passo que a avenida concebida em 1876 partiria da Zona Norte da cidade, atravessando o Centro, com destino a Botafogo. Mais ainda, a avenida a beira mar presente no relatório teria ligações com a estação central, de modo a criar um sistema viário que a ligaria com a parte em expansão da cidade.

---

<sup>209</sup> Ibidem. p. 17.

Unindo-se esta concepção de avenida a beira mar como o projeto de avenida presente no primeiro relatório da comissão, teríamos mais do que uma ligação do centro da cidade com a Zona Norte. Assim, se a concepção da avenida a beira mar ligava o bairro de São Cristovão com a Zona Sul, o sistema viário que dela partiria na direção da nova avenida proporia uma ligação franca dos bairros de Vila Isabel e do Andaraí com o centro da cidade velha.

Com efeito, a concepção de reforma urbana de Pereira Passos buscou interligar regiões diversas da cidade, entendendo-a como um organismo. Neste, os diferentes órgãos desenvolver-se-iam articulados uns aos outros, em uma relação de simbiose. Tal modelo far-se-ia presente na reforma urbana que Pereira Passos aplicou no Rio de Janeiro no início do século XX e no qual a simbiose das regiões pensadas dentro de um sistema urbano organicista ganharia contornos mais definidos<sup>210</sup>.

No entanto, não obstante o esforço de reflexão urbanística empreendida pelos membros da comissão no seu segundo relatório, que buscava responder a críticas de especialistas na questão do saneamento urbano, as considerações dos relatores foram rejeitadas pelo Imperador, que as classificou como "haussmannização". No entanto, a refutação destes planos de reforma urbana deveram-se menos ao fato do Imperador reputá-los como reprodução do modelo francês no Rio de Janeiro, e mais a outros fatores, estes sim decisivos para o arquivamento dos projetos contidos no relatórios. A rigor, a classificação dos planos de reforma urbana de 1875 e 1876 como "haussmannização", não foi mais do que um álbe desenvolvido por D. Pedro II para legitimar a sua retirada, desobrigando-se de um projeto que seu próprio governo encomendara e que não fora capaz de arcar. As reais razões do arquivamento dos dois relatórios da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro encontram-se, primeiro: na incapacidade do Estado de assumir o ônus de uma reforma urbana do porte das propostas em ambos os relatórios, segundo: no desinteresse das empresas privadas em assumir o plano, seja integralmente, ou em parceria com o Estado e, terceiro: na frágil sustentação política da comissão, apoiada durante o ministério conservador de Rio Branco,

---

<sup>210</sup> A concepção organicista de cidade do Prefeito Pereira Passos será tratada de maneira mais detida no capítulo III desta tese.

através do Comendador João Alfredo, então Ministro do Império. Com a queda do gabinete conservador em 1875, os membros da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro perderam o apoio político indispensável para dar fôlego ao seu plano de reforma urbana.

Com o arquivamento dos planos de reforma e saneamento urbano desta comissão, os engenheiros passaram a perder espaço diante dos médicos como categoria profissional responsável pelo saneamento da cidade<sup>211</sup>, uma tendência que se manteria até o final do Império.

Somente com o fim deste regime é que os engenheiros, organizados em seus interesses profissionais desde 1880 no Clube de Engenharia e respaldado pelos governos republicanos desde Campos Sales, passam a obter maior prestígio como reformadores urbanos, médicos da urbe, ao lado dos esculápios tradicionais.

### 3.11

#### **Pereira Passos: o Burguês Cosmopolita**

Quanto aos hábitos e costumes de Francisco Pereira Passos, o que nos resta é a narrativa de Raimundo Athayde, um de seus principais biógrafos, que teve o privilégio de coletar narrativas de história oral da neta do Prefeito<sup>212</sup>, Ernestina, filha de Maria Paula, a única progenitora da prole de quatro filhos de Francisco Pereira Passos.

---

<sup>211</sup> Ver: Lilian Fritsche. Op. cit. p. 83.

<sup>212</sup> A fim de evitar o risco de cair nos excessos de loas que Athayde por vezes decanta em sua biografia laudatória do Prefeito, nos utilizaremos de um exemplar de seu livro que pertencia a família Pereira Passos e que foi doado à Biblioteca do Museu da República, no qual a Dona Ernestina, neta do Prefeito, introduz algumas pequenas correções.

Faz-se importante mencionar que o relato de Dona Ernestina à Athayde sobre o cotiano de Pereira Passos é bem sucinto e objetivo, não fazendo transparecer nenhuma tentativa de mitificação ou exaltação da figura do Prefeito, o que torna mais confiável a narrativa. É nos comentários laudatórios de Athayde que residem as armadilhas desta biografia, que revela o compromisso claro com a exaltação da figura de Francisco Pereira Passos.

Segundo pode depreender-se dos relatos de Dona Ernestina à Athayde, seu avô era um burguês de gosto aristocrático<sup>213</sup>. Como todo o membro da elite brasileira do século XIX, tinha como suas referências de civilização e progresso a França e a Inglaterra<sup>214</sup>. Na maneira de ser e de vestir-se Francisco Pereira Passos primava por espelhar-se nos ingleses vitorianos. Buscava transmitir a imagem do *gentleman* londrino. Cultivava os códigos daquilo que era considerada a boa educação, muito embora o seu gênio explosivo o traísse por vezes nesta tentativa.

No que tange a vestimenta, Passos buscava a sobriedade, como era característico entre os membros da elite imperial. Se utilizava do fraque, chapéu duro e apresentava-se com uma bengala em baixo do braço.

Em seu cotidiano, era sistemático, dando nota de sua personalidade metódica, um tipo que apreciava repetir sempre os mesmos procedimentos. Raimundo Athayde assim narrou o que costumava a ser o seu dia:

"Nada de extraordinário lhe vemos nos costumes pessoais diários. Levantava-se bem cedo, fazia ginástica sueca e gostava de banho frio; quase toda manhã passava cuidando do jardim e, enquanto tratava das flores, fumava cigarros, as vezes dava um passeio a pé ou a cavalo pelas montanhas ou nas praias. Acostumou-se a fazer da refeição um pequeno almoço, à moda dos ingleses. Depois dessa refeição preparava-se para sair. Ia trabalhar. (...).

Ordinariamente almoçava na cidade, em companhia de amigos. Comia pouco e gostava de vinho fino. Não era como o seu amigo Rio Branco, apreciador de guisados e quitutes de peixe e camarão. À tarde regressava a casa, onde presidia o jantar da família e, como gostasse de música, sua filha mais velha tocava ao piano trechos de óperas ou operetas de sua escolha durante a refeição.<sup>215</sup>"

A aparência física do engenheiro não se distanciava muito das demais na sua época, embora distinguir-se por ser de estatura elevada. No mais, era moreno claro, de cabelo castanho, grisalho desde a meia idade,

---

<sup>213</sup> Frisaremos esse traço aristocrático de Pereira Passos mais adiante, quando abordarmos o Pereira Passos colecionador.

<sup>214</sup> Cf. Jeffrey Needell. Op. cit. p. 49.

<sup>215</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 78.

ficando com a cabeleira de todo branca na terceira idade.<sup>216</sup> Apresentava uma ondulação característica na cabeleira, em sua parte frontal e um bigode e cavanhaque não menos característicos de sua imagem. Segundo Athayde, Pereira Passos dizia lembrar a sua avó quando se mirava no espelho. Ela que fora neta de índios<sup>217</sup>. O engenheiro mostrava consciência de haver algo de caboclo em meio a sua "imagem civilizada".

No que se refere ao seu temperamento, o Prefeito era um homem de ação. Não obstante cultivar idéias originais quanto à concepção de seus trabalhos, era muito seguro quanto as suas possibilidades de execução, sempre indicadas com clareza ou demonstradas na prática. Era tido, por vezes, como pouco polido e malcriado, um tipo pouco diplomático para o exercício dos cargos de chefia pública que ocupou em vários níveis ao longo de sua vida. Era de difícil trato quanto às negociações nas suas esferas de competência, sendo percebido como intransigente. Muito cioso e certo quanto as suas idéias e posicionamentos, Passos logo granjeou fama de enérgico e autoritário. Aparecia ao público como alguém que lutava contra tudo e todos para impor as suas perspectivas, uma imagem que, como se verá com mais vagar em momento oportuno, colaborou sobremaneira para a sua mitificação.

Já entre os amigos era descrito como elegante, afável, galanteador e muito hospitaleiro<sup>218</sup>. Construiu um teatro em sua casa para o seu divertimento junto aos seus convidados<sup>219</sup>. Em fins do século XIX, mantinha uma das rodas sociais mais famosas do Rio de Janeiro<sup>220</sup>. Quando Prefeito, fazia questão de recepcionar em sua casa os hóspedes ilustres que aportavam na cidade. Pontificava nas principais rodas sociais da capital e era tido como galanteador das damas cariocas.

Em sua vida familiar, era tido por sua neta como um avô atencioso, que animava as brincadeiras com os netos no casarão da Rua das

---

<sup>216</sup> Quanto a descrição física de Pereira Passos, nos baseamos no exemplar já aludido do livro de Athayde e iconografia de engenheiro.

<sup>217</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 77.

<sup>218</sup> Ibidem. p. 79.

<sup>219</sup> Cf. Jeffrey Needell. Op. cit. p. 107.

<sup>220</sup> Cf. Jeffrey Needell. Op. cit. p. 107; 128; 137 e 141.

Laranjeiras. Gostava de criar cães, com os quais se distraia por vezes ao retornar a casa no cair da tarde. Embora mantivesse a postura austera de *pater familias*, como era costume nos homens da época, afigurava-se atencioso com os filhos, sobretudo no que tange a sua formação educacional. Quando em sua viagem *tournée* após a sua gestão na Prefeitura, Passos gostava sempre de manter-se informado a respeito da formação cultural das filhas, que já passavam dos trinta anos de idade. Tal é revelado em suas correspondências com as mesmas, nas quais cobra desde a melhora da caligrafia e a frequência no Teatro Municipal, até o aprendizado correto da Língua Alemã, que reputava essencial para uma boa formação cultural<sup>221</sup>.

Pereira Passos fora, portanto, um homem que buscou cultivar uma educação européia sem contudo perder os traços de rusticidade de sua infância, na qual fora educado por preceptores em uma fazenda escravista no Vale do Paraíba fluminense. Embora dominasse as regras da *politesse* e fizesse mesmo questão de exibi-las em encontros sociais, Pereira Passos mantinha o gosto pelo mando que adquirira em sua infância rural na Fazenda do Bálsamo em São João do Príncipe.

Além de grande *causeur*, *flâneur* e *gentleman* de espírito cultivado, Pereira Passos carregou sempre consigo os traços de um Brasil rural e escravista, que a busca das elites brasileiras por progresso e civilização não fez questão de lembrar.

A vida de Francisco Pereira Passos foi pontilhada por uma série de viagens ao exterior, a grande maioria para estadas de mais de um ano. As razões foram duas: trabalho e turismo. Estas viagens marcaram sobremaneira a vida do engenheiro que, fosse em atividade de labor ou de lazer, jamais deixou de utilizar a sua presença no estrangeiro para ampliar a sua erudição e os seus conhecimentos técnicos e profissionais.

Foi o que se verificou em sua primeira viagem ao exterior, em janeiro 1857, logo após a sua formatura pela Escola Militar da Corte, quando foi enviado a Paris como adido da legação brasileira na França. Lá esteve por

---

<sup>221</sup> Esta preocupação com a educação cultural das filhas pode ser atestada nas seguintes correspondências que envia às mesmas quando em sua estada na Europa após sua gestão como Prefeito do Rio de Janeiro: a de Berlim, em 25/06/1908; a de Wiesbaden, em 13/06/1908; a de



aproximadamente quatro anos, período que aproveitou para estudar na *École des Ponts et Chaussées*, uma espécie de pós-graduação em engenharia para os alunos formados na *École Polytechnique*. Em Paris, travou contato ainda com Alphand, engenheiro-chefe da reforma Haussmann, que teve oportunidade de presenciar. Esta viagem foi um marco na carreira de Pereira Passos, pois nela começaria a sua carreira como engenheiro profissional<sup>222</sup>.

A viagem a França fez com que Pereira Passos adquirisse uma diferenciação como engenheiro brasileiro, pelo conhecimento de novas tecnologias. Na Estrada de Ferro de Cantagalo, Passos seria o primeiro engenheiro brasileiro a substituir os trilhos tipo Burlow, por outros mais modernos, de sapatas, chamados Vignole que, amplamente utilizados na Europa, tinham sido criados em 1830 pelo engenheiro inglês Stevens.

Em 1871, na qualidade de Consultor Técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, é enviado a Londres para negociações com a empresa inglesa que explorava os direitos da Estrada de Ferro São Paulo Railway, por onde ficaria por mais de um ano. Nesta viagem, Pereira Passos aproveitaria para publicar a sua caderneta de campo e conhecer melhor as tecnologias então em curso na Inglaterra da Segunda Revolução Industrial, líder mundial em engenharia. Não se detendo na ilha, Passos circula pela Europa, onde conhece a Suíça e a obra ferroviária de superação do monte Righi. Passos presencia a construção da primeira seção da Estrada de Ferro, que ia de Witznau a Stafel-Hoke.

Este testemunho de uma inovação tecnológica que ganhou fama na Europa, permitiria ao engenheiro brasileiro projetar, logo que retorna ao Brasil, por pedido de Mauá, a adaptação deste sistema à transposição da Serra dos Órgãos, em uma estrada que ligaria o Rio de Janeiro a Petrópolis. O sistema, conhecido no Brasil como cremalheira, fruto da tecnologia empregada pelos engenheiros Rigenbach e Naff no monte Righi, seria adaptada com sucesso por Pereira Passos.

Em 1876, é convidado a assumir a direção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Mais uma vez inovações tecnológicas advindas de suas viagens são

---

Berna, em 15/04/1910; a de Bad Nauheim, em 10/07/1911 e as de Paris, em 15/11/1911 e em 20/11/1911.

<sup>222</sup> Vide a parte desta biografia relativa a presença de Pereira Passos na França, entre 1857 e 1860.

introduzidas na cidade. Por exemplo, Pereira Passos é o primeiro a trazer luz elétrica ao Rio de Janeiro, iluminando com esta tecnologia a Estação Férrea Central. Foi a primeira experiência com iluminação elétrica do Brasil, uma novidade técnica que Pereira Passos conheceu em Londres, poucos anos antes.

O cargo de Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II já devia ser há muito ambicionado pelo engenheiro, não só porque este desenvolvera boa parte de sua carreira com a Estrada de Ferro, mas também pelo status de que tal cargo gozava no interior de sua categoria, a mais alta posição em matéria de engenharia de estrada de ferro no Brasil. A direção da estrada também reservava uma remuneração espetacular para os padrões da época, o que revelava em que conta D. Pedro II tinha o desenvolvimento férreo no país. Segundo Edmundo Campos Coelho, a função dava acesso a uma remuneração entre as mais altas da burocracia imperial<sup>223</sup>.

O período a frente da Estrada de Ferro D. Pedro II colaborou para a fama de exímio administrador de Pereira Passos, que saneou as contas da estrada, aumentando consideravelmente a sua margem de lucro<sup>224</sup>. O engenheiro também ampliou o seu destaque em meio a categoria, sendo eleito em 1881, um ano após o fim de sua gestão, Primeiro Vice-Presidente do Clube de Engenharia<sup>225</sup>.

Durante o seu período como gestor da estrada, Passos reformou, recuperou várias composições e criou novas estações. Estendeu a linha da estrada especialmente para São Paulo, onde a cafeicultura já dava nota de sua força. Inaugurou ainda o ramal do terminal marítimo da Gamboa, uma das principais obras da infra-estrutura comercial do Rio de Janeiro no século XIX, entre várias outras obras realizadas.

---

<sup>223</sup> Segundo Coelho, na época em que Pereira Passos assumiu a direção da Estrada de Ferro D. Pedro II, o salário de seu Diretor era o dobro do salário de um juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Cf. Edmundo Campos Coelho. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. P. 95.

<sup>224</sup> Citar Paulopolitano. Op. cit. p. 40-42.

<sup>225</sup> Faz-se interessante notar que esta foi a única participação de Passos no Clube de Engenharia, que se restringiu a alguns meses, após a posse da nova diretoria. Na leitura das atas do Clube de Engenharia, desde a sua fundação, é notório o afastamento de Pereira Passos da instituição.

Em 1880, após a sua retirada da diretoria da Estrada de Ferro D. Pedro II, o engenheiro saíria a Europa em sua primeira viagem não oficial, desta vez viajaria como turista.

O desenvolvimento das vias férreas na Europa possibilitou o fenômeno do turismo, iniciado no terceiro quartel do século XIX com as classes sociais mais altas e já abrangendo as camadas sociais médias européias em fins deste mesmo século. Os cerca de 450 quilômetros que separavam Paris de Lyon, e que levavam 4 dias para serem cumpridos antes da Estrada de Ferro, passaram a demorar não mais que dez horas após a utilização da mesma<sup>226</sup>. O surgimento do turismo foi estimulado ainda pelo desenvolvimento das cidades termais e dos centros de jogos, onde se concentravam os cassinos. Cidades de veraneio como Nice, ao sul da França, também cresceram com a atividade, que influenciou de tal forma a vila, ao ponto de fazer com que a sua avenida principal chamasse-se *Promenade des anglais* - passeio dos ingleses. A força da economia do turismo acelerou ainda a onda de melhoramentos urbanos européia, iniciada na Inglaterra de meados do Oitocentos. Estradas, parques, passeios, calçadas e iluminação passaram a receber melhorias e as algumas cidades médias passaram a receber inovações tecnológicas quanto à urbanização, que se encontravam em curso a época<sup>227</sup>. Segundo Eugen Weber, enquanto a maior parte das indústrias registrava queda na década de oitenta do século XIX, a indústria do turismo e do lazer registrava crescimento, sobretudo a daquelas cidades sede de casas de jogos e de estações de águas<sup>228</sup>.

Foi na esteira deste crescimento que Pereira Passos partiu do Rio de Janeiro, em 1880, com destino a Europa. Fica durante todo o inverno em Paris. Lá, passa a frequentar cursos na *Sorbonne* e no *Colège de France*, onde assiste às aulas de Economia Política e Direito Administrativo. Nelas, passa a conhecer teóricos como Hegel, Saint Simon, Comte, Mill, Spencer e Darwin, buscando assim conferir a si maior erudição humanística e maior respaldo no campo do pensamento social e político. Durante a sua estada na capital francesa, escreve, a pedido do amigo Conde D'Eu, um relatório completo sobre

---

<sup>226</sup> Cf. Eugen Weber. França Fin-de-Siècle. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. P. 216.

<sup>227</sup> Cf. Eugen Weber. França Fin-de-Siècle. Op. cit. p. 222.

<sup>228</sup> Ibidem. p. 225.

as Estradas de Ferro do Brasil, que chamou "*Renseingnements statistiques sur les chemins de fer du Brésil*". A obra é publicada em 1881 na *Revue générale des chemins de fer*, uma das principais revistas francesas sobre estradas de ferro. Tendo como base Paris, o engenheiro passa meses visitando a Holanda e a Bélgica, este, um dos países tecnologicamente mais desenvolvidos do mundo nesta época. Lá, conhece fábricas, Estrada de Ferro, estaleiros e indústrias siderúrgicas. Retornando a Paris, é convidado pela *Compagnie générale des chemins de fer brésiliens* para ocupar o cargo de consultor, com amplos poderes para determinar sobre a construção da Estrada de Ferro do Paraná. Aceita o convite, regressando ao Brasil em meados de 1881 para exercer o cargo no sul.

No exercício do cargo de consultor, decide uma disputa entre os irmãos Rebouças, idealizadores da Estrada de Ferro e as elites locais, que queriam que a estrada partisse de Paranaguá a Curitiba e não da cidade de Antonina, como conceberam os Rebouças. A celeuma é decidida por Passos em favor das elites paranaenses, mostrando um engenheiro cauteloso, pouco afeito a indispor-se com as elites locais em favor de dois funcionários públicos de pouco peso político, embora de grande talento técnico. Contrariando o mito do engenheiro intransigente, Pereira Passos mostrou transigir politicamente quando interesses poderosos estavam em jogo<sup>229</sup>.

Ainda no início dos anos 80, Pereira Passos é convocado pelo Imperador a dar parecer sobre a organização da Escola de Minas de Ouro Preto, uma nova escola de engenharia que estava formando-se sob a supervisão de um renomado engenheiro francês chamado Gorceix. Em seu parecer, Passos não recomenda o subsídio aos estudantes mais pobres, deixando entrever que pensava a carreira de engenharia livre das classes menos privilegiadas economicamente<sup>230</sup>. Passos nunca se esforçou em esconder o seu elitismo, muito menos no que dizia respeito ao futuro da sua corporação.

---

<sup>229</sup> Sobre esta questão envolvendo a Estrada de Ferro do Paraná, ver: Athayde. Op. cit. p. 87-88. Sobre a trajetória do engenheiro André Rebouças, ver: Maria Alice Rezende de Carvalho. O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

<sup>230</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. A Escola de Minas de Ouro Preto. São Paulo: Nacional/ Rio de Janeiro: FINEP, 1978. P. 77.

Em 1889, Passos realizava uma nova viagem de turismo, desta vez uma viagem mais abrangente, para além das fronteiras da Europa. Ela incluiu o Japão, a China, a Índia, a Mesopotâmia e o Egito, além dos Estados Unidos, uma autêntica viagem de "volta ao mundo". Com ela, Pereira Passos aumentaria o seu cosmopolitismo e aplacaria a sua ânsia em conhecer novas culturas. Desta, sobretudo quanto à passagem pelos Estados Unidos, o país com a marcha de criação tecnológica mais acelerada da época, resultaria o emprego de novas tecnologias no Rio de Janeiro.

Dedicando-se ao trabalho com Companhias de bonde desde 1882, quando assumiu o serviço da Companhia de São Cristovão<sup>231</sup>, que então explorava o serviço de bondes por tração animal, Pereira Passos implantaria o primeiro sistema de bondes por tração elétrica no Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República, uma tecnologia de alimentação de energia aérea que conhecera em Omaha. Havia conhecido ainda a tecnologia de tração de bondes por cabos subterrâneos "Hallidie" em Nova Iorque, que também seria opção para a substituição da tração animal, preferira o sistema de Omaha.

Ainda na República, quando Prefeito, entra em grande celeuma com as Empresas de carris urbanos, pois pretendia trocar os trilhos vignole das companhias pelos trilhos de fenda ornierre, de melhor rendimento para o tipo de transporte, citando para isto exemplos de várias cidades do mundo que utilizavam este tipo de trilho, entre as quais listou: Genebra, Liverpool, Paris, Londres, Berlim, Nova Iorque, Roma, Porto, Lisboa e Viena<sup>232</sup>, demonstrando grande conhecimento das principais implementações técnicas pelo mundo, em suas áreas de atuação.

Era inegável a capacidade de Pereira Passos acompanhar inovações tecnológicas em curso pelo mundo. Suas viagens serviam para mais do que lazer ou execução de tarefas ordinárias próprias do seu labor. Pela busca de contato com novas culturas; pelo interesse em estudar em instituições de ensino superior européias, o que fez em mais de uma viagem para a França e pela vontade de tudo conhecer na tecnologia dos países de vanguarda no

---

<sup>231</sup> Pereira Passos estaria a frente desta companhia de 1882 à 1888. Cf. Gastão Pereira da Silva. Op. cit. p. 24.

<sup>232</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 63.

desenvolvimento material do mundo, Pereira Passos tornou-se um engenheiro cosmopolita de tipo ímpar no Império.

Em todas as suas viagens coligiu dados, comparou tecnologias e as assimilou, fazendo do Rio de Janeiro um laboratório privilegiado de novos empregos da técnica.

Pereira Passos era pouco afeito às idéias abstratas. Não era visto em discussões políticas, dizia-se apolítico e nunca manifestou estima por nenhum partido, tanto no Império, como na República, assim como nunca proclamou afeição a nenhum dos dois regimes, embora mantivesse relações cordiais com o Conde D'Éu, o Imperador e trocasse correspondência com a família real durante todo o período de seu exílio.

Sobre a biblioteca de Pereira Passos nenhum biógrafo informa, nem se tem documentos que possibilitem o acesso ao seu conteúdo. Sabe-se que era grande e o máximo que Athayde informa era que não continha obras de Marx e de Engels, autores de fato pouco prováveis na lista dos prediletos do Prefeito.

No entanto, entrei em contato com as memórias de seu bisneto, Sr. Antônio Carvalho de Bulhões, filho de Dona Ernestina, já por nós mencionada. Em entrevista concedida em seu escritório no centro da cidade no ano de 1999, o Sr. Antônio recordou haver na biblioteca de seu ascendente livros diversos, entre os quais destacou obras renascentista, como as de Dante Aleghieri, Shakespeare e diversas obras do classicismo grego e romano<sup>233</sup>. Também identifica-se na biblioteca do Museu da República a presença de diversos livros de História do Rio de Janeiro que foram doados em 1958. Possivelmente, Pereira Passos contaria com exemplares de Saint Simon, Comte, Spencer, Darwin, Mill e Hegel, autores com os quais teve contato quando assistiu aulas no Colége de France, em 1880<sup>234</sup>.

Passos, sem dúvida, primou pelo cultivo da erudição. Em suas notas de viagem, pode-se lê-lo fazendo correções aos guias quanto a dados

---

<sup>233</sup> Entrevista com o Sr. Antônio Bulhões de Carvalho. Rio de Janeiro, 1999.

<sup>234</sup> Cf. Athayde. Op. cit. p. 108.

sobre história antiga<sup>235</sup>, assunto sobre o qual mostrava ter conhecimento. Foi um grande colecionador de salão. Em 1958, quando sua família fez o inventário de seus objetos para leilão, nele constavam inúmeras obras de pintura a óleo, todas de estilo acadêmico, de diversos artistas europeus<sup>236</sup>. No inventário de seus pertences, pode-se ver, além de pinturas, um grande número de esculturas, objetos de cerâmica, cristais, bronzes, tapeçaria, bibelots e objetos de prata, além de elementos de decoração orientais e persas. Tal presença confirma as afirmações de Luís Edmundo<sup>237</sup> que, em uma lista com os principais - três ou quatro para cada categoria - colecionadores de vários tipos de arte no Rio de Janeiro, como objetos, de bronze, cristais, tapeçaria, pintura e escultura entre outros, Pereira Passos é o único que aparece transversalmente nas listas. É um dos raros colecionadores que figura em mais de uma categoria, sendo o único entre os citados que aparece sistematicamente em todas as listas.

Contudo, Passos era pouco afeito à arte moderna, sendo o seu gosto voltado para a produção acadêmica, do que dá nota a sua coleção. Buscava privilegiar a compra de obras de arte já consagradas, sendo várias delas premiadas pela Academia de Paris<sup>238</sup>. Entre outras razões, tal se dava, como apontou Isabel Lenzi<sup>239</sup>, para confirmar a sua posição social e adquirir maior prestígio nas rodas sociais da elite do Rio de Janeiro.

Certa vez, quando em sua viagem pela Europa, escreve, em 1907, em carta ao amigo Américo Rangel, que considerava as telas impressionistas *verdadeiros borrões feitos com vassoura grossa*<sup>240</sup>. Sem dúvida, Pereira Passos tinha uma posição clara tomada na querela entre antigos e modernos.

<sup>235</sup> Ver: Francisco Pereira Passos. Notas de Viagem. Cartas à um Amigo. Rio de Janeiro: Olympio de Campos, 1913. P. 56.

<sup>236</sup> Ver: Coleção Pereira Passos. Rio de Janeiro, 1958.

<sup>237</sup> Ver: Luís Edmundo. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. P 1129.

<sup>238</sup> Maria Isabel Ribeiro Lenzi. Pereira Passos Colecionador. P 45-58. Apud. Anais do Museu Histórico Nacional. Edição alusiva aos 70 anos de abertura da Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação de D. Pedro I (1831-1931). Rio de Janeiro: IPHAN/ Ministério da Cultura, 2001.

<sup>239</sup> Cf. Maria Isabel Ribeiro Lenzi. Pereira Passos Colecionador. Op. cit. p. 48.

<sup>240</sup> Cf. Francisco Pereira Passos. Op. cit. cit. p. 49.

O apreço de Pereira Passos pela arte nunca o levou a cumprir as funções de mecenas, pedindo no máximo auxílio a um ou outro brasileiro que encontrava expondo em Paris. Sua maior preocupação era adquirir arte consagrada pelos prêmios da Academia de Paris<sup>241</sup>, não raro pagando altas somas pelas mesmas. Era uma arte oficialmente legitimada, sem compromisso com nenhuma vanguarda, como as que surgiam na França da virada do século.

Todavia, não se pode afirmar que Pereira Passos era uma espécie de "filisteu cultural", uma vez que a trajetória de vida do engenheiro oferece sobejos exemplos de sua sensibilidade estética e histórica. Um episódio que envolveu Pereira Passos e o Barão de Rio Branco em torno do processo de reforma urbana do Rio de Janeiro expressa esta sensibilidade. Veja este acontecimento na narrativa de Paulopolitano:

"O Barão do Rio Branco era amigo pessoal de Pereira Passos, frequentando assiduamente o seu palacete. De ordinário três vezes por semana lá ia ele com o Dr. Pessegueiro do Amaral, às 8 horas da manhã e já sempre esperado pelo criado Gensérico, que lhe servia café e biscoitos.

Rio Branco palestrava meia-hora e se retirava, o que também fazia Pereira Passos para os seus afazeres.

Gensérico, o criado, lamentava sempre que Rio Branco permanecesse em Petrópolis, pois que das visitas do Barão em Laranjeiras, resultava sempre uma gorjeta de 5\$000.

Certa vez, Rio Branco chega nervoso e agitado.

Pereira Passos, percebe a sua agitação, mas, recebe-o com o seu sorriso, e pergunta-lhe: o que há de novo ?

Venho pedir a vossa excelência responde o Barão, que não ponha abaixo, com a sua mania de demolição de tudo por abaixo, o palacete do Marquês de Abrantes, monumento histórico que deve ser poupado.

E Passos, entre malicioso e zangado diz: Na minha mania de demolições e de tudo por abaixo, conservarei o palacete Abrantes, pois além das pinturas de Debret, tem muitas recordações históricas sobre o Marquês de Abrantes.<sup>242</sup>"

---

<sup>241</sup> Cf. Maria Isabel Ribeiro Lenzi. Pereira Passos Colecionador. Op. cit. p. 49.

<sup>242</sup> Apud Paulopolitano. Op. cit. p. 76.



### 3.12

#### **O Paradoxo da Engenharia no Brasil Imperial. Pereira Passos como Sinédoque de uma Geração**

Pereira Passos foi o representante de uma geração<sup>243</sup> de engenheiros para os quais técnica e erudição humanística ainda não haviam se dissociado. Foi uma geração de engenheiros-funcionários públicos, para os quais a idéia de progresso não se sobrepunha a idéia de civilização, ao contrário, encontrava-se a esta subordinada.

A convivência harmoniosa entre técnica e erudição humanística para os engenheiros da geração de Pereira Passos deve-se a não constituição do campo técnico no Brasil imperial. Este, fora obstado no Império pela base material da sociedade a época, uma sociedade baseada na agricultura mercantil escravista.

Até fins do Império, a engenharia era, fundamentalmente, uma atividade a ser exercida por funcionário público ou por engenheiros privados estrangeiros. Segundo Edmundo Coelho, em 1865, existiam apenas 27 engenheiros na Corte, para um total de 74 professores de piano e canto<sup>244</sup>. O campo técnico no Brasil somente irá iniciar a sua constituição a partir de 1874, com o surgimento da Escola Politécnica, que marca a total desvinculação do ensino da engenharia face aos militares<sup>245</sup> e com a criação do Clube de Engenharia em 1880, que passa a organizar o interesse de engenheiros e empresários em relação às obras públicas desenvolvidas pelo Estado. No entanto, a constituição deste campo somente se daria na República, que inaugurou no Brasil um novo padrão de relacionamento entre engenheiros-empresários e o Estado.

---

<sup>243</sup> O conceito de geração que se utiliza é de Ortega Y Gasset. *Meditación de nuestro Tiempo: las Conferências de Buenos Aires, 1916 y 1928*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

<sup>244</sup> Cf. Edmundo Campos Coelho. *Op. cit.* p. 72.

<sup>245</sup> No que tange as modificações político-administrativas relativas a Escola Militar da Corte e mesmo a evolução do ensino da engenharia no Brasil, ver: Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. *Passim*.

A maior parte do tempo em que Pereira Passos exerceu as funções de engenheiro foi neste período. Nele, Pereira Passos foi um homem da técnica em uma sociedade escravista, um aparente paradoxo<sup>246</sup>. Tal situação fez-se sentir na vida do engenheiro quando se lançou ao empreendimento privado de construir uma estrada de ferro pelo sistema cremalheira. Esta, ascenderia o Corcovado, a fim de torná-lo um lugar de lazer. O projeto contava com algumas estações e um restaurante com vista panorâmica. Incentivado pelo Imperador, que mostrara entusiasmo com a empreitada, Pereira Passos lança-se à aventura, pela primeira vez, como empreendedor privado.

Quando pronta, em 1884, a estrada revelou 2.750 metros de extensão, ficando a ponta de seus trilhos a 465 metros acima do nível do mar<sup>247</sup>, uma obra de engenharia considerada revolucionária a época, em virtude da inclinação das rampas e do grau de dificuldade apresentado pelo terreno<sup>248</sup>.

Entretanto, não esperava que várias dificuldades ao longo do processo de construção surgissem, assim como um retorno do capital investido muito aquém do esperado, registrando mesmo um prejuízo relativamente ao montante do capital empenhado.

Pereira Passos, assim como Mauá, experimentou as limitações à engenharia privada nacional propostas por uma sociedade escravista, de baixa capacidade de consumo e financiamento de empreendimentos privados.

No entanto, foi do malogro deste empreendimento que surgiu a iniciativa do engenheiro de investir em uma outra empresa, esta de caráter mais familiar, que marcaria a vida de Pereira Passos. Em 1887, o engenheiro adquiriu a serraria Sta. Luzia, situada na rua de mesmo nome, a fim de recuperar os investimentos perdidos na empresa do Corcovado. Mais do que um negócio para lucro fácil, a atividade de serraria era há muito estudada por Pereira Passos, um dos maiores especialistas em madeira do Brasil que, em 1864 já apresentara um extenso trabalho sobre as características mecânicas de

---

<sup>246</sup> Embora uma sociedade de base material escravista, em pleno século XIX tenha sido sem dúvida um empecilho para o desenvolvimento tecnológico, faz-se notar que técnica e escravidão mantiveram longa convivência em outras sociedades, como dão nota a história egípcia e romana entre outras.

<sup>247</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 45.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

42 diferentes tipos de madeiras que eram empregadas na Estrada de Ferro D. Pedro II<sup>249</sup>.

Para além de lançar-lhe à atividade de serraria, o empreendimento da Estrada de Ferro do Corcovado marcaria um episódio da vida de Pereira Passos. Após, inaugurada a estrada, D. Pedro II, em reconhecimento à sua realização, confere ao engenheiro o título de "Barão do Corcovado", ao qual Pereira Passos rejeitaria sem oferecer alguma justificativa ao Imperador<sup>250</sup>. Entretanto, esta não seria a primeira vez que Pereira Passos tomaria atitudes surpreendentes para um membro da elite imperial. Em 1865, quando se casa com Dona Maria Rita, um amigo da família lhe oferecera um casal de escravos como presente, que de pronto recusa, afirmando que "um engenheiro que acredita no trabalho livre não poderia possuir escravos"<sup>251</sup>.

Estas posturas de Pereira Passos, surpreendentes para o filho de um Barão de café escravista do Vale do Paraíba, revelam o seu cosmopolitismo e a compreensão da incongruência da manutenção de determinadas instituições da sociedade imperial para com o desenvolvimento da engenharia no Brasil. Passos pode ver na França, Inglaterra e demais países do mundo, sociedades pulsantes do ponto de vista do desenvolvimento material e o quanto o trabalho livre era fundamental aos que tivessem em mira as idéias de civilização e de progresso.

Mais do que um engenheiro em uma sociedade escravista, Pereira Passos foi um engenheiro erudito e cosmopolita em meio a tal sociedade, ao qual não restou nenhum canal propício à execução de seus empreendimentos que não o Estado. Este, foi o empreendedor por excelência de uma sociedade escravista que, paradoxalmente, buscou fazer do Rio de Janeiro o laboratório privilegiado daquilo que considerava a "civilização" nos trópicos.

---

<sup>249</sup> Cf. Edmundo Campos Coelho. Op. cit. p. 204.

<sup>250</sup> Cf. Paulopolitano. Op. cit. p. 46.

<sup>251</sup> *Ibidem*. p. 31.